

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**Trabalho de Graduação Interdisciplinar (TGI):  
origens e problematização da proposta implantada em 1971  
na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade  
de São Paulo (FAU/USP)**

**SÉRGIO AUGUSTO MALACRIDA**

**SÃO CARLOS**  
**2004**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**Trabalho de Graduação Interdisciplinar (TGI):  
origens e problematização da proposta implantada em 1971  
na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade  
de São Paulo (FAU/USP)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação, área de concentração em Fundamentos da Educação.

**SÉRGIO AUGUSTO MALACRIDA**

SÃO CARLOS  
2004

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

M236tg

Malacrida, Sérgio Augusto.

Trabalho de graduação interdisciplinar (TGI): origens e problematização da proposta implantada em 1971 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP) / Sérgio Augusto Malacrida. -- São Carlos : UFSCar, 2005.

168 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2004.

1. Ensino superior. 2. Trabalho de graduação interdisciplinar. 3. Trabalhos finais de curso. 4. Arquitetura – ensino. 5. Arquitetos – formação. I. Título.

CDD: 378 (20<sup>a</sup>)

---

**Orientadora**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ester Buffa**

---

**Co-Orientador**

**Prof. Dr. Gelson de Almeida Pinto**

Em memória de Guido Malacrida, meu avô paterno  
e de Valdemar Malacrida, meu pai  
incentivadores e responsáveis pela minha formação profissional e acadêmica

## **Agradecimentos**

Acredito que na vida nada aconteça por acaso. Tornei-me professor universitário, da UNESP, em 1977 e em 1979 conheci o professor-arquiteto Osvaldo Caron, que naquela época retomava o curso de arquitetura da Faculdade de Belas Artes de São Paulo, ora Centro Universitário, quem me convidou para integrar o corpo docente da escola.

Foi nessa convivência que aprendi a admirar e comprometer-me com a arquitetura e seu ensino. O professor Caron foi um líder que formou novos líderes; a Belas Artes tornou-se campo de grandes experimentações e realizações.

Na época de meu ingresso como professor na Faculdade de Belas Artes de São Paulo, pude ainda conviver com seus diretores: professor Vicente Di Grado, Paulo Antonio Gomes Cardim e José Pires de Oliveira Neto, com os quais participei do projeto de construção de uma escola que deveria crescer ainda mais. Neste percurso, pude contar com muitas pessoas, entre elas destaco: Manoel Prata Ramos, Écio Perin, Sérgio Bergamin e Turguenev Roberto de Oliveira.

Entusiasmado cada vez mais pela educação e incentivado pelos meus pares, tornei-me chefe de laboratório, chefe de seqüência, assistente de coordenação, coordenador do curso de arquitetura, vice-diretor e pró-reitor acadêmico. Essa carreira profissional no âmbito acadêmico me fez procurar justamente o curso de Educação da Universidade Federal de São Carlos, para obter aprimoramento na atuação como gestor universitário. Na oportunidade de meu ingresso no mestrado, em 2002, pude conviver com importantes educadores, entre os quais: Paolo Nosella, Amarílio Ferreira Junior, Marisa Bittar e Éster Buffa, orientadora deste trabalho, a quem coube direcionar minhas motivações, paixões e argumentos.

O fazer pesquisa depende, e muito, do acesso a documentos, nesse sentido faço lembrar as contribuições inestimáveis da Biblioteca do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, principalmente na pessoa de sua bibliotecária chefe Leila Rabello de Oliveira e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Qualquer apoio deve ser lembrado, porém, aquele que vem da forma mais desmedida e generosa é o que menos deve ser esquecido, nesse sentido, saliento a importância para este trabalho do colaborador Henrique Minami, responsável pelo Laboratório de Imagem e Som do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo.

Aliás, para este trabalho de pesquisa, muitas outras pessoas contribuíram de diversas maneiras, destaco os professores e arquitetos: Gelson de Almeida Pinto, Marlene Yurgel, Dario Montesano, Élide Monzéglio, Nestor Goulart Reis Filho, José Luiz Caruzo Ronca, Célio Pimenta, Jairo Ludmer, Sylvia Fischer, Mônica Bueno, Cibele Riva Humel, Lélío Machado Reiner, Roberto Mônaco, Alberto Xavier e José Roberto Tibau e o professor-engenheiro Ernest Robert de Carvalho Mange. Com esse quadro de contribuições sinto-me ainda mais comprometido a inscrever esta pesquisa no contexto da busca de renovações para o ensino da arquitetura e do urbanismo no Brasil, bem como das artes visuais como um todo.

Espero principalmente poder contribuir com a Belas Artes, que investiu neste trabalho e em minha titulação, corroborando a instituição no que ela tem de mais acadêmico e nobre, que é a educação relacionada à arte.

Na vida, somos alimentados pelo que acreditamos, pelo amor que damos e recebemos aos nossos semelhantes; há diversas trocas de amor. Quero lembrar aqui dos

amores que sinto, e os quais me dão forças para viver: o amor pela minha mãe Luzia Remondini Malacrida, pelos meus filhos, Sérgio Augusto Malacrida Junior e Daniel Malacrida e pelos meus netos, Pedro e Rafael.

Além do mais, o trabalho intelectual precisa ser compartilhado com pessoas que compreendem a sua importância, na cumplicidade de seus propósitos e desafios, daí, nessa jornada, valorizar a companheira, professora Sonia Regina Fernandes. O trabalho de pesquisa costuma ser solitário, mas revela-se embrionário de muitas intenções de comunicação, assim, quando o compartilhamos ele já se mostra uma prática, um ensino enquanto se aprende e vice-versa. Também nesse sentido, lembro do companheiro de curso José Ernesto de Fáveri, com quem pude compartilhar do entusiasmo em debater questões sobre educação e gestão universitária.

E, como nada é por acaso, sinto-me conduzido pelas experiências das paixões, indicadoras das possibilidades de me fazer ser, acima de tudo, um profissional do meu tempo, convicto da necessidade de empreender caminhos de transições, sistemas de competências e condições de avaliação. Por essas necessidades, as quais relacionam-se direta ou indiretamente com o tema deste trabalho, sinto-me hoje motivado e pressionado em lhe dar continuidade, realizando pesquisas diversas, inclusive em um doutorado.

Institucionalmente, tenho duas paixões: o Centro Universitário Belas Artes de São Paulo e a Universidade Federal de São Carlos. O primeiro, lugar que me proporcionou as condições de uma ampla e dedicada atuação, o segundo onde pude compreender e aprimorar a relação entre educação, trabalho e escola. Acrescento, ainda, o prazer de, nos finais de tarde após às aulas, apreciar as capivaras à beira do lago do campus da UFSCar e as viagens à noite que me davam a emoção de apreciar estrelas e o brilho intenso do luar – como se eu nunca tivesse saído, ou se sempre retornasse, às serras de minha cidade natal, no norte paulista.

## Lista de Figuras



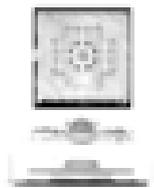
**Figura 01** - Catedral de Florença – cúpula projetada por Brunelleschi.....p 28



**Figura 02** – Fachada da Escola de Belas Artes de Paris.....p 35



**Figura 03** – *Capela Funerária* (planta-elevação-corte)  
Pierre-François-Léonard Fontaine. 2º. colocado do  
Grande Prêmio de Roma, 1785.....p 39



**Figura 04** – *Edifício para sediar academias* (planta-elevação-corte).  
Charles Percier. 1º. colocado do Grande Prêmio de Roma, 1786.....p 40



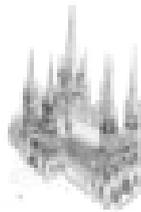
**Figura 05** – *Albergue nos Alpes* (planta-perspectiva)  
Julien-Azaïs Gauder. 1º. Colocado do Grande  
Prêmio de Roma, 1864.....p 41



**Figura 06** – *Casa Internacional* Projetado sobre a hipótese da reorganização  
do centro de Paris (planta-elevações-corte)  
Daniel Kahane. 1º. Colocado do Grande Prêmio de Roma, 1967.....p 42



**Figura 07** - Fachada da Escola Especial de Arquitetura – ESA.....p 43



**Figura 08** – Catedral Ideal Imaginada por Viollet-le-Duc.....p 45



**Figura 09** – *Lugala ou O Gênio do Lugar*. Daphné Ract-Madoux  
Melhor Trabalho de Diploma de 1996.....p 48



**Figura 10** – *Estação de Arte*. Tatiana Fabeck  
Melhor Trabalho de Diploma de 1994.....p 49



**Figura 11** – Fachada da Antiga Academia de Belas Artes  
do Rio de Janeiro em 1938 - Grandjean de Montigny.....p 51



**Figura 12** – 1º. Prêmio de Viagem à Europa da Academia de Belas Artes do  
Rio de Janeiro – Reconstituição do Templo de Júpiter Stator  
Antônio Batista da Rocha, 1845.....p 54



**Figura 13** – Villa Savoye, Poissy, França 1929-31  
Charles Edouard Jeanneret (Lê Corbusier).....p 58



**Figura 14** – Ministério da Educação e Saúde, 1937  
Lúcio Costa, Le Corbusier, Oscar Niemeyer, Afonso Eduardo Reidy,  
Jorge Moreira, Carlos Leão e Ernani Vasconcelos.....p 59



**Figura 15** – Casa Modernista de Warchavchik, 1927.....p 60



**Figura 16** – Casa Cascata, 1937. Frank Lloyd Wright.....p 62



**Figura 17** – Trabalho de 5º. ano do Curso de Engenharia Arquiteto. J.V. Artigas, 1937.....p 66



**Figura 18** - Trabalho de 5º. ano do Curso de Engenharia Arquiteto Henrique Bresslau, 1937.....p 67



**Figura 19** – Edifício da FAU / USP (interior) João Batista Vilanova Artigas.....p 70



**Figuras 20, 21, 22 e 23** – Trabalho de Graduação Interdisciplinar – TGI da FAU/USP Marcelo Ferreira - Prof. Orientador: Dr. Antonio Carlos Sant’Anna Junior.....pp 86, 87, 88 e 89



**Figura 24** – Requalificação urbana do largo 13 de maio: espaço cívico e institucional Fernanda Kleemann Spinicci - Prof. Orientador: Pedro Nosralla Jr. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.....p 97



**Figura 25** – Casa da Palavra: nova sede do Instituto Estadual do Livro Pedro Engel - Prof. Orientador: Benamy Turkiencz. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.....p 98

*Cumpra-lhe (ao professor) ensinar o que **deve** ensinar e por algum método **aprovado**. Mas nem aquele **deve** nem este **aprovado** são questões a serem resolvidas pela lei, mas pelo consenso profissional, porque são de prática usual e corrente entre os mestres da profissão, ou de inspiração renovadora partida de outros mestres igualmente autorizados.*

**Anísio Teixeira, 1969**

*Há destinos assim – são como que marcados – a eles não podemos fugir. Uma série de circunstâncias propiciam a continuidade da ação e vão nos levando para o fim que nos espera.*

**Hélio Duarte, 1973**

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>p 15</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>A formação acadêmica do arquiteto e as raízes históricas dos trabalhos finais de curso.....</b>	<b>p 23</b>
<b>CAPÍTULO 2:</b>	
<b>As influências francesas na formação acadêmica do arquiteto no Brasil e os trabalhos finais de curso.....</b>	<b>p 50</b>
<b>CAPÍTULO 3:</b>	
<b>O modelo de Trabalho de Graduação Interdisciplinar – TGI elaborado e adaptado por Hélio de Queiroz Duarte na FAU/USP.....</b>	<b>p 71</b>
<b>3.1. O modelo de Trabalho de Graduação Interdisciplinar (TGI) criado por Hélio de Queiroz Duarte.....</b>	<b>p 78</b>
<b>3.2. O TGI após sua implantação.....</b>	<b>p 89</b>
<b>3.3. O Trabalho Final de Curso – TFG.....</b>	<b>p 94</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>p 101</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>p 105</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>p 110</b>

## Resumo

A pesquisa tem como tema o Trabalho de Graduação Interdisciplinar -**TGI** – a modalidade brasileira de Trabalho Final de Curso de Arquitetura implantada em 1971 pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP), suas origens remotas e a formulação do modelo proposto pelo professor-arquiteto Hélio de Queiroz Duarte, então professor e coordenador do 5.º ano do curso. Objetivou o estudo do **TGI** no pressuposto de sua importância para o ensino da arquitetura e urbanismo no Brasil e de sua influência na base de concepção do Trabalho Final de Graduação - **TFG**, atual instrumento adotado pelos cursos da área no país, pela Portaria/MEC 1.770/94.

No século XIV, já nas corporações medievais, foi possível identificar um trabalho do momento final da qualificação do curso de treinamento ministrado nas oficinas: a **Obra Prima** do futuro mestre das artes mecânicas, mais precisamente, das construções. No entanto, o primeiro Trabalho Final do Curso de Arquitetura, acadêmico, desenvolvido em um ensino formalizado, foi identificado no século XVIII na Academia Real de Arquitetura, incorporada posteriormente à Escola de Belas Artes de Paris: **O Grande Prêmio de Roma**. O modelo, consagrador do estilo greco-romano e dos ideais clássicos, inspirou **Os Prêmios de Viagens** à Itália, que coroavam os melhores trabalhos da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, fundada em 1816, com a vinda da família real e da Missão Francesa, da qual fez parte o primeiro curso superior de formação de arquitetos do Brasil, iniciado em 1826.

Outro Trabalho Final identificado foi o **Exame de Diplomação** da Escola Especial de Arquitetura de Paris, criada em 1865, influenciada pelas Escolas Politécnicas, cujo modelo de ensino veio se contrapor ao das Belas Artes, mostrando-se mais moderno no uso das novas tecnologias e materiais disponíveis. Esse modelo influenciou também a modernização do ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil.

Em 1847 é criada a Escola Politécnica do Rio de Janeiro e em 1894 a de São Paulo, com o curso de formação de engenheiro-arquiteto. Esse curso culmina na criação, em 1948, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP), com o curso de arquitetura e urbanismo separado da engenharia. A Escola Politécnica, porém, apresentava **Trabalhos de 5.º ano** com tendências clássicas. Na FAU, a busca pela autonomia da profissão ecoou, repercutindo nos Fóruns de Debates das décadas de 60 e na implantação do **TGI** na década de 70.

Os Trabalhos Finais de Curso de arquitetura pesquisados revelaram-se instrumentos pedagógicos sócio-históricos, que representam modelos de ensino, escolas que os instituíram e o contexto de sua implantação. Funcionam como passaporte para a profissionalização, conferida atualmente pelo diploma.

O estudo do modelo de **TGI** proposto por Hélio de Queiroz Duarte e da implantação do modelo adaptado na FAU/USP trouxe à luz os princípios da instituição dos Trabalhos Finais de Curso de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, na busca de um ensino moderno, voltado basicamente às questões acadêmicas, tecnológicas, sociológicas e construtivas que indicam a profissionalização. Nesse sentido, serve como elemento de estudo para uma futura reestruturação do **TFG**.

## Abstract

The subject of this research is the Interdisciplinary Graduation Work – the Brazilian Final Works Modality of the Architecture Course implanted in 1971 by Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (School of Architecture and Urbanism of São Paulo University) (FAU/USP) its remote origin and the formulation of the proposed model by architect and teacher Hélio de Queiroz Duarte, at that period teacher and coordinator of the 5<sup>th</sup> year course. He objectified the study of TGI because of its presumed importance in teaching architecture and urbanism in Brazil, the influence of its conception base of the Final Graduation Work (TFG), actual instrument adopted by the country's courses in this area, through Portaria/Mec 1779/94.

In the XIVth century, yet in the medieval corporations, it was possible to identify a work of the final qualification moment of the training course ministered in the workshops; the Masterpiece of the future mechanical art's master, more precisely that of construction. However, the First academic final work of Architecture's Course developed in a formalized teaching was identified in the XVIIIth Century in the Royal Academy of Architecture (Academia Real de Arquitetura) later incorporated to the Fine Art's School (Escola de Belas Artes) of Paris: Rome's Grand Award. The model, consecratory of the Greek/Roman style and of classic ideals, inspired the Travel Awards to Italy, which crown the best works of the Fine Art's School of Rio de Janeiro, founded in 1816, with the arrival of the Royal Family and of the French Mission, part of which was the higher course of Brazilian architects' formation beginning from 1826.

Another Final Work identified was the Diplomation Test from the Special Architect School in Paris, founded in 1865 influenced by the School of Engineering (Escola Politecnica) which model of teaching opposed that of Fine Arts, proving to be more modern in the use of new technologies and available materials. This model influenced also the modernization of architecture and Urbanism teaching, in Brazil.

In 1847, was created the Engineering School of Rio de Janeiro and in 1894 that of São Paulo, with the graduation course of engineer/architect. This course culminates with the creation, in 1948, of the Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (School of Architecture and Urbanism of São Paulo University) (FAU/USP) separating the architecture and urbanism courses from that of engineering.

The Engineering School, however, presented 5<sup>th</sup> year works with a classical tendency. In FAU, the pursuit for autonomy echoed in FAU, reflected in the Debate Forum of the 60 decade and the implantation of TGI in the 70 decade.

The investigated Course's Final Works of Architecture turned out to be academical, social/historical instruments, representing teaching models, the schools that instituted them and the implantation context. They work as a passport for professionalization, actually conferred by the diploma.

The study of the TGI model proposed by Helio de Queiroz Duarte and by the implantation model adapted by FAU/USP brought a light to the principles of the institution of the Final Works of the Brazilian Course of Architecture and Urbanism in its search for a modern teaching, basically turned to academical, technological sociological and construction questions which indicate the professionalization. In this sense, it serves as an element of study for the future reorganization of TFG.

## Introdução

O tema desta pesquisa sobre o Trabalho de Graduação Interdisciplinar- TGI, suas origens remotas e a formulação de um modelo para o ensino de arquitetura brasileiro teve, como ponto de partida, o entendimento da necessidade de se repensar, no atual ensino da arquitetura e urbanismo, o Trabalho Final de Graduação - TFG adotado conforme as diretrizes curriculares instituídas pela Portaria MEC 1.770, de 21 de dezembro de 1994, cujo texto, no seu artigo 6.º, fixa:

**Será exigido um Trabalho Final de Graduação objetivando avaliar as condições de qualificação do formando para acesso ao exercício profissional. Constitui-se em trabalho individual, de livre escolha do aluno, relacionado com as atribuições profissionais, a ser realizado ao final do curso e após a integralização das matérias do currículo mínimo. Será desenvolvido com o apoio de professor orientador escolhido pelo estudante entre os professores arquitetos e urbanistas dos departamentos do curso e submetido a uma banca de avaliação com participação externa à instituição à qual estudante e orientador pertençam.**

O TFG, implantado em 1994, é um instrumento pedagógico e, como tal, representa as atuais condições de formação profissional dos cursos de arquitetura e urbanismo no país. Os resultados que ele apresenta comprometem-se com este ensino, que relaciona disposições, saberes, motivações e crenças individuais, sociais e institucionais. Embora o TFG não tenha a intenção de avaliar o processo de ensino e de aprendizagem, na prática, mostra-se avaliando as competências profissionais apresentadas pelo aluno-formando, por meio de simulações de projetos e outras atividades relacionadas às atribuições profissionais do arquiteto e urbanista.

Sobre suas condições avaliadoras, vale considerar que a comissão julgadora do último Concurso Opera Prima, que tem por objetivo premiar os melhores projetos de TFG das escolas de arquitetura no Brasil, apurou que os trabalhos que participaram em 2003, na sua grande maioria, são projetos imaturos e inadequados para atender às demandas profissionais. Diante dessa realidade, formada por estes e outros indícios, pressupõe-se que o TFG, como um trabalho final de curso, necessite também dentro do ensino específico, ser revisto.

Para melhor observar sua presença na formação do arquiteto e urbanista, considera-se que o TFG tenha sido instituído nacionalmente a partir da experiência com o TGI, que é também uma modalidade de Trabalho Final de Curso de Arquitetura.

O TGI nasceu na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU/USP, em 1971, fruto de discussões geradas na própria escola. Porém, existem duas facetas da modalidade do TGI que precisam ser esclarecidas: a da **elaboração da proposta de um modelo** e a da **implantação do modelo adaptado**, por Hélio de Queiroz Duarte. O autor desenvolveu e adaptou o TGI na FAU/USP. A adaptação ocorreu por falta das condições previstas necessárias. A modalidade implantada na época acabou tornando-se referência para os demais cursos de arquitetura e urbanismo do país, sendo que cada escola também o adaptou à sua maneira.

Se, por um lado, o que serviu de modelo para os cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil foi a implantação do TGI da FAU/USP, por outro lado, a concepção do modelo do TGI, a qual norteou, de fato, a adoção da modalidade de Trabalho Final de Curso, encontra-se na proposta de Hélio de Queiroz Duarte, que ora resgatamos para esta pesquisa. No texto da proposta elaborada aparece como sendo seus objetivos:

**O T.G.I., de caráter pessoal, será como que uma demonstração-síntese dos conhecimentos adquiridos durante o curso, bem como refletirá a visão crítica do aluno sobre o meio social em que vive e onde, como profissional, será chamado a intervir.**

**O T.G.I. deverá proporcionar ainda o ensejo para a integração efetiva dos conhecimentos julgados indispensáveis ao bom exercício da profissão.**

No que se refere aos critérios de avaliação da aprendizagem, a proposta define:

**O T.G.I. tem, nitidamente, o caráter de síntese dos conhecimentos adquiridos nos semestres passados e manifesta-se, notadamente, através de um trabalho de aplicação objetiva (...).**

De caráter pessoal, vinculado à estrutura curricular do 5.º e último ano do curso, o TGI foi concebido como uma demonstração-síntese dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso. A proposta do TGI de Hélio Duarte relaciona os níveis teórico-práticos,

mediante simulações do exercício profissional a serem avaliadas na aquisição das competências mínimas necessárias à formação almejada.

Na proposta, o TGI integra-se ao processo de ensino e aprendizagem do curso ao promover a transição do âmbito acadêmico para o profissional, diferente do TFG, voltada mais à avaliação das competências profissionais. Nesse sentido, a pesquisa pressupôs que a arquitetura, interdisciplinar por natureza, pertença a um campo de conhecimentos que articula os estudos do projeto, das tecnologias e da história que solicita, para a formação do arquiteto e urbanista, instrumentos pedagógicos que trabalhem basicamente essa articulação.

Nesse pressuposto, o interesse pelo tema vem desde a década de 80. Naquela época, na condição de professor e chefe de seqüência da área de tecnologia do curso de arquitetura recém inaugurado na Faculdade de Belas Artes de São Paulo – ora Centro Universitário – participei de reuniões para decidir a adoção de um Trabalho Final de Curso, tendo como referência o modelo adotado pela FAU/USP.

O fato é que o currículo então implantado constituía-se somente de disciplinas distribuídas ao longo dos dez semestres do curso, não prevendo nenhum Trabalho Final. À medida que as primeiras turmas foram sendo formadas, professores e alunos indicavam a necessidade da adoção de um instrumento similar ao da FAU/USP, quando muitos docentes ministravam aulas em ambas as escolas.

A solução encontrada foi a de transformar as disciplinas do décimo e último semestre do curso em um trabalho interdisciplinar específico, com o foco voltado para o projeto. Assim, definiu-se que a disciplina de projeto arquitetônico desenvolveria um trabalho tendo as demais disciplinas do semestre seus conteúdos a ele voltados. Os professores, por sua vez, atuariam em conjunto, orientando na sua disciplina a articulação dos conhecimentos para esse trabalho; não se definiu, na época, um orientador nos moldes convencionais. À configuração deu-se o nome de TGI, seguindo a denominação da FAU/USP, por não haver legislação específica, de adotar e caracterizar Trabalhos Finais de Curso.

Na prática, o modelo adotado apresentou várias dificuldades, visto que algumas disciplinas constantes do 10.º semestre não tinham articulação direta com o projeto. Ou seja: o modelo não se adaptou à estrutura curricular, fazendo com que essas disciplinas exigissem um trabalho específico para avaliação do aluno, uma vez que a nota atribuída

ao trabalho final representava o conjunto de todas as disciplinas daquele último semestre.

Na época, ficou clara a necessidade da construção de um novo modelo, porém, mesmo contando com a disposição de muitos professores, permaneceu o improvisado da estrutura curricular adaptada para um Trabalho Final até a publicação da Portaria 1770/94.

Na década de 90, como diretor da Associação Brasileira de Ensino da Arquitetura (ABEA), participei dos diversos encontros nacionais para a definição das novas diretrizes curriculares para a área do ensino da arquitetura e do urbanismo, que contou com a participação de representantes de diversas instituições com curso na área, coordenadores, chefe de departamentos, professores e alunos e a Comissão de Especialistas de Arquitetura e Urbanismo (CEAU) que culminaram no novo currículo mínimo.

Outro fato a ser considerado é que ainda atuando como professor de arquitetura e também pró-reitor acadêmico do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, observo hoje, na prática cotidiana, o TFG apresentando diversos problemas que merecem investigação. Por exemplo: o aluno permanece durante um ano na melhor das hipóteses, ou por um semestre, com a incumbência de apresentar um trabalho sem ter no curso qualquer outra atividade que venha a contribuir para a construção dos conhecimentos julgados necessários ao aprimoramento da sua formação. Não há nenhuma preocupação com a interdisciplinaridade, os encontros com o orientador são mínimos, na maioria das vezes, normatizados pelas instituições em uma hora/aula semanal de atendimento por aluno, mostrando-se insuficientes para o acompanhamento e até mesmo para comprovar a autoria do trabalho. Outra questão a ser levantada é que a Portaria MEC 1.770/94 proíbe que alunos com pendências de disciplinas, até o último ano ou até o 9.º semestre para as que adotam o regime semestral, realizem o TFG, o que tem provocado várias ações na justiça, com liminares favoráveis aos alunos.

Essas considerações são importantes na minha atuação profissional. A intenção inicial da pesquisa era a compreensão de como os cursos de arquitetura e urbanismo aplicaram o Trabalho de Graduação Interdisciplinar (TGI), relacionando a observação e a análise dos resultados e os atuais problemas existentes com o Trabalho Final de Graduação (TFG). Para tanto, planejaram-se análises de programas e currículos de

alguns cursos expressivos da cidade de São Paulo, especialmente o da FAU/USP, que, como já se afirmou, implantou o Trabalho de Graduação Interdisciplinar (TGI).

Na seqüência dos estudos, logo se evidenciou a necessidade de fundamentar a proposta de implantação do modelo da FAU/USP, elaborado pelo arquiteto-professor Hélio de Queiroz Duarte. Para ter acesso à mesma, foram necessárias muita paciência, disposição e pesquisa junto aos professores-arquitetos que atuaram na época, aos familiares de Hélio Duarte e aos arquivos da FAU/USP. Descobriu-se, então, que se tratava de uma proposta para o TGI, elaborada em fevereiro de 1971, a qual estava praticamente escondida e esquecida no arquivo-morto da FAU/USP.

Foi nesse momento que se apurou que a proposta de um modelo de TGI encontrado não fora implantada de acordo com a sua concepção inicial, sendo adaptada pelo próprio professor Hélio Duarte, então professor e coordenador do 5.º ano da FAU/USP. Na realidade, a confirmação da autoria da idéia da implantação do TGI revelou-se um desafio a mais. Constatou-se que o TGI resultou de um esforço coletivo, do espírito reformador do ensino da época, articulado por João Batista Villanova Artigas desde a década de 60, desenvolvido nos Fóruns de ensino de 1962 e 1968, e, também, da disposição de Hélio de Queiroz Duarte em sistematizar sugestões, contribuições e condições pedagógicas.

Para compreender o TGI, considera-se, inicialmente, que ele é uma modalidade brasileira de Trabalho Final de Curso de Arquitetura e que, como o ensino acadêmico da arquitetura no Brasil tem origem, sobretudo, na França a partir da Missão Francesa, procurou-se investigar as raízes históricas dos Trabalhos Finais de Curso dentro do ensino francês. Porém, antes mesmo desta formação acadêmica, havia a **Obra Prima** das corporações medievais, supostamente inspiradora do **Grande Prêmio de Roma**, vinculado à Academia de Belas Artes de Paris, e com o **Exame de Diplomação** da Escola Especial de Arquitetura também de Paris, que a seu tempo serviram de “passaportes” para o início de uma profissionalização legitimada na área da arquitetura, no primeiro caso, pela notoriedade de um título e no segundo, pela diplomação.

No Brasil, a formação do arquiteto tem início na Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro. Nesta escola, os **Prêmios de Viagem** aparecem como instrumentos inspirados no modelo francês do Grande Prêmio de Roma. Porém, as

Escolas Politécnicas também formaram o engenheiro-arquiteto, que tinham como prática a adoção de **Trabalhos de 5.º ano**.

No processo de luta pela autonomia da profissão, foram criados os cursos de arquitetura desvinculados das Belas Artes e das Politécnicas. Em São Paulo, a FAU/USP, criada em 1948, assume um papel importante no cenário nacional e torna-se modelo para a área do ensino da arquitetura.

Buscando uma formação mais moderna do arquiteto, a FAU/USP é a primeira escola a se preocupar com as reformas curriculares. Dentre elas, a criação dos departamentos de Projeto, Técnica e História, em 1962, antecipando a reforma universitária do governo federal de 1968, que entre outras medidas criou os departamentos nas universidades. Em 1968, no segundo Fórum de Debates, aprova o **Trabalho Tese** para o Departamento de Projetos a ser realizado no quinto ano, embrião do **Trabalho de Graduação Interdisciplinar (TGI)**, implantado em 1971.

Nesta pesquisa, a proposta do modelo de TGI de Hélio de Queiroz Duarte é apresentada e observada no alcance da visão de seu autor, dentro de um dado contexto histórico, político e social. Pressupõe-se que o TGI tivesse a intenção de buscar a interdisciplinaridade para flexibilizar e dinamizar o ensino da arquitetura e urbanismo, apoiado na esperança da criação do Atelier Departamental – o que nunca veio a ocorrer.

Metodologicamente, procurou-se compreender os Trabalhos Finais de Curso como modalidades que, nas suas origens remotas, remetem à constituição de princípios pedagógicos que fundamentam a transição do âmbito acadêmico para o início da profissionalização do arquiteto. O TGI mostra-se a modalidade brasileira de Trabalho Final de Curso mais interessante de ser estudada porque está na base do TFG, atualmente obrigatório nos cursos de arquitetura do Brasil.

Na observação da relação entre as modalidades de Trabalhos de Finais de Curso de arquitetura estudados está o fato de que eles não significam o término do aprendizado, mas, o compromisso com o início da profissionalização, que vai se construindo ao longo de anos, após o aval dado pela comissão avaliadora, no processo de diplomação. No conjunto, até se chegar ao TGI, como base para o seu entendimento, foram destacados O Grande Prêmio de Roma e O Trabalho de Diplomação, duas tendências diferentes do ensino acadêmico francês: uma representando o acadêmico, das Belas-Artes e outra o moderno, oriunda das Politécnicas.

Para que fosse possível constituir tais abordagens, este trabalho contou com a ajuda de personagens marcantes na história da arquitetura e de seu ensino no Brasil, além de uma bibliografia especializada, principalmente estrangeira, e do acesso concedido pelos Centros de documentações da FAU/USP. Muito material de pesquisa foi colhido, de forma variada e rica, mediante entrevistas com professores e arquitetos contemporâneos ao professor Hélio Duarte. José Roberto Tibau, importante arquiteto e professor, recém falecido, concedeu, com demasiada gentileza e entusiasmo, sua última entrevista justamente para esta pesquisa. Também participações especiais como a do engenheiro e professor, ex-sócio de Hélio Duarte, Ernest Roberto de Carvalho Mange, da professora da pós-graduação da FAU/USP Élide Monseglio, do professor e ex-diretor da FAU/USP na década de 70, Nestor Goulart Reis Filho, dos professores-arquitetos Dario Montesano, Célio Pimenta, José Luiz Caruso Ronca, Marlene Yurguel, Hugo Segawa, Elvan Silva, entre outros.

Essas entrevistas objetivaram a busca das raízes remotas dos Trabalhos Finais de Curso, do contexto da época da implantação do TGI e de referências sobre a participação de Hélio Duarte na FAU/USP e em outras instituições, dentro das possibilidades de contribuição de cada entrevistado, bem como o acesso a documentos que comprovassem a autoria da criação do TGI para aquela escola e a forma como fora implantado. As perguntas referiam-se, basicamente, à trajetória profissional e acadêmica de Hélio Duarte e a sua participação no TGI, deixando o entrevistado à vontade para expressar opiniões e impressões sobre as questões, de modo a enriquecer o encontro e ampliar as possibilidades de leitura.

A pesquisa se apoiou nos seguintes documentos de arquivos institucionais: Atas de reuniões do Departamento de Projeto da FAU/USP, Memorial de Hélio de Queiroz Duarte, constante do Setor de Recursos Humanos da USP, Relatório de Comissões e Sub-Comissão do Fórum de Debates de 1968 e na Proposta inédita de Hélio de Queiroz Duarte para o TGI na FAU/USP em 1971.

O trabalho foi organizado em três capítulos. No I capítulo, considera-se a formação acadêmica do arquiteto, segundo as visões expostas por Donald Drew Egbert. Em seguida, destaca-se o Trabalho Final dos Cursos de Arquitetura no ensino acadêmico da Academia de Belas Artes da França, com influências italianas renascentistas e do Trabalho de Diplomação da Escola Especial de Arquitetura.

Pressupõe-se que a sistematização formal desses instrumentos finais de curso esteja relacionada ao ensino informal das corporações medievais, onde, na tradição do mestre-aprendiz, pretendia-se atingir a Obra Prima, o Trabalho Final do Curso de treinamento do ofício específico.

No capítulo II, chega-se no Brasil e compara-se o percurso acadêmico do ensino da arquitetura à tradição francesa, suas sistematizações, buscas e necessidades. Nesse momento, observa-se a participação da Missão Francesa de 1816, o mestre Grandjean de Montigny, primeiro professor de arquitetura do ensino formal brasileiro e os arquitetos modernistas que, com suas participações como docentes, contribuíram para a reforma dos currículos e programas: Lúcio Costa, Warchavchik e Villanova Artigas, entre outros.

O capítulo III apresenta o modelo do TGI da FAU/USP, considerando o contexto no qual foi implantado e adaptado e a contribuição de Hélio Duarte para o ensino da arquitetura, o principal protagonista dessa história. Também analisa o percurso da relação entre o TGI e o TFG no período entre os modelos implantados, no qual constam as reuniões na FAU/USP e as Portarias sobre as orientações anuais para o TGI, as reuniões do Congresso da Associação Brasileira do Ensino da Arquitetura (CONABEA) que questionaram e indicaram a implantação do currículo mínimo e o TFG, o contexto das discussões de um exame de ordem para a área da arquitetura e urbanismo e do provão, a criação e participação do concurso Obra Prima e um novo curso piloto, em fase de experimentação, na FAU/USP.

Na conclusão, procura-se relacionar as reflexões propiciadas pelo tema, de forma a contribuir para o aperfeiçoamento do TFG e para a configuração de uma história sobre Trabalhos Finais de Curso de Arquitetura no Brasil.

## Capítulo 1

# A FORMAÇÃO ACADÊMICA DO ARQUITETO E AS RAÍZES HISTÓRICAS DOS TRABALHOS FINAIS DE CURSO

Hoje, a formação do arquiteto e urbanista tem como base os cursos superiores, o conhecimento oriundo do ensino acadêmico. Porém, a profissionalização (o saber o que se deve fazer) é realmente alcançada no cotidiano de seu trabalho, pelo exercício da arquitetura e do urbanismo que se desenvolve ao longo dos anos. Até os séculos XVI na França e XIX no Brasil, a profissionalização definia-se no ensino informal, mediante cadeias de mestres e pupilos e de redes de contatos pessoais.

A relação entre a formação acadêmica e a profissional fundamenta a pertinência dos Trabalhos Finais de Curso de arquitetura e urbanismo que, como instrumentos pedagógicos, funcionam como “passaportes” do âmbito acadêmico para o profissional, ao possibilitarem, mediante simulações do exercício da profissão, as condições favoráveis para a avaliação das competências adquiridas. A formação dada pelos cursos superiores é legitimada pelo diploma e é a prática profissional que o consagra. O diploma legitima a passagem, fornece o aval político e social, porém, para alcançá-lo é preciso, antes, que o aluno demonstre competências e habilidades profissionais mínimas para iniciar sua profissionalização, na avaliação de seu trabalho.

No Brasil, o Trabalho Final no curso de arquitetura e urbanismo é obrigatório, instituído pela Portaria MEC 1770/94, com a denominação de TFG. A obrigatoriedade indica a importância de sua adoção na formação acadêmica que visa à profissionalização, percurso que demanda duplos esforços: individuais e institucionais. Esses esforços refletem-se no ensino e na aprendizagem dos cursos que incorporam e manifestam os diferentes saberes que a profissão de arquiteto e urbanista veio agregando ao longo da história.

Donald Drew Egbert<sup>1</sup> considera que desde o século XVII a arquitetura e a formação acadêmica do arquiteto, vêm sendo abordadas por quatro diferentes pontos de vistas: acadêmica, artesanal construtiva, tecnológica e a sociológica. Para ele, hoje, a

---

<sup>1</sup> Donald Drew Egbert (1902-1973) arquiteto e arte-historiador americano, professor de Teoria da Arquitetura na Universidade de Princeton. Em: Introduction: *The Beaux-Arts Tradition in French Architecture*. New Jersey: Princeton University Press, 1980.

formação acadêmica incorpora e caracteriza os diferentes tipos de treinamento do jovem arquiteto. Entende-se que os padrões que definiram essa formação acadêmica foram sendo alterados pelos novos valores ligados às novas tecnologias, às visões e lutas de classes e ao preparo técnico de mão de obra especializada para atender às demandas sociais.

Egbert considera que tanto o artesão construtor como o engenheiro, contrariando a tradição acadêmica, tendem a dar menor ênfase ao projeto formal e a valorizar os aspectos utilitários e estruturais pelo tipo de formação recebida. Esta situação decorre do fato de que o artesão construtor vem de uma origem de artesanato de tradições populares na arte e o engenheiro de uma formação tecnológica, fundamentada na matemática aplicada. Destaca, também, que a modernização da sociedade exigiu que as implicações sociais na arquitetura fossem ainda mais enfatizadas, alterando o modo de conceber as habitações em larga escala e os projetos urbanos.

Do ponto de vista acadêmico, para Egbert, a arquitetura é essencialmente uma das “belas-artes”, na qual os princípios da composição formal originados da tradição clássica são considerados os mais importantes. A formação acadêmica, de base, dá ênfase ao estudo composicional da teoria e da tradição dos princípios do desenho formal – o aspecto mais importante da formação do arquiteto. Como o próprio sentido da palavra acadêmica implica, esses valores clássicos são considerados os mais relevantes para o ensino da arquitetura em escolas ou academias, nas quais os professores são supostamente familiarizados com os mesmos princípios de projetos exemplificados nos melhores edifícios ou livros de arquitetura do passado, especialmente aqueles de tradição clássica.

Em contraste com a formação acadêmica, ainda segundo Egbert, a formação voltada aos ofícios em arquitetura é naturalmente calcada na busca da proficiência em um ou mais aspectos de construção; uma proficiência na qual o aprendiz pode desenvolver qualquer trabalho sob a orientação de um especialista do ofício ou, em tempos modernos, em uma escola vocacional sob a tutela de um mestre de ofício. O exemplo mais contemporâneo dessa prática é o dos Liceus de Artes e Ofícios. Esse tipo de formação em arquitetura objetivava somente treinar o artesão-construtor para erguer uma construção, sem o capacitar para fazer o projeto, que era realizado costumeiramente pelo arquiteto acadêmico e pelo engenheiro civil moderno.

Do ponto de vista tecnológico, compreende que as escolas de formação técnica dão ênfase à aplicação pragmática do princípio científico para problemas científicos, tendo a economia e a utilidade como principais fins. Nesse sentido, é necessário considerar as diferenças dessas formações, já que o projeto, ensinado nas academias, baseava-se primeiramente na composição formal, tendo a beleza como principal objetivo.

Para lidar com essa realidade em transformação, sob a influência das novas disciplinas de sociologia e ciência social, era esperado que as escolas de arquitetura eventualmente enfatizassem os princípios pragmáticos. Contava-se com uma formação mais preocupada em resolver problemas sociais, a qual tivesse como objetivo a funcionalidade das construções e uma boa relação com o meio social, assim como com o meio físico, para projetar para todas as classes na cidade e outras regiões. A busca dessa formação mais social implicou em relacionar a arquitetura com o urbanismo, considerando o planejamento regional, ou design do meio, que se tornaram altamente influentes no século XX.

A maior contribuição que os quatro pontos de vistas de Egbert podem dar para este trabalho reside na abordagem da profissionalização. Sua teoria concorre para o fato de que, a cada tempo, um novo tipo de profissional se configura, apresentando um modelo específico de formação. Atualmente, a formação do arquiteto baseia-se em todas essas considerações histórico-sociais e ainda agrega outras, mais contemporâneas, como as questões da ecologia, do meio ambiente e da informática. O arquiteto tem que transitar entre a tecnologia, a sociologia, as grandes composições, as técnicas construtivas, a pesquisa, a simulação do exercício profissional, a escola e os canteiros de obra.

Na história da profissionalização do arquiteto e urbanista, compreende-se a adoção de Trabalhos Finais de Curso nas duas vertentes do ensino: informal e formal. O primeiro se desenvolveu nas corporações de ofício, baseada nas *tecnes*, onde o aprendizado era somente prático, e o segundo nas academias.

Nas corporações, a formação reduzia-se à prática e orientava-se de acordo com a tarefa a ser executada, quando a liberdade artística era severamente restrita ao movimento dos mestres que, por sua vez, seguiam o pensamento tradicionalista que

deixava pouco espaço para inovações estéticas<sup>2</sup>. Nessa época, dentro do espírito de nivelamento das diferenças individuais, de divisão e integração de trabalho, não tinha validade a idéia de “personalidade artística” e o maior objetivo da formação dos artistas e artesãos construtores era a construção de grandes igrejas, geralmente catedrais, organizadas pelas Bauhütten: comunidades de trabalho desenvolvidas nos séculos XII e XIII que consistia em um sistema social rigidamente organizado. As Bauhütten eram formadas por mestre de construção, aprendizes, ajudantes e uma estrutura precisa de outras modalidades<sup>3</sup>.

Nesse conceito de produção, o ensino era do mestre para o aprendiz, sem um cânone determinado, apenas seguindo o princípio da imitação, do “aprender fazendo” nas oficinas. A formação nas corporações, que se traduzia no árduo e longo processo de tornar-se mestre, iniciava-se por volta dos doze anos, quando o jovem se candidatava ao aprendizado, passando por algumas semanas de experiência na casa do mestre, mediante o pagamento de uma taxa; ficando quase como um membro da família. Normalmente o mestre não poderia ter mais do que dois aprendizes. Segundo Hauser: “(...) não é, de modo nenhum, o talento que os habilita a viverem como artistas profissionais, mas o curso de instrução completo de acordo com os regulamentos da corporação”.<sup>4</sup> Se admitido, o aprendiz era submetido a um verdadeiro treinamento de ofício. O aprendizado variava de dois a oito anos, dependendo do aprendiz e do ofício. Sobre esse treinamento, do processo de tornar-se mestre, o estudo de Feldman deve ser considerado:

*Esse treinamento significava a oportunidade de aprender a usar as ferramentas corretamente, realizar o trabalho preparatório, trabalhar em cópias supervisionadas, receber críticas e orientações e, por fim, prestar assistência ao mestre com seu próprio trabalho. Porém, para que fosse possível ao futuro artesão trabalhar diretamente na obra de seu mestre, decorriam muitos anos de exercícios e tarefas submetidas ao seu julgamento.*

*(...) Para dar esse grande passo, o artesão deveria preencher certos requisitos, como a realização de uma obra-prima, que tinha de ser aprovada pelos mestres da guilda à qual ele pertencia. Essa obra tinha de estar num nível de excelência técnica que comprovasse sua capacidade como profissional completo. Além disso, para que tivesse chance de aceitação, era indispensável uma boa condição econômica e relações favoráveis na cidade escolhida.<sup>5</sup>*

<sup>2</sup> WICK, Rainer. *Pedagogia da Bauhaus*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 64-65. (Coleção A).

<sup>3</sup> Idem, *ibidem*, p. 64.

<sup>4</sup> O estatuto social do artista na Renascença. In: *História Social da Literatura e da Arte*: São Paulo: Mestre Jou, 1982, V. I., p. 415.

<sup>5</sup> FELDMAN, Edmund Burke. *The artist – a social history*. New Jersey, Prentice Hall, 1995, p. 68.

Destaca-se aqui a realização de uma *obra-prima*, compreendida como a etapa final do treinamento, a qual habilitava o mestre conferindo-lhe o título, significava a capacidade de aprovação para a profissionalização efetiva como mestre do seu ofício. Ela comprovava o nível de excelência técnica do aprendiz, julgado pela corporação à qual pertencia. Somente quando vencida tal etapa, o novo mestre era considerado plenamente apto a prosseguir a disponibilização de seus conhecimentos e habilidades a outros aprendizes, já que no período medieval a importância da arte não era dada à autoria da obra e sim ao seu ensinamento.

O processo de feitura e avaliação da *obra-prima* pode ser entendido como o da constituição de uma base sistematizada de legitimação profissional. Realizada nas oficinas, representava o trabalho final do curso de instrução, até o início da Renascença.

Nesse contexto histórico, destaca-se Filippo Brunelleschi (1377-1446) ourives, escultor, relojoeiro, matemático e erudito em latim, considerado o pai e o primeiro arquiteto do Renascimento, que trouxe significativos avanços para a área da arquitetura, apesar de ter uma formação artesanal, comum entre os séculos XIV e XV.

*(Na época) O construtor provinha sempre de uma formação artesanal, diferente dependendo das regiões e dos hábitos: antes diretamente das Corporações dos mestres da pedra e da madeira, mas, depois, ao menos a parte de projetos, é confiada aos membros das Corporações dos pintores, escultores e ourives.<sup>6</sup>*

Convém salientar que Brunelleschi não provinha de uma corporação arquitetônica e sim de uma ourivesaria, onde se ensinavam elementos de geometria e matemática, perspectiva, anatomia e também noções práticas de ciências da construção. Ficou famoso principalmente como o construtor da cúpula da Catedral de Florença, a primeira cúpula renascentista. Concluída a construção da Catedral, o espaço da grande nave central teria que ser coberto o que constituiu-se um grande desafio. A cúpula projetada e construída por Brunelleschi foi completada entre 1420 e 1436.

---

<sup>6</sup> RUGIU, Antonio Santoni. *Nostalgia do mestre artesão*. Campinas: Editora Autores Associados, 1998. Col. Memória da Educação, p. 98.



**Figura 01** – Catedral de Santa Maria del Fiore – Florença  
Cúpula projetada por Brunelleschi

Como exemplo de profissional, Brunelleschi foi um artesão que projetava na prancheta e depois arregaçava as mangas para apalpar os tijolos ainda quentes e para mostrar como ainda se fazia argamassa. Entretanto, foi também interessado em cultura humanista, foi mestre de obras, foi o diretor dos trabalhos, com o tom de quem se formou para fazer com as mãos. Para ele, era natural atuar no canteiro de obras, retificar desenhos, controlar a produção do dia-a-dia e supervisionar pessoalmente os vigias das mestranças<sup>7</sup>, ou seja, o conjunto de mestres das pessoas mais graduadas, mais capazes no ramo da construção. Brunelleschi pode ser considerado um artista completo, o seu trabalho associava projeto e obra, concomitante no canteiro. Porém, sem sujar as mãos nos trabalhos dos canteiros de obras, mas, no mesmo processo de busca de base conceitual, destacou-se o humanista e arquiteto italiano Leon Baptista Alberti (1404-1472), que ajudou a diferenciar arte de ofício, retirando da arte e da ciência o caráter experimental, em termos de projeto intelectual. Ele escreveu, entre outras obras sobre

---

<sup>7</sup> Idem, ibidem, pp. 100-101.

pintura e escultura, o importante tratado sobre a arte de construir<sup>8</sup> *De re aedificatoria*, subdividido em dez livros – tal como fez Vitruvius. Alberti se distinguiu na história da arquitetura, também, pelo fato de projetar edifícios e deixar a construção para outros, ou seja, dissociou o projeto da construção, quebrando assim a tradição de projeto e construção concomitante no local da obra, tal como fazia Brunelleschi. Mediante seu legado, centrando-se em idéias sobre a beleza em arquitetura, o projeto arquitetural se destaca e serve propriamente ao ensino das academias.

A palavra academia remete ao grande filósofo da antiguidade, Platão, à aprendizagem humanista. A origem da palavra “academia”, está relacionada à escola grega de filosofia por ele criada em 385 a.C. e fechada por Justiniano em 529 d.C., “cujo objetivo genuíno era a transmissão de uma formação espiritual abrangente com vistas a preparar a juventude para servir ao Estado (ideal)”<sup>9</sup>. Porém, a história moderna do surgimento da academia remonta ao jardim dos Médici, na Florença do século XV – um local onde se guardava a coleção de antiguidades dos Médici e que servia de ponto de encontro da elite intelectual. Mais tarde, já por volta de 1561 foi criada, também em Florença, pelo grão-duque Cosimo I, por indução de Vasari, a primeira academia verdadeiramente organizada e prestigiada, a qual pode ser considerada na base do ensino formal. Trata-se da Academia del Disegno, seguindo os princípios das irmandades e confrarias. O seu quadro era composto apenas por artistas independentes e criativos. A instituição tinha como chefes supremos, além do próprio Cosimo I, Michelangelo, o seu presidente Vincenzo Borghini e mais 36 artistas como seus membros. Para seu ingresso era necessário uma sólida e diversificada base cultural. Os professores tinham como atribuição a instrução de determinado número de jovens e o trabalho se dividia, sendo parte nos próprios ateliês, parte nas salas de aula da academia. A prática, nas oficinas e nos ateliês da cidade, coexistia com as disciplinas teóricas. Segundo Hauser: “A intenção e o espírito iniciais da academia eram liberais: serviam como meio de emancipação do artista da corporação para o elevar acima do nível do artesanato”<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> BIERMANN, Veronica et.al. *Teoria da arquitetura: do renascimento aos nossos dias*. Op. cit., p. São Paulo: Taschen, 2003, p. 22-2., e STRICKLAND, Carol. *Arquitetura Comentada*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003, p. 59.

<sup>9</sup> WICK, Rainer. *Pedagogia da Bauhaus*, op. cit., p. 65.

<sup>10</sup> A época do realismo político. In: *História Social da Literatura e da Arte*: São Paulo: Mestre Jou, 1982, V. I., p. 509, V. I

Também a famosa Academia de S. Lucas, em Roma, criada em 1593 por iniciativa de Frederigo Zuccari, serviu de modelo para todas as outras fundações, principalmente para as academias francesas transplantadas, que vieram formalizar os métodos de ensino italianos. “Naturalmente, a atividade das Academias era mais similar aos cursos universitários do que à rotina das oficinas”.<sup>11</sup>

As academias francesas, transplantadas como raízes das academias italianas, prosperaram, mas não substituíram inteiramente as corporações medievais, pois, continuaram a ter os aprendizes a quem era ensinada sua arte. Entre as mudanças que o Renascimento trouxe a esse respeito, os ofícios não eram mais ensinados no local da construção – no canteiro de obras – as oficinas se tornaram um estúdio, um atelier.

A história da formação acadêmica do arquiteto inicia-se, de fato, com a Academia Real de Arquitetura fundada em 1671 pelo rei Luis XIV, amante das artes e das idéias, sob uma autoridade monárquica que vinha se desenvolvendo há séculos.

*A criação da Academia Real de Arquitetura, em 1671, visava principalmente elaborar uma doutrina global da arquitetura que permitisse explicar a eclosão global da arquitetura francesa sob Luis XIV e sobretudo manter a sua linha geral e a tradição. A discussão doutrinal girava em torno do texto de Vitruvius, “Dez livros sobre Arquitetura”.<sup>12</sup>*

Oficial e estatal, trata-se da primeira escola voltada especificamente à formação de arquitetos. Dissolvida pela Convenção em 1793, passou a fazer parte da Escola de Belas Artes, formalizada em 1819. O ensino de arquitetura permaneceu até 1968 – com a revolta dos estudantes, neste ano, a seção de arquitetura foi fechada. Os conceitos adotados derivaram extensamente da Renascença italiana e pós-Renascença, os quais, por sua vez, originaram-se da antiguidade clássica.

Desenhar e projetar aparecem como as primeiras habilidades a serem aprendidas pelos estudantes de arquitetura. Essa aprendizagem prática, obrigatória, acontecia nas oficinas, nos ateliers dos seus mestres, onde os alunos tinham suas pranchetas de desenho. Aliás, era uma das condições do curso para a obtenção do título de aluno da Academia de Belas Artes de Paris na França. Apesar das aulas serem públicas, ou seja,

---

<sup>11</sup> RUGIU, Antonio Santoni. *Nostalgia do mestre artesão*, op. cit., p. 106.

<sup>12</sup> BIERMANN, Veronica et.al. *Teoria da arquitetura: do Renascimento aos nossos dias*. São Paulo: Taschen, 2003, p. 248.

abertas aos interessados em geral, a condição de aluno era reservada para um pequeno número de estudantes.<sup>13</sup>

Na escola da academia, os estudantes somente tinham lições teóricas compostas, sobretudo, de palestras e aulas expositivas em forma de conferências: o que era ensinado constituía-se material comunicável por meio de palavras. A teoria da arquitetura era ministrada pelo seu diretor, primeiro e único professor, Nicolas-François Blodel (1617-1686).

Os princípios do ensino da arquitetura na academia baseavam-se nos concursos e competições mensais e anuais administrados pela academia, verdadeiros embriões do Grande Prêmio de Roma. Essa tradição permaneceu inalterada como a base do ensino de arquitetura em toda a existência da Academia francesa.

Até a Revolução Francesa, a Academia Real de Arquitetura cresceu conservando seus princípios. Originariamente, em 1671, havia oito membros. Em 1699 um novo regulamento os dividiu em duas classes de sete arquitetos cada, mais o professor e o secretário – ao todo dezesseis. Em 1728 o rei aumentou o número para trinta e dois membros e em 1756 os dividiu em duas classes. Os membros indicados eram vitalícios e para a substituição, em caso de falecimento, era indicada lista tríplice e cabia ao rei a escolha de um nome<sup>14</sup>.

David Van Zanten<sup>15</sup> explica que foram três as distintas fases da arquitetura acadêmica francesa, as quais merecem consideração nesta pesquisa devido ao desenvolvimento das tendências do ensino acadêmico francês que expressam.

A **primeira fase** de sua formação durou de 1671 a 1789 – na qual começaram os concursos administrados pela Academia, culminando no Grande Premio de Roma.

Apesar de a Academia de Belas Artes ter sido fechada durante a revolução francesa, por causa de sua associação com a então desacreditada monarquia, a escola foi levada adiante de forma independente por um grupo de professores devotados. A tradição oficial foi logo revivificada com a fundação do instituto de França em 1795, que

---

<sup>13</sup> EGBERT, Donald Drew. From the founding of the Academie Royale d'Architecture to the Revolution. In: *The Beaux-Arts Tradition in French Architecture*. New Jersey: Princeton University Press, 1980, p. 24

<sup>14</sup> Conforme CHAFEE, Richard. The teaching of architecture at the Ecole des Beaux-Arts. In: *The architecture of the Ecole des Beaux-Arts*. New York: The Museum of modern arte, 1977, p 64.

<sup>15</sup> Professor de teoria da arquitetura da Escola de Belas Artes de Paris.

substituiu as velhas academias e indicou aquela que se tornaria conhecida por Escola de Belas Artes, oficializada em 1819.

A **segunda fase**, do final do século XVIII até 1860, abrangeu o período no qual muitos paradigmas da arquitetura foram quebrados. Estes paradigmas, ligados à estandardização ou a esquematização do projeto arquitetônico, indicavam a utilidade social, os princípios de convivência e economia, entre outros. Nesse período, uma reforma na formação artística começou a se processar, a partir das Escolas de Artes e Ofícios:

A **terceira fase** definiu-se como a da paradoxal fama dos princípios doutrinários da Academia, quando o seu tipo de ensino, com seus valores arraigados, atraíam a atenção do mundo inteiro, mas, já não se sustentavam diante dos novos desafios, inclusive da influência das Escolas Politécnicas.

A primeira Escola Politécnica da França, que também ensinava arquitetura, surgiu em 1795, cinco anos após a Revolução Francesa, no lugar da Escola de Pontes e Estradas, formada em 1716, que se fundamentava em rigorosas bases científicas, e de pequenas escolas provinciais de engenharia militar da França.<sup>16</sup>

A França, que estava na vanguarda do progresso científico, foi a pioneira no desenvolvimento das ciências das construções, da maneira como é entendida hoje. Assim, serve de modelo às outras nações quanto à organização didática também neste caso. O fato está associado ao desenvolvimento do espírito científico entre os fins do século XVII e início do século XVIII – destacam-se as leis formuladas por Galileu, em 1638, R. Hooke em 1676 e Mariotte em 1684.<sup>17</sup>

*Todos os resultados desses estudos são coordenados e completados nos primeiros decênios do século XIX por Louis-Marie H. Navier (1785-1836), considerado o fundador da moderna ciência das construções; o texto de suas aulas na École Polytechnique de Paris é publicado em 1826.<sup>18</sup>*

Nos primeiros decênios do século XIX, o ensino da arquitetura na França tinha uma relação difícil com a engenharia. Não somente em razão da concorrência que opõe os arquitetos aos engenheiros (da Escola de Pontes e Estradas e da Escola Central em

---

<sup>16</sup> CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. “A arquitetura e o século XIX”. In: *Ramos de Azevedo*. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 2000. Col. Artistas Brasileiros, p 26.

<sup>17</sup> BENEVOLO, Leonardo. *História da Arquitetura Moderna*. 3.ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1998, p. 36

<sup>18</sup> Idem, *ibidem*, p. 37.

particular) e aos demais técnicos da construção (empreendedores e aqueles que tinham a permissão para serem arquitetos), mas também, da postura adotada desde o começo do século XIX pela maioria dos profissionais e dos professores, de privilegiar o lado artístico e não o lado técnico do arquiteto.

Esta situação perdurou até 1968, apesar das tentativas de reforma que se sucederam (em primeiro lugar a dos “nacionalistas” guiados por Viollet-le-Duc na segunda metade do século XIX), acarretando aos arquitetos uma certa reputação de “incompetência” junto ao público e aos homens políticos, uma retração das missões que lhes eram confiadas, ao mesmo tempo que se tornavam mais numerosas aquelas confiadas aos técnicos e aos engenheiros.

No sistema politécnico, então incentivado, a pesquisa científica permitiu modificar os instrumentos de projeto e foi também a responsável por duas importantes inovações: a formulação das regras da geometria descritiva e a introdução do sistema métrico decimal<sup>19</sup>.

*A disseminação do ensino politécnico em toda a Europa pode ser constatada pela criação sucessiva de escolas, a primeira delas em Praga, em 1806. Segue-lhe a Politécnica de Viena, de 1815, a de Karlsruhe, de 1825, a de Munique, de 1827, a de Dresde, de 1828, e a de Stuttgart, de 1829. Na Bélgica, a Escola Especial de Engenharia Civil da Universidade de Gante seria criada em 1835.*

Destaca-se que a difusão do espírito científico e das aspirações dos arquitetos em verificar os limites do emprego dos materiais e dos sistemas de construções tradicionais estimularam várias pesquisas experimentais.<sup>20</sup>

Com o crescimento das cidades e o surgimento de novos materiais de construção, na França do século XIX, a tendência moderna das ciências das construções se popularizava. Enquanto isso, o ensino da arquitetura clássica se propagava, incentivado pelas políticas napoleônicas. Porém, afirma Zanten, o ensino modelar da Escola de Belas Artes da França começou a se mostrar exclusivo e mumificado<sup>21</sup>, não dando a flexibilidade para a discussão ou assimilação de perspectivas que fugissem de

---

<sup>19</sup> Idem, ibidem, p. 37.

<sup>20</sup> Idem, ibidem, p. 37.

<sup>21</sup> ZANTEN, David Van. “Architectural composition at the Ecole des Beaux-Arts from Charles Percier to Charles Garnier”, apud. CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. “A arquitetura e o século XIX”. In: *Ramos de Azevedo*. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 2000. Col. Artistas Brasileiros, p 27.

seu corpo doutrinário. E, assim, outras escolas foram surgindo, dando outras respostas aos novos desafios.<sup>22</sup>

Já, Benévolo<sup>23</sup>, observa que o ensino de arquitetura da Belas Artes da França que gozava de grande prestígio, preserva a tradição clássica francesa e do “grande gosto”, mas, se mantém aberta às novas experiências e ao progresso técnico e científico. A questão é que, segundo compreende o autor, essa escola não esteve adequada à formação de pessoal técnico especializado para atender às complexas e extensas tarefas assumidas pela administração do Estado, uma vez que a formação humanística desta escola não se prestava à instrução puramente técnica.

Com a criação da Escola Politécnica da França, uma cadeira de arquitetura foi introduzida nesta escola, e seu professor era Jean-Nicolas-Louis Durand (1760-1834), formado pela Academia Real de Arquitetura da Escola de Belas Artes e ganhador do Grande Prêmio de Roma em 1780. Durand desenvolve uma teoria que rompe com a tradição vitruviana: com a doutrina da imitação.

Para Durand, a finalidade primeira da arquitetura é a sua utilidade social. A conveniência de qualquer edifício, como a economia da figura do projeto e da sua construção, devem submeter-se a esse princípio<sup>24</sup>. Na sua visão, ao viabilizar o projeto e a construção, privilegia a dependência existente entre as formas e a propriedade dos materiais, atribuindo o papel secundário a determinadas formas – às formas mais complexas. A sua arquitetura reticular abriu caminho para a construção baseada em elementos pré-fabricados.

Todas as questões trazidas pelos novos princípios arquitetônicos mostram-se dentro de um novo contexto sócio-político, no qual a burguesia se impõe como classe dominante e exige novas demandas com novas tecnologias. Essas tendências começam a romper com a formação do arquiteto acadêmico, indicando a formação associada de um novo perfil profissional que conjugasse na sua formação acadêmica as questões tecnológicas, artesanais e sociológicas. A partir de Durand, presencia-se, nas academias que discutem modelos de ensino, a aproximação das demais visões da formação do arquiteto segundo Egbert.

---

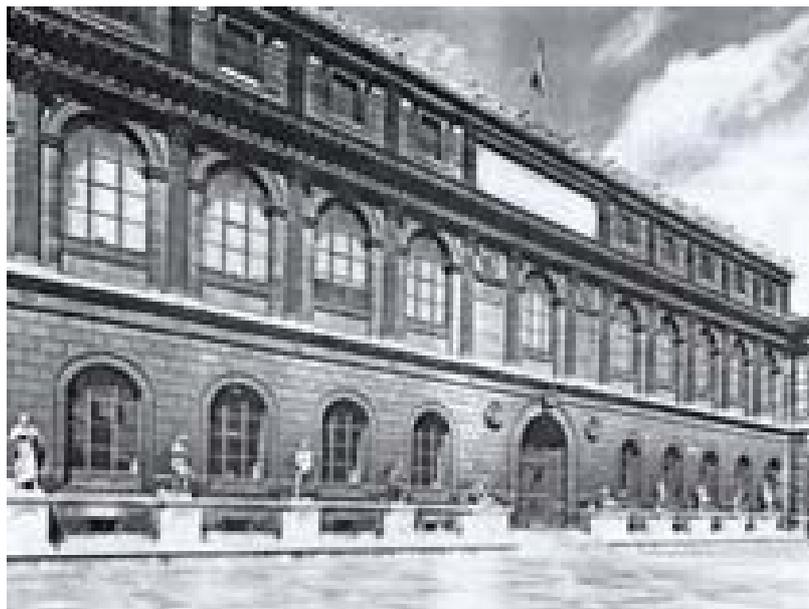
<sup>22</sup> CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. Idem, p. 26-27.

<sup>23</sup> BENEVOLO, Leonardo. História da Arquitetura Moderna, op. cit., p. 38

<sup>24</sup> BIERMANN, Veronica et.al. *Teoria da arquitetura: do renascimento aos nossos dias*. Op. cit, p. 328

Apesar das novas tendências, a Escola de Belas Artes de Paris se mantém fiel a seus princípios, continuando a formação acadêmica clássica da arquitetura, com o Grande Prêmio de Roma, o principal instrumento de perpetuação desse ensino, que veio afirmar a universalidade do classicismo dentro de um contexto privilegiado. Na época, ir à Roma havia se tornado obrigatório para todos os pintores, escultores e arquitetos que queriam estudar os monumentos históricos *in loco*, a fim de aperfeiçoar a capacidade de copiar os grandes mestres dentro dos cânones de beleza consagrados pela cultura greco-romana.

### **2.1. O Grande Prêmio de Roma na Escola de Belas Artes da França, dentro da tradição clássica**



**Figura 02** – Fachada da Escola de Belas Artes de Paris

O Grande Prêmio de Roma representa o ensino eminentemente clássico. Era uma competição anual instituída pela Escola de Belas Artes de Paris para os seus alunos matriculados em diversas áreas, um prêmio de final de ano, que contemplava medalhas e honras aos melhores trabalhos nas áreas de Pintura (a mais célebre), Escultura, Arquitetura, Estamparia e Composições Musicais, sendo que a maior honra estava reservada ao primeiro colocado em cada categoria, de participar de um intercâmbio, que poderia durar de dois a cinco anos na Escola de Belas Artes de Roma.

Sobre a implantação do Grande Prêmio de Roma, para dar aos jovens mais coragem e paixão na arte da arquitetura, sua majestade, o rei Luis XIV, ordenou que, de tempo em tempo, fossem propostos prêmios para aqueles de melhor êxito, os quais seriam enviados à Roma custeados por sua majestade. Os prêmios funcionavam como incentivo à perpetuação dos valores e dos princípios clássicos greco-romanos, constituindo-se instrumentos acadêmicos importantes a serviço do ensino e da aprendizagem das artes clássicas.

Para a arquitetura, envolvendo a efetiva bolsa de estudos e possuindo esta denominação, o concurso aparece após a Revolução Francesa, seguindo até 1968, quando se dá o fechamento do departamento de arquitetura da Escola de Belas Artes de Paris. Em 1701-1702, já é registrada a primeira experiência de competição em arquitetura, retomada somente em 1720 – com interrupções 1794-1796, 1915-1918, 1940-1941 – como um evento anual da Escola da Academia Real.

A estrutura do ensino que envolvia o Grande Prêmio de Roma era semelhante à estrutura de uma pirâmide de degraus, em cujo topo chegava somente um vencedor. Abaixo havia quatro degraus. Primeiro o jovem (ou a partir do fim do século XIX a jovem), encontrava um mestre, o patrono de um atelier escolhido onde praticava arquitetura<sup>25</sup>. Cada estudante escalava os degraus de acordo com seu ritmo, chegando tão alto quanto podia. O degrau mais baixo – o primeiro – era o da preparação para a admissão. Sobre esse degrau estava a segunda classe – o segundo degrau, na qual os estudantes eram os aprovados à conquista do título de arquiteto, tornando-se aspirantes. Ao cumprir as etapas da segunda classe, em forma de créditos obtidos, nos concursos e exame, o estudante alcançava a classe seguinte – o terceiro degrau – a primeira classe. Os estudantes da primeira classe participavam de grandes concursos anuais, nos quais concorriam às medalhas e valores em dinheiro. No topo da pirâmide – no quarto degrau – ficavam os concursos para o Grande Prêmio de Roma, que era o maior objetivo desses estudantes, pois tratava-se da competição mais importante do ano.

No período de 1819 a 1914, ao todo, 6.500 alunos foram admitidos na escola, porém, somente 100 foram os ganhadores do Grande Prêmio de Roma.<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup> CHAFEE, Richard. The teaching of architecture at the Ecole des Beaux-Arts. In: *The architecture of the Ecole des Beaux-Arts*. New York: The Museum of modern arte, 1977, pp. 82.

<sup>26</sup> Idem, *ibidem*, p. 58

Apesar de ser uma competição aberta ao público, a todo cidadão francês entre quinze e trinta anos, o Grande Prêmio de Roma de arquitetura era destinado tradicionalmente a estudantes da primeira classe da Belas Artes, que eram os vencedores. Na história, houve uma única exceção, em 1919, de um aluno (Jacques Carlu) pertencente à segunda classe da Escola de Belas Artes, o qual, após ganhar o Grande Prêmio, veio a se tornar professor do Massachusetts Institute of Technology.<sup>27</sup>

Nessa busca de destaque pessoal, a culminação do curso era para somente um homem: o notável. Um estudante poderia se submeter aos concursos do Grande Prêmio tantas vezes quanto quisesse, até a idade de trinta anos. Se fosse um daqueles alunos que tentaram e não conseguiram o prêmio, ele simplesmente poderia deixar a escola quando se sentisse pronto para ir embora.

Até novembro de 1867, o prêmio servia para selar a conclusão do currículo, excetuado o limite de idade, ou seja, não dava direito a um diploma, como os cursos de graduação conferem hoje. A competição do Grande Prêmio de Roma não diplomava, apenas notabilizava o curso de arquitetura. Ainda, a partir desta data, apesar de sua instituição, o diploma, por vinte anos, não teve nenhum efeito, período em que, nenhum estudante graduou-se, no sentido em que a palavra é comumente compreendida.

Vencer o Grande Prêmio de Roma significava, mais diretamente, uma nova fase de estudos dos modelos clássicos – agora *in loco*, em Roma. O vencedor, tido como o mais promissor arquiteto do ano, era enviado para a Academia Francesa em Roma, por um período de estudos de até cinco anos, às custas do governo francês, onde ganhava uma sala com a placa de seu nome e um pequeno salário, com o dever de estudar as lições da antiguidade.

Nos primeiros três anos, o vencedor deveria submeter-se a um estudo analítico de um monumento antigo. No quarto ano lhe era solicitado submeter a uma completa reconstrução de um importante trabalho clássico. E no quinto ano deveria desenvolver um trabalho autoral.<sup>28</sup> O percurso dos estudos, que inclui o curso da Escola de Belas Artes, o concurso do Grande Prêmio e a continuidade dos estudos em Roma, poderia durar até 20 anos, compreendendo um amadurecimento profissional. Entende-se que o processo de transição do âmbito acadêmico, da formação, para o do exercício

---

<sup>27</sup> Idem, *ibidem*, p. 86.

<sup>28</sup> DREXLER, Arthur (org.) Prefácio. In: *The Architecture of the École des Beaux-Arts*. New York, Museum of Modern Art, 1977, p. 8 e 9.

profissional, que o Grande Prêmio envolvia, era longo e determinante para o sucesso da profissão.

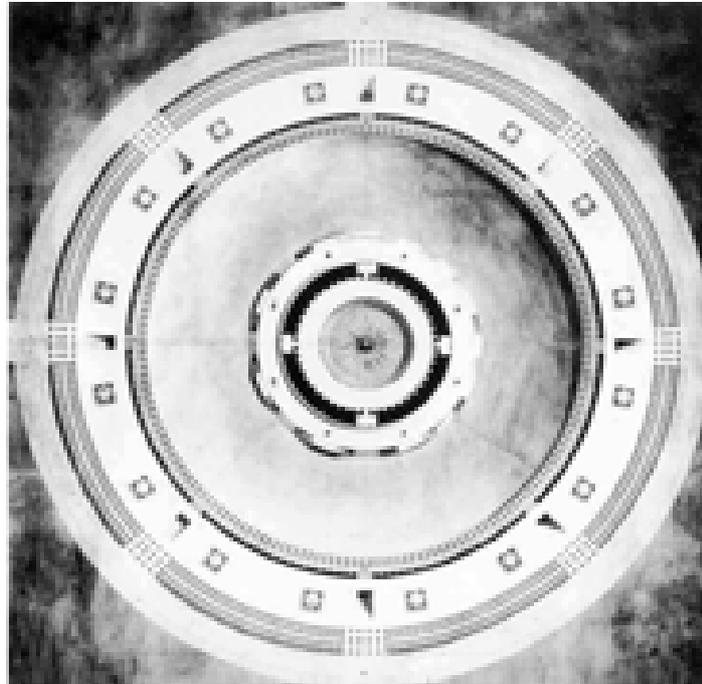
De volta à França, o vencedor era designado arquiteto do governo e partir daí um empregado do Estado, e seria responsável por um edifício público: uma biblioteca ou um palácio nacional, pela manutenção e, se necessário, pela sua alteração ou ampliação de seu edifício, podendo, ainda, ensinar como professor da Escola de Belas Artes e ainda ser *patron* de um atelier. Além disso, poderia também ser um candidato natural a ocupar uma das oito vagas da academia, que era a mais alta honraria que poderia receber.

Os Projetos do Grande Prêmio de Roma sempre foram vistos como impossíveis e megalomaniacos exercícios de imaginação, sem a intenção de serem construídos: eram simplesmente estudos, para os quais não havia preocupações econômicas nem técnicas, privilegiavam-se os aspectos da forma – considerações que desafiam a prática atual da arquitetura.

Como resultado, os projetos refletiam idéias acadêmicas em uma forma pura e exagerada. Mesmo sem a intenção de serem construídos, influenciaram inúmeras construções, particularmente fora da França. Uma grande parte dos vencedores do concurso, em certos casos, alcançaram um lugar entre os arquitetos mais famosos, tanto assim que muitos projetos são também historicamente importantes, como as primeiras obras realizadas por proeminentes arquitetos franceses. E, como tantos vencedores do concurso foram personalidades de excepcional talento, alguns dos arquitetos premiados possuíam considerável valor artístico, assim como significado histórico.

Conseqüentemente, foi pelo rigor e determinação que a Escola da Academia Real e a sua sucessora a Escola de Belas Artes alcançaram um indiscutível sucesso na formação de arquitetos, dentro da profissionalização que buscavam, tendo sua influencia espalhada largamente por diversos períodos, influenciando quase todos os países do mundo, inclusive o Brasil. Embora esta ascendência tenha começado a declinar nos anos 20 e 30 do século XX, idéias com origens oriundas da escola de Belas Artes continuam desempenhando um papel importante na educação arquitetônica, apesar do surgimento de novas escolas.

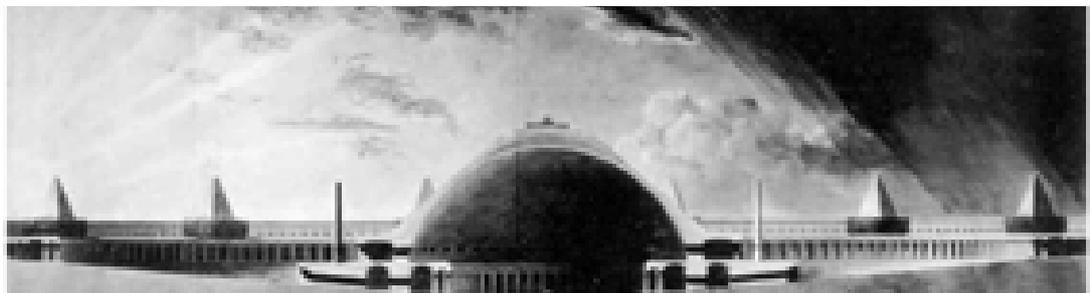
As figuras 3, 4, 5 e 6 ilustram alguns projetos vencedores do Grande Prêmio de Roma em várias épocas.



Planta

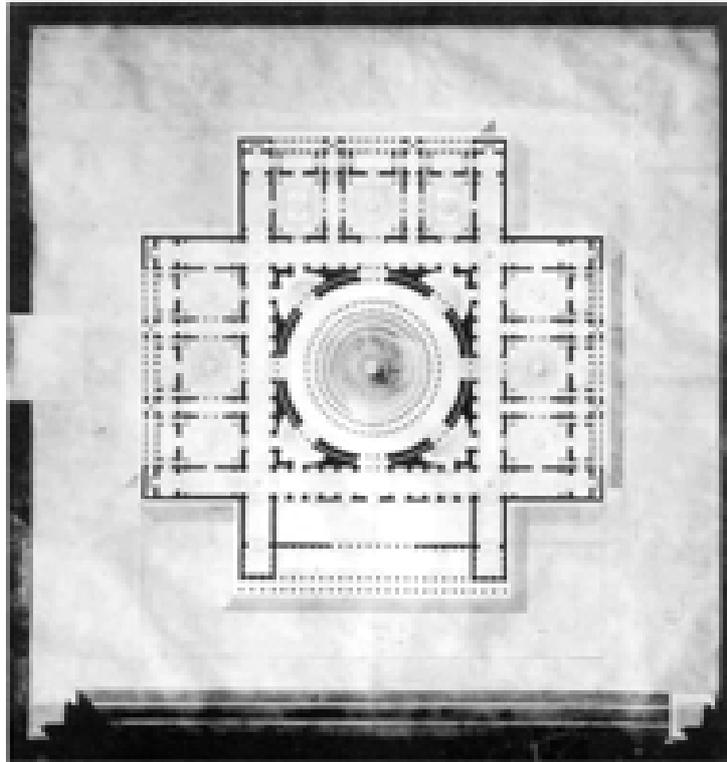


Elevação

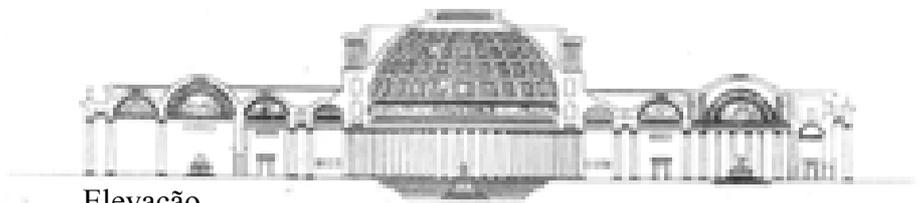


Corte

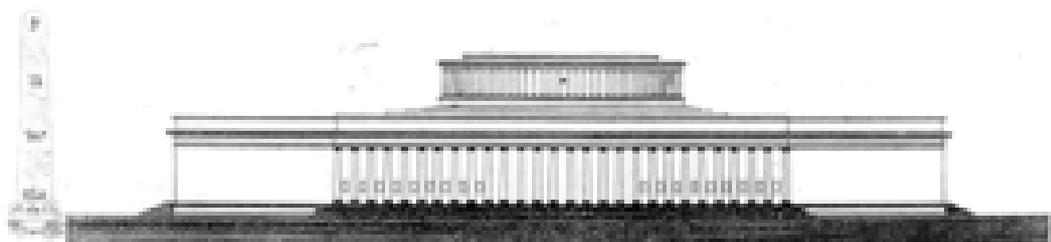
**Figura 03** – *Capela Funerária* (planta-elevação-corte)  
Pierre-François-Léonard Fontaine. 2º. colocado do  
Grande Prêmio de Roma, 1785



Planta

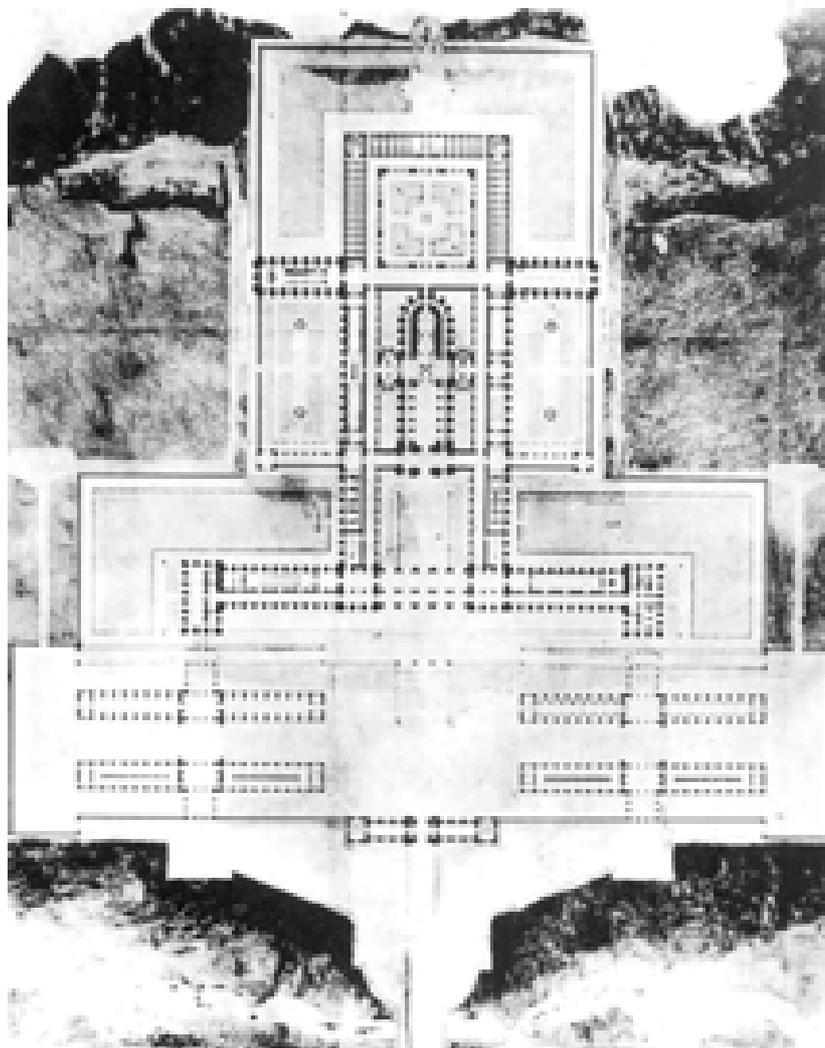


Elevação

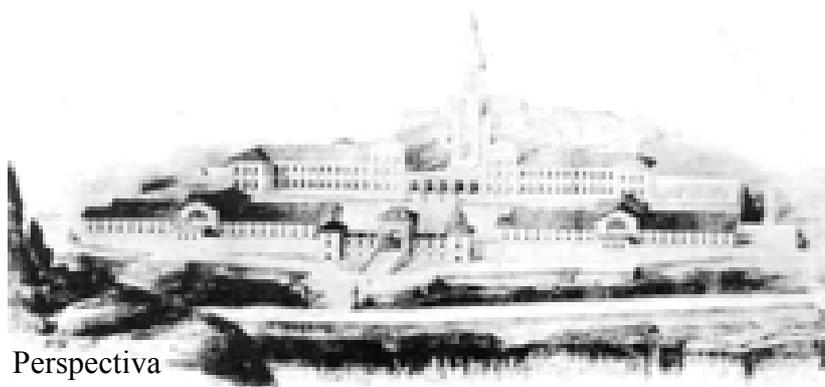


Corte

**Figura 04** – *Edifício para sediar academias* (planta-elevação-corte).  
Charles Percier. 1.º colocado do Grande Prêmio de Roma, 1786

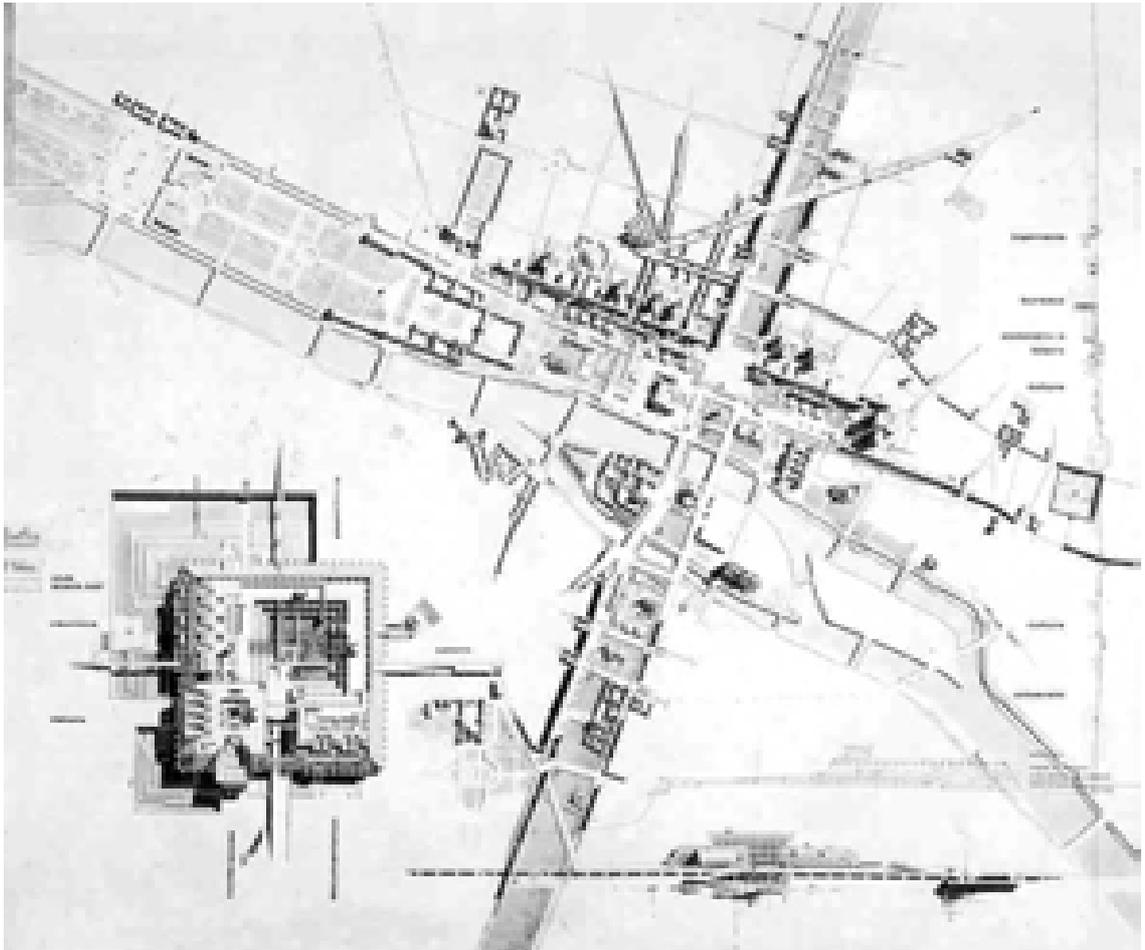


Planta



Perspectiva

**Figura 05** – *Albergue nos Alpes* (planta-perspectiva)  
Julien-Azaïs Gauder. 1º. Colocado do Grande  
Prêmio de Roma, 1864



**Figura 06** – *Casa Internacional*

Projetado sobre a hipótese da reorganização  
do centro de Paris (planta-elevações-corte)

Daniel Kahane. 1º. Colocado do Grande Prêmio de Roma, 1967

## 2.2. O Exame de Diplomação na Escola Especial de Arquitetura da França, dentro da visão da arquitetura moderna



**Figura 07** - Fachada da Escola Especial de Arquitetura - ESA

O processo de ruptura com o ensino acadêmico clássico da arquitetura se acirra ainda mais em 1865, quando é criada a Escola Especial de Arquitetura, que veio se contrapor ao ensino da Escola de Belas Artes, estabelecendo-se não em seu lugar, porém, como um sistema divergente, que fez frente aos valores absolutos praticados pela Academia. O fato é que, aos poucos, a tradição clássica das Academias começa a sofrer desgastes, à medida que novas tendências surgem na arte, de um modo geral.

Segundo aborda Egbert<sup>29</sup>, essas mais novas tendências divergiram grandemente do academicismo francês, as quais necessariamente afetaram os projetos de arquitetura. Uma inevitável consequência foi que o academicismo começou a se deparar com forte competição, principalmente com o crescimento de novas escolas técnicas, parcialmente de um sistema resgatado de aprendizes com novas escolas vocacionais, e – eventualmente – das escolas de planejamento urbano e do meio ambiente.

A revolução industrial levou ao aparecimento de técnicas e valores das utilidades práticas das ciências “mecânica” natural, dando origem também às escolas de engenharias e outras tecnologias que propunham essas novas técnicas. No contexto do movimento romântico que, por sua vez, ensejava o retorno de estilos históricos não acadêmicos, inclusive a volta ao estilo gótico<sup>30</sup>, anti-clássico, estimulou-se o

---

<sup>29</sup> EGBERT, Donald Drew. The significance of the Grand Prix de Rome d'Architecture In: *The Beaux-Arts Tradition in French Architecture*. Op. cit., p.03-07

<sup>30</sup> Na arquitetura, estilo desenvolvido na Île de France no séc. XII (Suger) caracterizado pelos arcos ogivais, arcos botantes, pilares muito altos, abóbodas trabalhadas, o uso extensivo de vidro e um rendilhado cada vez mais intrincado.

individualismo, o qual rejeitou a subordinação do arquiteto e cliente aos princípios do design tradicional. Paradoxalmente, também se calcava em valores baseados nas “ciências sociais” em um conceito de sociedade como organismo, os quais eventualmente levaram a estabelecimentos de escolas que davam ênfase ao planejamento-urbano, regional e do meio ambiente. Contudo, a partir dele, reapareceu o sistema de aprendizagem medieval na sua concepção de artes e ofícios não desvinculada da organização de trabalhadores e o desenvolvimento de escolas vocacionais, nas quais os ofícios podiam ser ensinados por métodos conhecidos desde a Idade Média.

A tradição acadêmica, mesmo modificada, ainda afetava os projetos de muitos edifícios públicos, que buscavam ser classicamente “monumentais” em percepção. O ponto de vista utilitário do engenheiro tendia a dominar a arquitetura industrial e o espírito romântico, ainda refletido no caráter individualista do mundo da arquitetura doméstica; enquanto sua parcial derivação sociológica tinha um profundo efeito no desenvolvimento e na natureza de habitações de massa. Como o conflito entre essas visões foi ganhando força, a tradição acadêmica francesa, na sua busca de sobrevivência, foram forçadas a se conciliar em um grau considerável.

Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879) foi um exemplo de personalidade que apontou a necessidade de revisão dos padrões clássicos adotados: “Nenhuma personalidade influenciou tanto a formação da arquitetura do século XX como Viollet-le-Duc”<sup>31</sup>. Em 1863, ele foi nomeado professor da Escola de Belas Artes da França, porém, teve que se retirar um ano mais tarde devido à oposição violenta que seu projeto de reforma da formação dos arquitetos suscitou. A proposta de seu sistema didático – publicado entre 1863-1872 como *Entretiens sur l’architecture* – era a de trabalhar a arquitetura com os princípios da lógica e da razão, não perdendo de vista as leis naturais.

Viollet-le-Duc preparou o caminho para o movimento moderno. O sucesso de sua doutrina significou também a declarada e forte oposição à doutrina das Belas Artes, da escola francesa. Como dissidente e oponente desta escola, participou da criação, em 1865, da Escola Especial de Arquitetura da França. Ele procurava a geração do progresso, sem com isso prender-se a um “academismo ultrapassado” e às “estruturas

autoritárias” clericais e monárquicas, como ele denominava. Sua visão glorificava a arquitetura gótica: a arquitetura complexa, proporcionada e útil, tendo-a como a “ideal”. Aliás, Viollet era um profundo conhecedor das construções e das técnicas construtivas medievais. Ao observar a adequação da função com os materiais, desprezava o estilo clássico, tido como “decorativo”; colocava o estilo gótico versus o clássico, a verdade versus a mentira: “era precisamente nesta oposição polar que residia o potencial de reflexão e de discussão do movimento moderno”<sup>32</sup>.



**Figura 08** – Catedral Ideal Imaginada por Viollet-le-Duc

---

<sup>31</sup> BIERMANN, Veronica et.al. *Teoria da arquitetura: do renascimento aos nossos dias*. (prefácio) Op.cit., p. 344.

<sup>32</sup> Idem, *ibidem*, p 345.

O arquiteto-historiador italiano Leonardo Benévolo indica, para melhor se lidar com o termo, entender em que momento começa o movimento moderno. Para tanto, fornece três respostas, aqui resumidas: a) arquitetura moderna nasce das modificações técnicas, sociais e culturais relacionadas com a Revolução Industrial; b) pode-se dizer que a arquitetura moderna começa quando o inglês William Morris dá início a sua atividade prática, em 1862, ano em que entra no comércio a firma Morris, Faulkner, Marshall & Co.; c) o alcance de um método adequado para atingí-lo é o ponto crucial de todo o desenvolvimento, concretizado através da Primeira Guerra Mundial, quando o alemão Walter Gropius abre a escola (Bauhaus) de Weimar<sup>33</sup>.

Como resultado do movimento moderno francês do ensino da arquitetura, reconhecida oficialmente como sendo de utilidade pública em 1870, a partir desta data, a Escola Especial de Arquitetura adquire o “status” de uma associação independente, ou seja, de uma escola privada. Quando de sua criação, iniciou um curso de Higiene da Habitação e Saúde Pública Urbana. Outras áreas inovaram seus estudos, como Projetos de Estruturas Metálicas, em 1908, Projetos de Instalações Elétricas, em 1912, Aquecimento e Ventilação, em 1926, Administradores de Terrenos para Construção, Planejamentos de Cidades e Projeto de Jardim, em 1929, Acústica na Construção de Edifícios, em 1946, Análises de Custos de Edifícios, 1958, Tecnologia da Computação, em 1970. Desde esta época também os cursos: Ecologia Urbana, Paisagismo, Edifícios Inteligentes, Gerenciamento de Sistemas, Análises de Exigências do Cliente e Projetos em Computadores, foram introduzidos.

A Escola Especial, que existe até hoje, vem incorporando no seu currículo as inovações tecnológicas e as necessidades sociais. É uma das vinte e duas escolas de arquitetura existentes na França e uma das duas únicas escolas privadas. Congrega atualmente estudantes representantes de cinquenta nacionalidades.

O seu curso de arquitetura é dividido em cinco anos, sendo que o quinto ano é reservado para a realização de um trabalho de diplomação, composto de várias provas ou exames. O ano do diploma é essencialmente o período da transição entre a formação arquitetural e a prática da arquitetura. O alvo do projeto do diploma é demonstrar o resultado da pesquisa sustentada nos conhecimentos alcançados, os quais representam o

---

<sup>33</sup> BENEVOLO, Leonardo. *História da Arquitetura Moderna*. (Preliminares) 3.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Perspectiva, 1998, pp.11-17

alcance de sua maturidade. Os candidatos ao diploma escolhem uma ou mais áreas de estudo, focalizam suas pesquisas, refinam suas opções e adquirem novas competências.

O trabalho de cada estudante é acompanhado por várias pessoas de diferentes profissões (membros de um júri) que contribuem com suas experiências. Estes se encontram em duas ocasiões: em um pré-juri e na apresentação pública do projeto do candidato ao diploma.

Um prêmio anual é concedido para o melhor projeto de diploma designado por um júri internacional. Para melhor apresentar esta escola e o Exame de Diplomação, a reprodução de seu programa oficial, regulamentado em 1945<sup>34</sup> encontra-se anexo a este trabalho.

Reproduz-se, na seqüência, o texto do Exame de Diplomação:

*Só podem apresentar-se a esse exame os estudantes que obtiveram todas as médias e notas ao longo dos estudos. O programa deste exame tem por objeto o estudo de uma grande composição de arquitetura concebida e desenvolvida em todos os seus detalhes, como se ela devesse ser executada: construção, equipamento, decoração, memoriais descritivo e explicativo. O conjunto dos projetos que constituem o exame é obrigatório e deve ser estudado em sua integralidade. O exame comporta uma série de provas relativas ao quadro geral do assunto que são os seguintes:*

*1º prova de arquitetura*

*2º prova de construção (estrutura e detalhes técnicos)*

*3º prova de técnica construtivas (planejamento e equipamento: aquecimento, ventilação, instalações elétricas)*

*4º prova de Higiene da Habitação (higiene, alimentação de água e saída de esgoto)*

*Todas essas provas como as questões em relação às diferentes partes do projeto, são eliminatórias para os estudantes que não obtiverem nota mínima de 11/20 em cada uma delas.*

*Todo estudante que tiver obtido a média para a prova numero 1, mas for reprovado em uma das outras provas (2, 3 ou 4) , deverá refazer uma nova sessão, sendo aferida avaliação somente nas provas às quais houve reprovação anterior. Todo estudante pode se apresentar ao exame de diploma sem limite de idade.*

Sob as influências do movimento moderno na formação do arquiteto, a regulamentação da profissão na França se dá durante a segunda Grande Guerra, em 1940, sob o ultraconservadorismo do governo Vichy. A partir de 1942, após a derrota da França na segunda Grande Guerra, somente os cidadãos franceses portadores de um diploma de arquiteto, emitido por numa escola superior reconhecida pelo Estado,

---

<sup>34</sup> O programa foi pesquisado e cedido pela arquiteta e pesquisadora Marlene Yurgel da FAU/USP; trata-se de material não publicado pertencente ao acervo da FAPESP.

poderiam atuar na profissão.<sup>35</sup> A regulamentação da profissão é o fato mais contundente de validade e pertinência do Exame de Diplomação.

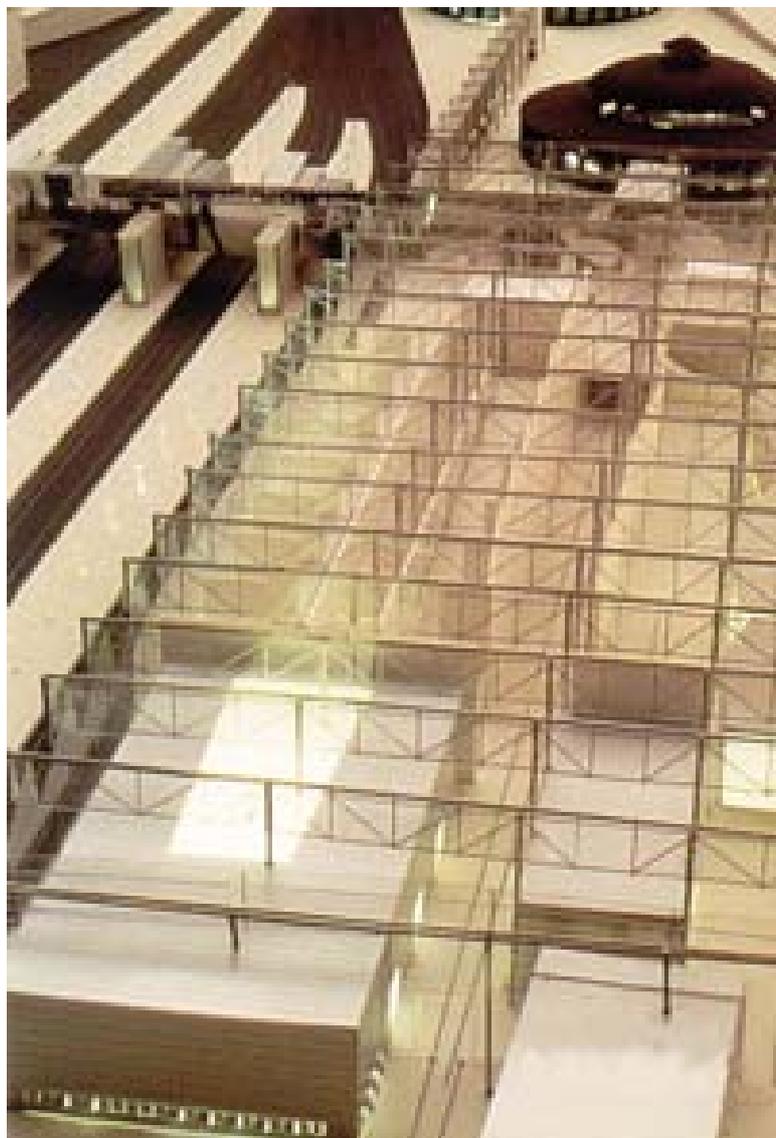
Segue ilustração de exemplos de melhores trabalhos do Exame de Diplomação do final da década de 90 (figuras 9 e 10). Observa-se que não foi possível localizar trabalhos anteriores a esta data.



**Figura 09** – *Lugala ou O Gênio do Lugar*. Daphné Ract-Madoux  
Melhor Trabalho de Diploma de 1996

---

<sup>35</sup> Loi instituant l'ordre des architectes at réglementant le titre et la profession d'architecte. Publicado no *Jorn al Oficial* em 31 de dezembro de 1940. In: [WWW.admi.net/jo/loi24janvier19451.html](http://WWW.admi.net/jo/loi24janvier19451.html). Acesso em 26/01/2004.



**Figura 10** – *Estação de Arte*. Tatiana Fabeck  
Melhor Trabalho de Diploma de 1994

## Capítulo 2

# AS INFLUÊNCIAS FRANCESAS NA A FORMAÇÃO ACADÊMICA DO ARQUITETO NO BRASIL E OS TRABALHOS FINAIS DE CURSO

No Brasil, como na França, o ensino de arquitetura surgiu fora das escolas, de maneira não formal: na Colônia para o preparo de pessoal técnico especializado para atender às demandas político-sociais, sob orientações principalmente portuguesas, já inspiradas ou sistematizadas nos ensinamentos das academias francesas.

A história do ensino formal da arquitetura brasileira – das artes visuais de um modo geral – caracterizou-se, inicialmente, pela importação dos modelos neoclássicos difundidos pelas academias francesas. Esse fato significou, a elitização desse mesmo ensino, que surgiu quando D. João VI, como governante de Portugal em terras do Brasil, contrata uma Missão Artística Francesa que propiciou a criação no Rio de Janeiro, da Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios. A missão era formada de um arquiteto (Grandjean de Montigny, acompanhado de dois assistentes e diversos artífices), pintores, escultores, gravadores e outros artistas franceses, contratados por um prazo de seis anos, a partir de 1816 – sendo que vários deles permaneceram no país após esse período<sup>36</sup>.

Representante da tradição francesa da arquitetura clássica, Grandjean de Montigny<sup>37</sup>, arquiteto francês, ex-aluno da Escola de Belas Artes da França, foi o ganhador do Prêmio de Roma em 1799, cujo título do programa foi *Elysée ou cimetière public*<sup>38</sup>. Tratando-se de um bonapartista apaixonado, aceitou o convite para fazer parte do grupo de artistas que se destinava ao Brasil, devido à queda de Napoleão e ascensão

---

<sup>36</sup> CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade Temporã*. 2.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986, p. 131.

<sup>37</sup> Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny, nascido em Paris a 15 de Julho de 1776 e falecido no Rio de Janeiro a 2 de março de 1850, cursou a “Ecole des Beaux Arts” e foi discípulo de Charles Percier e Pierre Fontaine – “Prix de Rome” de 1799, tornou-se artista de alto merecimento. Conforme GALVÃO, Alfredo. *Subsídios para a história da Academias Nacional de Belas-Artes*. Rio de Janeiro, s.c.p., 1952. Montigny foi um homem de formação eclética, responsável por muitas obras na cidade do Rio de Janeiro, ocupou, inclusive, o cargo de diretor da Escola Imperial de Belas-Artes.

<sup>38</sup> Conforme cita EGBERT, Donald Drew. Em: *The Grand Prix Designs*. In: *The Beaux-Arts Tradition in French Architecture*. New Jersey: Princeton University Press, 1980, pp. 168-200.

de Luis XVIII. Ao chegar ao Brasil se empolgou pela natureza tropical e nunca mais a abandonou <sup>39</sup>.

Montigny, conhecido por assíduos estudos, destaca-se como o primeiro professor oficial de arquitetura no Brasil nomeado pelo decreto de 12 de agosto de 1816; Levasseur e Meunié, especialistas também em estereotomia<sup>40</sup>, receberam o título de primeiros assistentes de arquitetura.

Montigny foi um homem de formação eclética, responsável por muitas obras na cidade do Rio de Janeiro, ocupou, inclusive, o cargo de diretor da Escola Imperial de Belas-Artes. Aliás, sua primeira incumbência foi o projeto dessa escola:



**Figura 11** – Fachada da Antiga Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro em 1938  
Grandjean de Montigny

---

<sup>39</sup> “(...) tudo para ele foi novo, tudo excedeu à expectativa. A brasileira terra, com seus mistérios e belezas, o atraiu, o elevou, e acabou dominando-o”. Conforme cita Adolfo Morales de los Rios Filho. *Grandjean de Montigny: e a evolução da arte brasileira*. Rio de Janeiro: Empresa a noite, 1941, p. 37-38.

<sup>40</sup> Arte de dividir e cortar com rigor os materiais de construção.

O ensino regular da arquitetura, entre os outros cursos oferecidos na Escola de Belas Artes, se inicia no ano de 1826, quando esta já funcionava como Academia Imperial no Rio de Janeiro, em edifício próprio. Apesar da influência francesa, nesta academia, o ensino profissional se processava pela transmissão direta do conhecimento do mestre para o aprendiz, na mais pura tradição medieval, dentro do próprio canteiro de serviço ou do atelier. Todavia, nasce em contraposição aos ensinamentos empíricos que definiam, de maneira geral, o barroco brasileiro. Este ensino se impôs como definido e definitivo, já consagrado pelo sistema europeu – o acadêmico da Escola de Belas Artes da França.

No seu primeiro manuscrito traduzido, o chefe da Missão Francesa aportada em terras brasileiras, Joachim de Lebreton, secretário perpétuo do Instituto de França e Diretor da seção de Belas-Artes do Ministério do Interior daquele país<sup>41</sup>, recomendava para o Brasil um ensino de arquitetura nitidamente voltado à perpetuação dos ensinamentos clássicos, a partir dos modelos consagrados pelos gregos e romanos. Esses modelos foram adotados por vários mestres dos séculos XV e XVI, a exemplo de Vitrúvio, arquiteto italiano, nascido provavelmente em 84 a.C., autor do primeiro tratado de arquitetura de que se tem notícia: os dez livros sobre arquitetura, dedicados ao imperador Augusto, os quais indicam a doutrina que compôs as diferentes ordens de arquitetura.

Tudo revela que, com a Missão Francesa, os modelos arquitetônicos até então existentes no Brasil ficaram subjugados pelas obras de Grandjean de Montigny e seus discípulos. As novas obras projetadas traziam a sistemática e a legitimação da tradição acadêmica francesa, que com todas as suas regras e o predomínio do aprendizado convencional sobre a criatividade, a expressividade emocional e o espontaneísmo, imperou sobre os padrões vigentes e constituídos no país.

De orientação predominantemente neoclássica, o grupo da Missão Francesa, em uma transição abrupta, substituiu o tendente emocionalismo barroco pela frieza

---

<sup>41</sup> Joaquim Lebreton (literato, jornalista e crítico de arte), nasceu em Saint Meens (Bretanha) a 7 de abril de 1760. Foi diretor da seção dos museus, bibliotecas e conservatório do Ministério do Interior de França; membro do “tribunal” criado por Napoleão para moderar os demais poderes do Estado; membro do Instituto de França na seção de Belas Artes e ciências morais e políticas; contribuiu para a organização do Museu do Louvre e para a reabertura da Academia francesa de Belas Artes em Roma. Sua ação, no Brasil, foi anulada pela campanha movida pelos nacionais e pela inércia do Governo após a morte do Conde da Barca, em Julho de 1817. Dedicou-se à literatura e à história. Faleceu e 9 de junho de 1819, no Rio de

intelectual do neoclássico<sup>42</sup>. Esse estranhamento consta do relatório formulado pela Associação Brasileira das Escolas de Arquitetura sobre as condições históricas do ensino de arquitetura no país.

*A arte neoclássica, voltada aos modelos da Antiguidade greco-romana em idealizações que buscam proporções perfeitas e corrigem a natureza, procurando nela só o que é belo, tem, de um lado, uma vocação para a objetividade diante dos modelos, e de outro, a subjetividade das “leis da beleza”, das normas de relação que devem transcender a essa objetividade. Ela combina um trabalho disciplinado, atento e constrangedor, com uma possibilidade de ir além, conhecendo as “leis eternas”, o belo.<sup>43</sup>*

No entanto, deve-se reconhecer que apesar da contundência da instalação do neoclassicismo na época, Montigny somente efetivou a incidência do movimento que já existia no Brasil. Antes da primeira Missão Francesa, desde a atuação de Giuseppe Landi no Pará, entre 1752 e 1792, em obras como o Palácio do Governo de 1759<sup>44</sup>, a arquitetura neoclássica já estava presente, convivendo com outras tendências.

O mais importante a ser destacado nessa história é o fato de o programa do ensino acadêmico de arquitetura estabelecido no Brasil pela Academia Nacional de Belas Artes ter imitado o modelo francês – de acordo com a visão de Lebreton. Um grande indício é o fato de o Imperador D. Pedro II ter estabelecido prêmios de viagem à Europa – Roma e Paris – nos moldes ao Grande Prêmio de Roma: Concursos Anuais de Prêmios de Viagem ao Estrangeiro. O primeiro concurso data de 23 de outubro de 1845, ganho pelo aluno-discípulo de Grandjean: Antonio Baptista da Rocha, que veio substituir seu mestre na cátedra de arquitetura. Este prêmio, na modalidade pintura<sup>45</sup>, - também a considerada mais célebre e incentivada como um “engajamento erudito”<sup>46</sup> – foi ganho por um trabalho aquarelado da reconstituição do Templo de Júpiter Stator.

---

Janeiro. Conforme GALVÃO, Alfredo. *Subsídios para a história da Academia Nacional de Belas-Artes*. Rio de Janeiro, s.c.p., 1952.

<sup>42</sup> CAVALCANTI, Carlos. “O predomínio do academismo neoclássico. In: PONTUAL, Roberto. *Dicionário das artes plásticas no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização, 1969, s/p.

<sup>43</sup> MOTTA, Flávio L.. *Subsídios para o Relatório sobre o ensino da Arquitetura: UIA – UNESCO 1974*. In: Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura. *Sobre o ensino da arquitetura no Brasil*, 1977, p 21.

<sup>44</sup> BANDEIRA, Júlio, XERÉO, Pedro, CONDURU, Roberto. *A missão francesa*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

<sup>45</sup> DE LOS RIOS FILHO, Adolfo Morales. Belas Artes. In: *Grandjean de Montigny: e a evolução da arte brasileira*. Rio de Janeiro: Empresa a noite, 1941, p. 161.



**Figura 12** – 1º. Prêmio de Viagem à Europa da Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro – Reconstituição do Templo de Júpiter Stator  
Antônio Batista da Rocha, 1845

Os Prêmios de Viagem eram divulgados nas Exposições Gerais anuais, que intensificaram-se durante a segunda metade do século XIX, como elemento de atualização dos métodos convencionais de ensino. Os trabalhos apresentados eram típicos do estilo clássico italiano e revelavam o conjunto de regras e as possibilidades determinadas dos artistas. Exemplo de trabalhos da área de arquitetura: Fachada do Porte do Panteon em Roma, restaurada, Fachada do Templo de Minerva, segundo Pausanias, Pedestal da Coluna Trajana, em Roma, Fachada do Propiléu em Atenas, segundo Pausanias.<sup>47</sup> Efetivamente, constituíam-se em incentivos que zelavam pela

---

<sup>46</sup> CAMPOFIORITO, Quirino. Evolução do Ensino Acadêmico: As exposições gerais e os prêmios de viagem. In: Pintura posterior à Missão Francesa 1835-1870, p. 55-63. Co. História da Pintura brasileira no século XIX, V. 3.

<sup>47</sup> Idem, *ibidem*, p. 166.

tradição greco-romana no Brasil na linha da Academia da França, a partir da influência dos mestres oriundos da Missão Francesa.

Assim, o ensino da arquitetura foi impregnado pela crença nos concursos e premiações como incentivos à produção acadêmica consagrada. No seu manuscrito, Lebreton recomenda um concurso mensal de esboços e de projetos acabados, julgados pelos professores e encaminhados ao Ministério competente, bem como uma exposição pública anual de todos os trabalhos da escola, tanto de professores como de alunos, com a distribuição de prêmios aos que houvessem demonstrado mais talento ou feito maiores progressos. O documento referencia: “quando o tempo permitir a formação de alunos de nível bastante elevado, para presumir-se que possam tornar-se grandes artistas, será necessário enviá-los por alguns anos à Itália”.<sup>48</sup>

Estabelecidos por D. Pedro II, esses prêmios de viagens vieram incentivar a produção acadêmica, coroando de certa forma, os trabalhos de melhor êxito, os melhores projetos acabados, que atendiam às regras clássicas de composição. A recompensa era entendida por alguns críticos, como Quirino Campofiorito, como única forma de se ultrapassar uma modesta aplicação de conhecimentos condicionados ao sucesso mínimo. Para ele, os que não tinham acesso ao prêmio “marginalizavam-se numa atuação artística medíocre ou revestiam aos trabalhos mais modestos de artesanato, sem contudo poderem competir com o elemento estrangeiro, sempre muito melhor capacitado”.<sup>49</sup>

Sobre a instituição dos prêmios de viagem, cabe observar a Portaria de 31 de outubro de 1855, do Ministério do Império Couto Ferraz, que ficou conhecida como Reforma Pedreira, concebida pelo diretor Manuel de Araújo Porto Alegre, a qual trouxe uma série de modificações que incidiram na composição curricular. Entre outras coisas, ela baixou instruções para a regulamentação do período de pensionato na Europa, com a expectativa de implantar e rotinizar as “viagens de aperfeiçoamento” melhorando o desempenho e “estreitando o controle sobre os pensionistas da Academia nos Ateliês e nas escolas de Paris, Roma ou Florença”.<sup>50</sup> Segundo José Carlos Durand:

---

<sup>48</sup> Idem, *ibidem*, p. 167.

<sup>49</sup> CAMPOFIORITO, Q. *Artes Plásticas e Ensino Artístico no Rio de Janeiro, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivos ENBA, 1965.

<sup>50</sup> DURAND, José Carlos. A academia imperial de Belas-Artes do Rio de Janeiro e o Regime de Pensionado. In: *Arte, privilégio e distinção*. São Paulo: Perspectiva, 1989. (Col. Estudos), p. 10.

*Em 1858, foram regimentados os concursos públicos para a Academia, a partir daí organizados em três categorias: a) concurso para professores, aberto a artistas nacionais e estrangeiros; b) concurso de animação, para artistas nacionais e estrangeiros não pertencentes à Academia; e c) concurso de primeira ordem ou de viagem, reservado aos alunos da Academia habilitados em pintura histórica, paisagem, arquitetura, estatuária e gravura de medalhas. Este último permitia se escolher, a cada três anos, quem deveria ser contemplado com pensão de cinco anos de aperfeiçoamento na Europa. O prazo ficava assim bastante dilatado, posto que até então a pensão era concebida por apenas dois anos.<sup>51</sup>*

O desempenho do pensionista era controlado. Enquanto cabia ao ministro do Brasil pagar os proventos da pensão e aferir a dedicação do pensionista ao trabalho, era exigido, deste, atestado de frequência subscrito pelo mestre e cabia-lhe ainda encaminhar ao Brasil os originais e as cópias – entregues como encargos da pensão.<sup>52</sup> Segundo observa Durand, os pensionistas brasileiros sofriam inúmeros percalços em seu estágio europeu. A Academia Imperial de Belas Artes era formalmente vinculada ao Ministério do Império e tinha orçamento regular aprovado e pago por seu Ministro. As verbas para as pensões vinham em parte desse Ministério, em parte da rubrica de despesas controlada diretamente pelo monarca Pedro II.<sup>53</sup>

Não há registro de que alunos de arquitetura tenham ido à Europa. Entre as artes plásticas na época, o prestígio era dado principalmente à pintura e à escultura. Entretanto, no início do século XX observa-se um crescente aumento dos projetos de arquitetura expostos nas exposições oficiais da Academia. Em números são: 5,6 projetos entre 1894 e 1899; 11,3 entre 1900 e 1905; 4,5 entre 1906 e 1911; 8 entre 1912 e 1916; 21 entre 1917 e 1921; 28 entre 1922 e 1926; 21 entre 1917 e 1931<sup>54</sup>. O fato mostra o prestígio que a profissão veio ganhando ao longo dos tempos.

Consta que ex-pensionistas alunos de pintura, de volta ao Brasil, em 1861, ocupavam cátedras que haviam sido de pintores da missão francesa. De todo modo, aconteceram somente quatorze concursos com prêmios de viagem entre 1849 e 1874. A premiação, sem muita regularidade, acontecia sempre na mostra de trabalhos e com a presença da família imperial. A falta de regularidade e o seu término devem-se às

---

<sup>51</sup> Idem, ibidem, p. 8-9.

<sup>52</sup> Idem, ibidem, p. 12.

<sup>53</sup> Idem, ibidem, p. 25.

<sup>54</sup> IBGE – Anuário Estatístico do Brasil – 1939/1940 – Quadro “Aspectos Culturais: Exposições Oficiais de Belas Artes na Cidade do Rio de Janeiro: 1894/1939 – Trabalhos Expostos, segundo a Natureza, pp. 1406 e 1407. In. Idem, ibidem, p. 70. (Nota de rodapé)

carências orçamentárias e discórdias políticas e administrativas internas que sempre dificultaram a sua consolidação, conforme escreve Durand.<sup>55</sup>

Todavia, lembra Laudelino Freire, a arte brasileira, a partir das viagens, teve um alargamento temático: “evoluiu gradativamente da pintura dos claustros e das igrejas, das irmandades e dos conventos à cultura de todos os gêneros”.<sup>56</sup>

De forma menos organizada, sistematizada, facilitada e convicta do que na França, no Brasil, as premiações igualmente serviam socioculturalmente para defender os interesses das classes dirigentes, ou melhor, da monarquia. Aqui, também funcionavam como instrumentos pedagógicos de avaliação de competências e promoção acadêmica e profissional na Academia.

O curso de arquitetura clássico da Escola Nacional de Belas Artes, foi ministrado, por vinte e três anos, por Grandjean, até sua morte em 1850. Depois, vieram outros mestres que continuaram a perpetuação do ensino clássico. O avanço propiciado pela Revolução Industrial e a necessidade de atender às demandas de construção do país, indicaram a formação de quadros de operários especializados. Criaram-se, no Rio de Janeiro, as Escolas de engenharias (1847) e os Liceus de Arte e Ofícios (1872) que proliferaram no Brasil.

No período da proclamação da República, 1889, e da a reforma de Benjamim Constant, 1890, a Academia Nacional de Belas Artes transformou-se em Escola Nacional de Belas Artes, já não atendendo às necessidades emergentes da época: “desde seu apogeu a Academia havia formado poucos arquitetos, entre os anos de 1890 e 1900 a escola formou apenas três arquitetos”<sup>57</sup>. Também no Brasil, a exemplo da França, seu modelo de educação mostrou-se entrar em decadência.

A insatisfação com a Escola de Belas Artes (ENBA) relacionava-se à necessidade de renovação de princípios teóricos e do estilo, ao chamado movimento internacional da arquitetura moderna, iniciado no início do século XX na Europa, em um momento de questionamento da arte de construir:

---

<sup>55</sup> Idem, *ibidem*, p. 14.

<sup>56</sup> Em: *Um século de pintura. Rio de Janeiro*: Tipografia Rohe, 1916. Citado in: Idem, *ibidem*, p. 16.

<sup>57</sup> DURAND. José Carlos. Imigração de Artesãos e Artistas europeus. Academias e Liceus no Ensino de Artes e Ofícios entre 1890 e 1930. In: *Arte, privilégio e distinção*. São Paulo: Perspectiva, 1989. (Col. Estudos), p 69.

*A beleza da fachada tem que resultar da racionalidade do plano da disposição interior, como a forma da máquina é determinada pelo mecanismo que é a sua alma.*<sup>58</sup>

Contudo, o ensino de arquitetura continuou a ser, por meio século, ministrado da mesma maneira, tanto nas Escolas de Belas Artes como nas Escolas de engenharia<sup>59</sup>. Mesmo considerando a polêmica entre “positivistas” e “modernos”, somente na década de trinta, com a gestão do arquiteto Lúcio Costa, é que a Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro (ENBA) se moderniza.

Com o advento da Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, a promulgação de novas leis trouxe Gustavo Capanema como ministro da Educação, que procurou revolucionar especialmente a ENBA. Essa grande reforma – chamada de Lúcio Costa<sup>60</sup> – foi inspirada pela arquitetura moderna e, também, no admirado mestre Charles-Édouard Jeanneret, mais conhecido por Le Corbusier: “que abria os olhos do mundo, através da sua arquitetura, para uma nova maneira de viver; que na Bauhaus se ensinava a verdadeira arquitetura”.<sup>61</sup> Le Corbusier, veio ao Rio de Janeiro convidado pelo ministro Capanema em 1936, após indicação e insistência de Lúcio Costa. Os projetos de arquitetura moderna, por ele desenvolvidos, influenciavam profissionais e estudantes de todo mundo.



**Figura 13** – Villa Savoye, Poissy, França 1929-31  
Charles Edouard Jeanneret (Lê Corbusier)

<sup>58</sup> FERRAZ, Geraldo, *Warchavchik e a introdução da nova arquitetura no Brasil*. São Paulo: Museu de Arte Moderna, 1965, p. 39.

<sup>59</sup> Em: União Internacional de Arquitetos – UNESCO – Relatório sobre o Ensino de Arquitetura no Brasil Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Outubro de 1974. In: Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura. *Sobre o ensino da arquitetura no Brasil*, 1977, p. 51.

<sup>60</sup> SOUZA, Abelardo. Em: A ENBA, antes e depois de 1930. XAVIER, Alberto. In: *Depoimentos de uma Geração*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002, p 66.

<sup>61</sup> Idem, ibidem, p. 66.



**Figura 14** – Ministério da Educação e Saúde, 1937  
Lúcio Costa, Le Corbusier, Oscar Niemeyer,  
Afonso Eduardo Reidy, Jorge Moreira,  
Carlos Leão e Ernani Vasconcelos

A posse de Lúcio Costa, então com 29 anos, na direção da ENBA, deu-se em 12 de dezembro de 1930 inaugurando uma nova fase de ensino, de uma verdadeira reestruturação em toda a escola, com destaque para o curso de arquitetura. Na avaliação de Costa, a ENBA era retrógrada. Com relação ao curso de arquitetura, chegou a declarar: “Fazemos cenografia, ‘estilo’, arqueologia, casas espanholas de terceira mão, miniaturas de castelos medievais, falsos coloniais, tudo, menos arquitetura (...)”<sup>62</sup>, entendendo que o curso de arquitetura necessitava de uma transformação radical:

*(...) não só o curso em si, mas os programas das respectivas cadeiras e principalmente a orientação geral do ensino. A atual é absolutamente falha. A*

---

<sup>62</sup> Em entrevista para o Jornal O Globo no dia 29 de dezembro de 1930. Idem, ibidem, p. 61.

*divergência entre a arquitetura e a estrutura, a construção propriamente dita, tem tomado proporções simplesmente alarmantes (...)*<sup>63</sup>

Costa começou por incorporar novos professores, agiu de forma arbitrária contra os conservadores e os valores da época, que se baseavam nos cânones europeus, principalmente os concursos franceses, conforme destaca: *Concours d'École*, os *Grand Prix de Rome* e os *Concours Chénavaud*, da Escola de Belas-Artes de Paris.

A grande reforma incluiu, ainda, a abertura do Salão de Belas-Artes aos modernistas, quando a pintura passou a ser representada também por: Portinari, Tarcila do Amaral, Anita Malfatti e Di Cavalcanti, entre outros. Na escola, entre os novos professores contratados, estavam o carioca Affonso Eduardo Reidy, destacado aluno formado em 1929 e os estrangeiros: o arquiteto belga Alexander Buddeus e Gregori Warchavchik, um jovem arquiteto russo que, segundo Abelardo de Souza, foi o pioneiro do Movimento Moderno e trouxe para o ensino da ENBA o prestígio das casas modernas que desde 1927-28 construía em São Paulo.<sup>64</sup> Warchavchik foi o arquiteto e construtor daquela que seria considerada a primeira casa modernista de São Paulo, na Rua Santa Cruz, no Bairro de Vila Mariana, ainda existente e tombada pelo patrimônio histórico.



**Figura 15** – Casa Modernista de Warchavchik  
Rua Santa Cruz, Vila Mariana

<sup>63</sup> COSTA, Lúcio. A situação do ensino das Belas-Artes. In: XAVIER, Alberto. *Depoimento de uma geração*, op. cit., p. 57.

<sup>64</sup> SANTOS, Paulo. A reforma da escola de Belas-Artes e do Salão. In: XAVIER, Alberto. *Depoimentos de uma Geração*, op. cit., p. 61.

Os novos professores fizeram verdadeira revolução modernista. Porém, a reestruturação da ENBA teve um alto custo para Lúcio Costa. No mesmo momento, demitindo e transferindo antigos professores, motivou protestos e greves. Entre as várias reações dos tradicionalistas, destacam-se as críticas de Christiano das Neves em São Paulo e José Mariano Filho no Rio de Janeiro, que publicaram artigos agressivos na imprensa. Este último, antecessor de Costa na direção da ENBA, taxou a reforma de “orientação perniciosa”, e a transformação da escola em um “centro propulsor das idéias derrotistas” (como qualificava o pensamento de Le Corbusier).<sup>65</sup> Costa revidou pela imprensa, de forma também agressiva. A briga tomou grandes dimensões e fez com que os alunos, delirantes com as inovações, se posicionassem apoiando Costa. Contudo, o apoio não o poupou de uma exoneração em setembro de 1931. Os alunos entraram em greve e o fato coincidiu com a chegada de Frank Lloyd Wright, o famoso arquiteto americano ultra moderno, no Rio de Janeiro, convidado pela União Pan-americana para participar como jurado do Concurso internacional para o Farol de Colombo em São Domingos. Na oportunidade, Wright proferiu duas conferências na ENBA, a convite do Diretório Acadêmico. Sua participação significou uma incitação ao confronto, principalmente ao afirmar que:

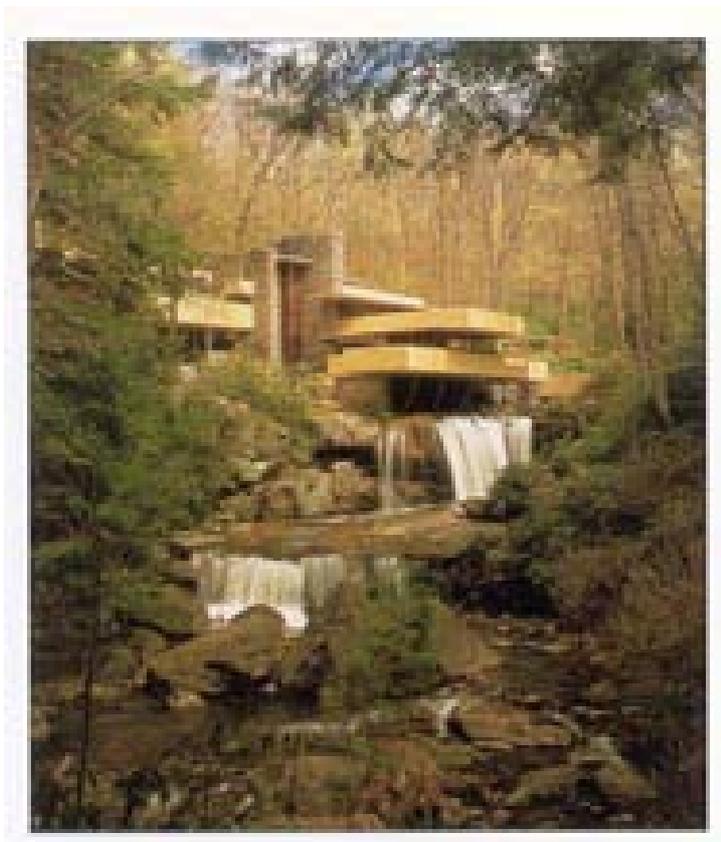
*(...) O espírito que produziu as melhores formas é o mesmo que produz as formas de hoje; somente as formas da vida mudam, porque as condições de vida mudam (...). Nós não podemos repetir sempre as formas antigas por qualquer processo que seja. Assim sendo, o resultado é a rebelião.*<sup>66</sup>

Wright havia projetado várias casas no estilo moderno, dentre elas destaca-se a casa cascata.

---

<sup>65</sup> SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil: 1900-1990*, op.cit, p. 78-79.

<sup>66</sup> IROGOYEN, Adriana. *Wright e Artigas: duas viagens*. São Paulo: FAPESP, 2002, p. 27-28.



**Figura 16** - Casa Cascata  
Frank Lloyd Wright, 1937

Coerente com sua concepção de arquitetura, “para quem todo grande arquiteto deve ser um grande intérprete original do seu tempo, do seu dia a dia e de sua época”<sup>67</sup>, Wright toma partido dos estudantes e apóia a greve. As perguntas feitas a ele pelo então diretor, sucessor e opositor de Lúcio Costa, Archimedes Memória, instigaram sua posição contrária ao conservadorismo do estilo Belas-Artes.

O depoimento de Abelardo de Souza, um estudante daquela época, revelou o grau de insatisfação com o ensino praticado:

*O curso de arquitetura dado pela velha ENBA se arrastava por seis longos anos. Esse curso era ministrado de uma forma totalmente clássica. Era a velha teoria de que o aluno tem que aprender o que o mestre sabe ensinar, coisa que, por sua vez, o mestre aprendeu de seus mestres. Nada de inovações. Nada de novo poderia se esperar de professores que pareciam emissários diretos da École des Beaux-Arts, de Paris, trazendo debaixo dos braços os Cahiers d'architecture. Também os alunos, na sua quase totalidade, por falta de maiores e melhores informações e por total ignorância do que se fazia na Europa e nos Estados Unidos, eram, por formação e espírito, clássicos.*

<sup>67</sup> GLANCEY, Jonathan. *A história da arquitetura*. São Paulo: Loyola: 2001, p. 162.

*Desinformados de que, desde 1919, ao terminar a Primeira Guerra Mundial, Walter Gropius, o grande arquiteto, era indicado por Henry van de Velde como o único nome com capacidade para dirigir o que se tornou, mais tarde, a fabulosa Bauhaus, nós, pobres alunos de uma faculdade arcaica, ignorávamos, quase todos, que na Bauhaus lecionavam Paul Klee, Wassily Kandisky, László Moholy-Nagy e muitos outros artistas e arquitetos de grande fama da época. Não sabíamos da sucessora da Arts and Crafts e da Werkbund.*<sup>68</sup>

*(...) A revolução do ensino de arquitetura foi total. Passamos de uma longa fase de cópias de modelos e fórmulas arquitetônicas para a criação. O Vignola foi solenemente queimado e suas cinzas espalhadas pelas praias do Rio.*<sup>69</sup>

Segundo Paulo Santos, “não se tratava de uma polêmica entre duas pessoas, mas entre duas doutrinas: uma, de um *tradicionalismo romântico*, tinha os olhos voltados para o *passado*; outra, *racionalista e moderna*, perscrutava o *futuro*”<sup>70</sup>

Após a exoneração de Lúcio Costa, a experiência colhida da reestruturação implantada na ENBA, relacionadas às transformações na arquitetura mundial, impulsionou futuros manifestos e ações modernizadoras da formação do arquiteto brasileiro.

Também Vilanova Artigas via a ENBA como uma antiga escola, acusando-a de ter ficado cerca de cem anos praticamente desprezada, arcando com a responsabilidade de preservar as tradições de nosso ensino artístico<sup>71</sup>. Na verdade, ele reclama a participação insignificante dos arquitetos na construção do país até as primeiras décadas do século XX, e a confusão no exercício da profissão “onde nos temos confundido com os engenheiros, também enquanto estes com os construtores”<sup>72</sup>. O fato é que na década de 30 o arquiteto não era tido como um profissional específico e diferenciado do engenheiro: “nem mesmo se reconhecia a distinção”<sup>73</sup>.

Relacionada à inexpressividade da ENBA estava a luta pela profissionalização do arquiteto no Brasil, configurada pelo vigor dos movimentos artísticos no meio dos

---

<sup>68</sup> SOUZA, Abelardo. Em: A ENBA, antes e depois de 1930. XAVIER, Alberto. In: *Depoimentos de uma Geração*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002, p. 64-65.

<sup>69</sup> Idem, *ibidem*, p. 67.

<sup>70</sup> SANTOS, Paulo. A reforma da escola de Belas-Artes e do Salão. In: XAVIER, Alberto. *Depoimentos de uma Geração*, op. cit., p. 62.

<sup>71</sup> ARTIGAS, João B. Vilanova. *Caminhos da Arquitetura*. Rio de Janeiro: Cosac & Naify Edições, 1999, p. 45.

<sup>72</sup> Idem, *ibidem*, p. 45.

<sup>73</sup> DURAND, José Carlos Garcia. *A profissão de arquiteto: estudo sociológico*. Tese de mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, novembro de 1972, p. 25.

arquitetos, conforme importantes demonstrações culturais na nossa história intelectual, segundo Artigas.

Graças a esses movimentos, conquistou-se a regulamentação da profissão do arquiteto e suas atribuições profissionais, em 1933, pelo decreto de n.º 23.569 de 11.12.1933. E, depois disso, — só a partir de 1945 no Rio de Janeiro — se deu a fundação de escolas onde se ensinava exclusivamente arquitetura. O ano refere-se ao momento em que a Faculdade Nacional de Arquitetura foi desvinculada da Escola Nacional de Belas Artes, que hoje se denomina Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU/UFRJ) <sup>74</sup>.

Nesse sentido, sobre a necessidade de uma renovação artística e a identificação social do arquiteto no país, é preciso observar que depois de 1822, como decorrência da Revolução Industrial, começaram a surgir as primeiras exigências de apresentação de projetos, aos “empreiteiros”, que “levaram à construção das primeiras estradas de ferro meio século mais tarde”.<sup>75</sup> Assim, em 1886, conforme escreve Artigas, “já dispúnhamos no Rio de Janeiro de uma Escola Politécnica e da Escola de Belas Artes fundada pela Missão Francesa”.<sup>76</sup> Entretanto, o autor observa que nenhuma delas cumpria o papel esperado:

*A Politécnica porque extremamente teórica e a Belas Artes porque não dispunha de qualquer recurso para a instrução de arquitetos sobre o domínio da natureza com os recursos do conhecimento técnico já existentes.*<sup>77</sup>

Cumprir observar que nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo as influências foram diferentes na formação do arquiteto. Enquanto, no primeiro, os arquitetos eram formados em uma escola integrada ao ensino artístico, do sistema Belas Artes francês, no segundo, o ensino aparece como uma especialidade da engenharia, na Escola Politécnica.

Segundo Flávio L. Motta, no contexto brasileiro, a formação acadêmica do arquiteto sofreu dois tipos de influências: a da Escola Nacional de Belas Artes – antiga

---

<sup>74</sup> A partir de 08/11/1890, a antiga Academia Imperial foi transformada na Escola Nacional de Belas Artes. Em 1931, a Escola passou a integrar a Universidade do Rio de Janeiro e, em 1937, a Universidade do Brasil. Em 1965 passou a se chamar Escola de Belas Artes, incorporando-se à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>75</sup> ARTIGAS, J. B. Vilanova. “Contribuições para o Relatório sobre o Ensino de Arquitetura UIA – UNESCO” 1974. In.: Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura. *Sobre o ensino da arquitetura no Brasil*, 1977, p. 31.

<sup>76</sup> Idem, *ibidem*, p. 31.

<sup>77</sup> Idem, *ibidem*, p. 31.

Escola Imperial do Rio de Janeiro – e da Escola Politécnica de São Paulo. São duas grandes matrizes francesas – o sistema *beaux-arts* e o sistema politécnico (considerando que a formação do engenheiro-arquiteto dada pela Escola Politécnica de São Paulo, criada em 1894, foi inspirada no modelo germânico, muito provavelmente pelo fato de o seu diretor e principal organizador, Antonio Francisco de Paula e Souza, ter estudado no Polytechnikum de Karlsruhe)<sup>78</sup>.

A Escola Politécnica de São Paulo teve como principal característica de ensino unificar o curso fundamental e os cursos especiais; apesar do seu curso fundamental responder à organização da escola francesa, igualmente com três anos de duração e preparatório para todas as engenharias.

A formação da Escola de Belas Artes já distinguia o trabalho artístico do trabalho fabril (dos Liceus de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia). Também, no que diz respeito às edificações, havia diferentes aplicações. Enquanto no Rio de Janeiro – por ser a capital do país – predominavam os edifícios públicos, em São Paulo eram as edificações residenciais as que mais se destacavam. A tendência carioca justifica-se na aproximação da tendência francesa da Escola de Belas Artes, um ensino que prezava as construções públicas.

O curso especial de engenheiro-arquiteto da Escola Politécnica começou a funcionar, de fato, em 1896-97. Segundo Silvia Ficher<sup>79</sup>, quando era concluído em seis anos, até 1931 quando veio o 8.º regulamento que vigorou até a extinção do curso em 1954 – sendo que os três primeiros anos eram destinados a um curso fundamental, comum a todas as engenharias, dividido entre preliminar, de um ano, e o geral de dois anos. Pouquíssimo procurado, formou desde sua criação até 1917 apenas vinte profissionais, distribuído em dez turmas, e entre 1918 e 1931 tão somente quatorze profissionais se formaram, distribuídos em oito turmas.

No período de 1918 a 1925, acrescentou-se para o curso especial de engenheiro-arquiteto, a exigência da apresentação de um Projeto Final de Aprovação, em cada um dos três últimos anos do curso. Essa informação consta do 6.º Regulamento da Escola

---

<sup>78</sup> FICHER, Silvia. *Ensino e Profissão. Monografia: O curso de Engenheiro-arquiteto da Escola Politécnica de São Paulo*, 1995. V. I, p. 5.

<sup>79</sup> Idem, *ibidem*, p. 30.

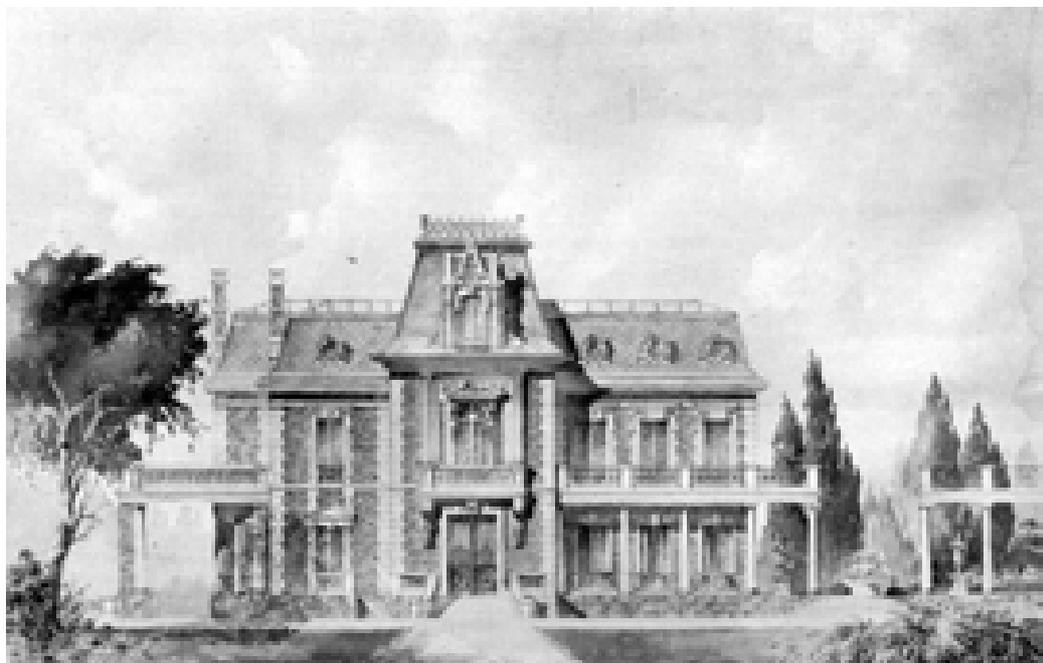
Politécnica. A experiência foi abandonada a partir de 1926<sup>80</sup>, excluída pelo sétimo regulamento.

O curso Especial de Engenheiros-Arquitetos da Politécnica de São Paulo era concluído em seis anos.

Segundo Vilanova Artigas:

*O Curso de Arquitetura, na Escola Politécnica, era, no fundo, um curso de Engenharia Civil que incluía um programa de Pequenas e Grandes Composições, como se fizera na Belas Artes. Depois tínhamos aulas de história da Arquitetura e uma cadeira de Estética e Urbanismo, que era o Anhaia Mello quem dava, para o 4.º e 5.º ano. As pequenas e Grandes Composições tratavam da parte compositiva, por assim dizer, de criação artística ou estética.<sup>81</sup>*

Os engenheiros-arquitetos da Escola Politécnica eram preparados para projetar e construir edificações, em contraste com seus colegas engenheiros civis, que deveriam projetar e construir obras de engenharia: pontes, viadutos, portos, canais, estadas de ferro e de rodagem, redes de água e esgoto etc. Todavia, no final das contas, conforme revelam os Trabalhos desenvolvidos pelos alunos do 5.º e último ano desse curso, o ensino conduzia a uma arquitetura clássica estilo Belas-Artes.



**Figura 17** – Trabalho de 5.º ano do Curso de Engenheiro Arquiteto da POLI/USP  
João Batista Villanova Artigas, 1937

<sup>80</sup> Idem, ibidem, p. 227 e 232.

<sup>81</sup> VILANOVA ARTIGAS, João Batista. *Arquitetos Brasileiros/Brazilian Architects*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi/Fundação Vilanova Artigas, 1997, p. 17.



**Figura 18** - Trabalho de 5º. ano do Curso de Engenheiro Arquiteto da POLI/USP  
Henrique Bresslau, 1937

Da necessidade de caracterizar novos cursos para um ensino moderno de arquitetura, aperfeiçoando e adaptando os modelos existentes surgiu, em São Paulo, a FAU em 1948:

*Já em 1944, com a realização do 1.º Congresso Nacional de Arquitetura, deu-se a reorganização do Instituto dos Arquitetos do Brasil, e dentro do Congresso, a recomendação de que se fundassem novas Faculdades de Arquitetura dentro das Universidades, separadamente das escolas de Engenharia ou Belas Artes.*<sup>82</sup>

Outros cursos importantes surgiram em São Paulo: o curso de engenheiro-arquiteto da Escola de Engenharia Mackenzie (1917-1946) e o curso de arquiteto da Academia de Belas Artes de São Paulo (1928-1934).<sup>83</sup>

*O ano do centenário da Independência (1922) trouxe à tona aspectos de uma realidade cultural em efervescência, já conhecida mesmo antes do final da guerra de 1914. A Semana de Arte Moderna, em São Paulo, recorreu às soluções imprevistas para demonstrar maior tendência à industrialização, repúdio ao academismo, incorporação do imigrante à vida cultural e à contribuição popular, sensibilizando os artistas e alertando as aspirações dos intelectuais. Por isso, a semana de 22, na verdade de suas manifestações,*

---

<sup>82</sup> União Internacional de Arquitetos UNESCO. Relatório sobre o Ensino de Arquitetura no Brasil. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Outubro 1974. In: Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura. *Sobre o ensino da arquitetura no Brasil*, 1977, p. 53.

<sup>83</sup> Sylvania Ficher. Monografia: *“Ensino e profissão: o curso de engenheiro-arquiteto da Escola Politécnica de São Paulo”*, 1995, p. 15 (introdução).

*procurou dar ênfase à oposição antigo-moderno, em termos equivalentes à oposição cotidiano-história.*<sup>84</sup>

Sob as manifestações brasileiras que buscavam estabelecer uma identidade nacional no ensino da arquitetura, deve-se lembrar o movimento mineiro. Aníbal de Mattos foi seu fundador: um ex-aluno da ENBA que lá se empenhou, já em 1910, pela separação do curso de Arquitetura, formando uma Escola Independente. Assim, ele fundou, em 1930, a primeira Escola de Arquitetura do Brasil, destinada a formar exclusivamente arquitetos: a Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais. Em 1921, também da ENBA, um grupo de 27 arquitetos, preocupados com o exercício da profissão e com a sua divulgação à sociedade, decide fundar o Instituto Brasileiro de Arquitetura. Em 1922, surge a Sociedade Central dos Arquitetos, a partir de uma cisão do grupo anterior. Em 1924, da reaproximação dos dois grupos origina-se o Instituto Central dos Arquitetos, que em 1934, a partir de uma reforma estatutária, passa a se chamar Instituto de Arquitetos do Brasil, denominação que permanece até hoje.<sup>85</sup>

No período compreendido entre 1947-1960 destaca-se a luta pela autonomia do ensino da arquitetura independente da engenharia. Em 1947 a Faculdade de Arquitetura do Mackenzie é a primeira a desvincular-se da Faculdade de Engenharia. Na mesma linha, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo é a segunda a ficar nessa condição, quando o curso de engenheiros-arquitetos da Escola Politécnica foi transformado, conforme resolução da reunião de sua Congregação, na FAU/USP em 1948.

A separação das escolas de arquitetura das de engenharias relaciona-se com a regulamentação da profissão de arquiteto e suas atribuições profissionais, que já havia acontecido em 1933 – antes da regulamentação na França pela lei de 1940. O período, final da década de 40 e década de 50, além de marcar a luta pela autonomia do ensino da arquitetura, caracterizou-se também para a história da arquitetura brasileira, como a época em que foi planejada e construída Brasília. Em decorrência disso, os arquitetos brasileiros voltaram a analisar o decreto de 1933, que regulamentava a profissão, defendendo uma separação nítida entre engenharia e arquitetura. Também hoje, a

---

<sup>84</sup> Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura. *Sobre o ensino da arquitetura no Brasil*, 1977, op. cit., p. 52.

<sup>85</sup> Editorial IAB-80 anos. IABDN. Janeiro 2001.

discussão vem sendo retomada com o movimento em prol da criação de um conselho de arquitetura independente.

Vilanova Artigas enfatiza a criação da FAU/USP como sendo a conquista de autonomia para a profissão de arquiteto e urbanista:

*(...) Foi criada uma Faculdade de Arquitetura original, no Brasil e na América Latina, com uma realidade artística voltada para o fazer, não para o exibir.<sup>86</sup>*

*(...) A visão que o engenheiro tinha a respeito era, e continua sendo, um pouco descentrada. Raramente o engenheiro vê a arquitetura além do desenho do edifício. Cercar a Arquitetura do significado cultural e artístico que ela tem, não é tarefa muito fácil. É muito difícil até para os próprios arquitetos que, de vez em quando, degeneram em construtores. Ter a coragem de assimilar a condição de arquiteto como artista não é uma vaidade, mas necessidade de formação de uma consciência, de uma visão de mundo.*

*A partir da fundação da FAU, minha participação no ensino começa a se estruturar de forma mais conseqüente, sempre em luta com os conceitos de ensino da Arquitetura. Esses conceitos estavam ligados, em parte às raízes engenheiras da Politécnica e, por outro lado, às tradições de Belas Artes que a regulamentação federal tinha para a Arquitetura. Foi criada uma Faculdade de Arquitetura original, no Brasil e na América Latina, com uma realidade artística voltada para o fazer, não para o exibir.<sup>87</sup>*

A instalação da FAU/USP previa um curso de Arquitetura e Urbanismo para 25 alunos e disciplinas distribuídas em cinco anos de curso de graduação. Sobre seu programa e currículo, Artigas explica:

*O segundo pós-guerra encontrou os arquitetos suficientemente prestigiados para começarem a planejar a educação e formação de novos profissionais. Os programas de ensino organizados para as novas escolas que surgiam eram adaptações do currículo que vigorava na Escola Nacional de Belas Artes, conservando-se, também, o programa de ensino técnico que caracterizava o curso de arquitetura da Escola Politécnica de São Paulo (e de outras escolas de engenharia). O currículo organizado para a Faculdade Nacional de Arquitetura do Brasil, constituiu-se em padrão, obedecido pelas outras duas e, mais tarde, pelas demais escolas de arquitetura do país, criadas ou reorganizadas até 1962.*

*O currículo assim composto era, inevitavelmente, uma somatória de disciplinas. O modelo de arquiteto que pretendiam os profissionais de então, que lutavam pela organização dos cursos, não fora compreendido.<sup>88</sup>*

Da data de sua fundação (1948) até 1955, o currículo da FAU/USP foi influenciado pela estrutura da Faculdade Nacional de Arquitetura do Rio de Janeiro. Além da também influência, observada no mesmo período, da Escola Politécnica de

---

<sup>86</sup> VILANOVA ARTIGAS, João Batista. *Arquitetos Brasileiros/Brazilian Architects*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi/Fundação Vilanova Artigas, 1997, p. 26.

<sup>87</sup> Idem, *ibidem*, p. 26.

São Paulo<sup>89</sup>. Apesar de preocupar-se com a formação específica do arquiteto e urbanista, a estrutura curricular mostrou-se, ainda, muito impregnada pela visão tecnológica da engenharia. Não havia articulação entre as várias cadeiras e o TGI sequer é esboçado nesse momento.



**Figura 19**  
Edifício da FAU / USP (interior)  
João Batista Vilanova Artigas

---

<sup>88</sup> Idem, ibidem, p. 55.

<sup>89</sup> Os Currículos de ambas escolas, que serviram de base para a FAU/USP nesse período, encontram-se anexo a este trabalho.

### Capítulo 3

## O MODELO DE TRABALHO DE GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR (TGI) ELABORADO E ADAPTADO POR HÉLIO DE QUEIROZ DUARTE NA FAU/USP.

*O trabalho de um arquiteto é sempre uma obra educacional ainda que não seja ele um professor. Entretanto, quando se juntam mestre e arquiteto então uma obra poderá ser duplamente exaltada.*

*(Hélio Duarte)*

O TGI foi implantado na FAU/USP em 1971. A idéia de sua criação transpareceu no segundo Fórum de Debates sobre o Ensino da Arquitetura em junho de 1968, realizado pela FAU depois da planificação de ensino feita em 1962. Este Fórum trouxe à tona discussões que culminaram na instituição de uma nova estrutura de ensino para o curso, no qual surge a idéia de interdisciplinaridade, em um Trabalho Tese vinculado ao Departamento de Projeto.

O TGI acontece em um momento de contestação dos professores e estudantes, que ansiavam e pleiteavam novos métodos de ensino para a FAU/USP. Justamente em um ano difícil, sobretudo para a educação, no qual aconteceram grandes mobilizações estudantis nas principais cidades do país; os estudantes protestavam contra o regime militar, a ditadura e o imperialismo americano e colocavam na ordem do dia a expansão do ensino superior e a própria reforma universitária. No Fórum, houve a promessa de um aperfeiçoamento notável nos métodos de ensino e a real constituição das primeiras medidas para a envolvimento do corpo docente e discente na composição de uma pesquisa apropriada ao campo da arquitetura.

Este segundo Fórum procurou debater o importante e significativo papel que cabe ao arquiteto no desempenho do aperfeiçoamento cultural, diante das necessidades brasileiras de desenvolvimento econômico-social. Naquele momento, não interessava somente o construir, mas, principalmente, a busca cada vez maior pela independência e liberdade expressas na noção de planejar<sup>90</sup>, ou seja: “(...) desejou indagar sobre os

---

<sup>90</sup> Conforme consta nos documentos relatórios das comissões e sub-comissões do Fórum de 1968 da FAU/USP, p. 02 e 03. Idem.,Ibidem, p. 02

caminhos do desenvolvimento brasileiro; uma reforma universitária feita à luz da compreensão das condições do subdesenvolvimento das possibilidades que se abrem para ultrapassá-lo”<sup>91</sup>.

Como principal articulador desse Fórum, o professor responsável pela cátedra 17 Projeto IV da FAU/USP, Villanova Artigas, comenta a sua pertinência:

*Levados por estas indagações é que participamos do fórum de 1968 que completou o que a FAU desejava fazer em 1962 para reformar a sua organização interna e o programa de educação de arquitetos.*<sup>92</sup>

Dos debates surgiram medidas como a organização das unidades de ensino em todos os departamentos da FAU/USP. Essas unidades, divididas entre básicas e alternativas, referiam-se a temas oferecidos por ano e por departamento. Para o Departamento de Projeto, foram assim estabelecidas as unidades:

1.º ano - só unidades básicas para as 4 seqüências, por causa das impossibilidades do corpo discente optar por faixas de trabalho que envolvem características diferentes. Nesse 1.º ano todo o corpo discente toma contato íntimo com as 4 seqüências do Departamento.

2.º ano – 3 unidades básicas das seqüências de Projeto, Desenho Industrial e Comunicação Visual e 4 ou mais unidades alternativas. Os alunos farão 4 unidades no ano letivo; as 3 básicas e uma alternativa.

3.º ano – 2 unidades básicas das seqüências de projeto e planejamento e 4 ou mais unidades alternativas. Os alunos farão 4 unidades: as 2 básicas e 2 alternativas.

4.º ano – 1 unidade básica da seqüência de Planejamento e 4 ou mais unidades alternativas. Os alunos farão 4 unidades: 1 básica e 3 alternativas.

**5.º ano – só unidades alternativas das 4 seqüências: o aluno deverá elaborar um trabalho tese durante todo o ano letivo relativo a uma ou mais unidades alternativas.**

O Trabalho Tese, ligado às quatro seqüências do Departamento de Projeto, para o quinto e último ano do curso de Arquitetura e Urbanismo, renunciou o TGI, ao procurar caracterizar a pesquisa e introduzir a interdisciplinaridade como forma de propiciar flexibilização e dinamismo ao ensino, conforme indica o relatório do segundo Fórum assinado por Paulo Mendes da Rocha<sup>93</sup>. Tratou-se de um trabalho interdisciplinar, porém, departamental, quando o relato do Departamento de Projeto, constituindo os resultados do Fórum de 1968, escrito por Paulo Mendes da Rocha,

---

<sup>91</sup> Idem, ibidem, p. 02

<sup>92</sup> Sobre o Ensino da Arquitetura no Brasil, op. cit., p. 35.

<sup>93</sup> Redação temário do Relatório do Departamento de Projeto, pp. 57-58.

indicava: “O projeto, síntese do conhecimento, uma hipótese para o real, desafia uma metodologia própria de investigação em todos os níveis do conhecimento”.<sup>94</sup>

O documento ATA da Reunião Extraordinária do Departamento de Projeto de 28 de maio de 1968 é o melhor exemplo da fase das reivindicações e propostas que repercutiram no segundo Fórum. Tendo como pauta a discussão da metodologia e a necessidade da fixação de novos padrões de ensino, a reunião foi dirigida pelos alunos que tomaram a palavra, quando o previsto era que fossem apenas observadores. Nela aparecem as insatisfações e reivindicações dos corpos discente e docente. Na oportunidade, os alunos exigiam a interdisciplinaridade em todos os trabalhos do curso, entendendo que estes deveriam apresentar articulação de conhecimentos. O professor Lúcio Grinover chegou a afirmar que a estrutura de 1962 já estava ultrapassada. É colocado, também, o problema da aprovação: “todos os trabalhos apresentados só deveriam ser aprovados quando neles tivessem todos os tipos de conhecimento dados na escola”. Para resolvê-lo, é feita uma proposta de se tentar em cada faixa de cada ano uma estrutura horizontal”.

O Trabalho Tese, para o Departamento de Projetos, surgiu das discussões que tratavam da revisão dos métodos de ensino em todos os departamentos da FAU/USP e mais a criação de uma estrutura global de pesquisa que se consubstanciava na indicação do Atelier Interdepartamental (AI).

*A proposta das unidades de ensino alternativas, paralelas às unidades de ensino básicas, permite uma flexibilidade nos cursos que poderá atender (...) a variedade de vocações profissionais que a realidade do desenvolvimento artístico técnico brasileiros vem estimulando cada vez mais. As unidades alternativas oferecem por outro lado um campo de estudos do Atelier-Interdepartamental e a convivência de professores de todos os departamentos em programas resumidos.*<sup>95</sup>

O Atelier Interdepartamental (AI) pretendia integrar atividades de pesquisa, agregando as unidades alternativas. Relacionado a ele, o Trabalho Tese nasce carregando a idéia da interdisciplinaridade das quatro seqüências do Departamento de projeto: Planejamento, Projeto, Desenho Industrial e Comunicação Visual, na consideração de unidades alternativas.

---

<sup>94</sup> Idem, p. 57

<sup>95</sup> Idem, ibidem, p. 03.

Conforme ATA do dia 5 de agosto de 1969, sobre a revisão e modificação do Regimento Interno do Departamento de Projeto, nesta data houve a exposição da proposta para o Curso Básico aprovada pelo Fórum de Debates. O esquema aprovado incluía o Trabalho Tese no quinto ano:

*No curso Básico, cada ano formará uma equipe de trabalho com a intervenção de todas as disciplinas, de acordo com o tema proposto, quebrando assim a estrutura rígida de Sequências. As alternativas serão formadas por ano, após elaboração do Curso Básico. O tema proposto para cada ano é: 1.º) Habitação unifamiliar; 2.º) Habitação Coletiva; 3.º) Equipamento da Comunidade; 4.º) Habitação na Cidade.*

ESQUEMA APROVADO PELO FÓRUM DE DEBATES									
Ano	Curso Básico				Alternativas				
1.º ano	P	PL	DI	CV	-	-	-	-	
2.º ano	P	-	DI	CV	P	PL	DI	CV	
3.º ano	P	PL	-	-	P	PL	DI	CV	
4.º ano	-	PL	-	-	P	PL	DI	CV	
5.º ano	----- TESE -----								

*P -Projeto de Edificações*

*DI -Desenho Industrial*

*PL -Planejamento Urbano e Regional*

*CV -Comunicação Visual*

Consta em outro documento, ATA da Reunião Plenária do Departamento de Projetos de 29 de agosto de 1969 da FAU/USP, que as propostas dos Trabalhos Tese deveriam abordar temas sobre o currículo escolar de todo o curso, das cadeiras concernentes ao Departamento de Projeto. Para a orientação de seus trabalhos, os alunos contariam com a assistência didática de todo o quadro de professores do departamento. O documento indica, ainda, que as aulas do quinto ano teriam como coordenador geral o professor Hélio de Queiroz Duarte. No documento ATA do Conselho de Departamento do Projeto, de 26 de junho de 1969, o professor já havia comunicado que continuaria na função de coordenador do primeiro ano, porém assumiria também a partir desta data a função de professor “Orientador do

Departamento”, pois, “além da coordenação horizontal de cada ano, é necessário que haja uma coordenação vertical para todo o Departamento, a fim de exercer funções gerais”.<sup>96</sup>

Como coordenador do quinto ano do curso de arquitetura e urbanismo da FAU/USP, Hélio Duarte, ao tratar o projeto como prática de ensino da arquitetura, congregou as disciplinas de Projeto, Planejamento, Desenho Industrial e Comunicação Visual, sistematizando as idéias do Fórum de 1968 para os três departamentos: uma idéia de planejamento de ações integradas que culminaram na proposta do modelo de TGI.

Na FAU/USP, a implantação do TGI aconteceu somente em 1971, para o quinto ano, servindo de referência para os demais cursos de arquitetura e urbanismo do país. O instrumento pedagógico, demandado pelo contexto das reformas de ensino e pela busca de novos métodos que dessem condições para a pesquisa na formação do arquiteto e urbanista, tornou-se modelo a ser seguido, apesar de nunca ter sido regulamentado por lei ou portaria ministerial. Isso se deve, principalmente, pelo fato do TGI ter sido criado no início da década de 70, em uma escola moderna e inovadora, preocupada com a autonomia da profissão.

Dentro desse quadro, a participação do professor-arquiteto Hélio Duarte no aperfeiçoamento do ensino da arquitetura da FAU/USP, a partir do Departamento de Projetos, deve ser destacada, desde seu ingresso em 1949. Com experiências variadas na área do ensino da arquitetura em todo o país e tendo formado um currículo extenso e rico de participações que vão desde premiações em concursos e exposições até diretorias de faculdades, pela disposição em contribuir aqui e ali, Hélio Duarte foi definido por Hugo Segawa como um paradigmático arquiteto-peregrino<sup>97</sup>. Todavia, sua maneira discreta dificultou a figuração na história, como observam arquitetos e alunos que com ele conviveram.

Lembrado como um professor dedicado e obstinado em servir ao ensino da arquitetura, figura também como o inventor virtual dos trabalhos finais de graduação no Brasil:

---

<sup>96</sup> Conforme consta do documento anexo.

<sup>97</sup> *Arquiteturas do Brasil: 1900-1990*. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 142.

*(...) ele foi o principal responsável pela criação do mais prestigioso programa de pós-graduação do Brasil, o da FAU/USP, e foi virtualmente o “inventor” dos trabalhos finais de graduação – hoje consagrados em todas as escolas.<sup>98</sup>*

Hélio Duarte elaborou uma proposta para o TGI e coordenou a implantação do modelo que a FAU/USP pode realizar naquele momento, uma vez que, analisando sua proposta, constata-se tratar de um modelo muito mais sofisticado, complexo e completo do que o posto em prática. Sua proposta nunca saiu do papel como foi concebida, contudo, depositava no TGI então implantado muitas expectativas. Para ele:

*(...) a arquitetura é isto mesmo – ordem, questão de organização – estabelecimento de espaços ordenados com dimensões apropriadas de sorte a assegurar, com o mínimo de esforço humano, ligação lógica das peças a fim de que o conjunto seja, necessariamente uma unidade congruente e definitiva. É sob este ponto de vista que a arquitetura é, precisamente trabalho de síntese. Assim acontece quando se estuda uma casinha, uma sala de viver, como também, quando se analisa um problema de banco, hospital ou escola.<sup>99</sup>*

A responsabilidade no processo de implantação do TGI começou com a sua nova contratação, em setembro de 1969, pelo Departamento de Projeto, para ocupar o lugar vago do professor Vilanova Artigas; que ocupava a cátedra 17, projeto IV, Composição de Arquitetura.

Cabe observar que na USP, a partir de 1964, teve início um processo de “caça às bruxas” comandadas pelo próprio reitor Gama e Silva, que nomeou uma comissão especial para afastar e prender portadores de idéias consideradas subversivas e, também, possíveis adversários políticos. Essa comissão, que agia em silêncio, indicou uma lista de expressivos intelectuais em diferentes campos do saber, que primeiramente foram acusados e depois aposentados compulsoriamente em 1969, com a instituição do AI-5. Entre tantos nomes como Fernando Henrique Cardoso, Boulivar Lamonier, Bento Prado Junior, Florestan Fernandes, Caio Prado Junior, Paul Singer destaca-se aqui o arquiteto professor catedrático João Batista Vilanova Artigas e seus colegas, professores e arquitetos; Paulo Archias Mendes da Rocha e Jon Maitrejean.

Artigas, que defendeu com entusiasmo um ensino de arquitetura genuinamente brasileiro como missão, sem colonialismo, foi aposentado pelo regime militar: Decreto Presidencial de 29.04.69, publicado no Diário Oficial do dia seguinte, 30.04.69. Em

---

<sup>98</sup> Hugo Segawa. Separata AU80 da FAU/USP em comemoração de seus 50 anos de fundação, 1998.

<sup>99</sup> Documento em anexo, temário 1-3 ensino de arquitetura: tese “Contribuição ao Ensino da Arquitetura”, FAU-USP, 1954, p. 5

23.09.69, Hélio de Queiroz Duarte assume sua vaga, acumulando as aulas nas cadeiras de projeto I e IV e a coordenação das 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> séries do curso de Arquitetura e Urbanismo da FAU/USP<sup>100</sup>.

Conforme o depoimento dos professores da FAU/USP Dario Montesano e Elide Monséglio, o fato de Hélio Duarte ter assumido a vaga de Artigas no Departamento de Projeto deveu-se à necessidade de substituição de uma pasta importante, e ao prestígio que o professor Hélio acumulava e por ser o mais apto naquele momento. Envolvido com o ensino da FAU de longa data, conhecedor dos problemas existentes no curso de arquitetura da época era, além de um profissional admirado e reconhecido, um educador dedicado, era também um grande proponente e sistematizador de idéias pedagógicas no campo da arquitetura. Sua biografia, cujo percurso dentro da FAU está documentado no Departamento de Projeto, justifica sua indicação para a função de professor responsável e coordenador do 5.<sup>o</sup> e último ano do curso de arquitetura em substituição ao festejado professor e arquiteto João Batista Vilanova Artigas.

Apesar das idéias políticas opostas, Artigas e Hélio Duarte conviveram durante muitos anos na FAU/USP, ambos contribuindo para o ensino da arquitetura, sendo que o primeiro mostrava-se mais articulado às idéias renovadoras declaradamente socialistas e o segundo, mais pragmático, preocupado com a sistematização de propostas pedagógicas.

Na consideração das contribuições, apesar de a autoria do TGI ser atribuída, basicamente, a Hélio de Queiroz Duarte, devido à formulação da proposta e à coordenação de sua implantação, o reconhecimento é nebuloso. Consultada sobre o caso, Marlene Yurguel<sup>101</sup> falou com convicção que, no Brasil, o TGI está órfão de pai e mãe, já que se mostra fruto de discussões políticas dentro da FAU/USP, vindas desde a década de 60 e também fruto das influências estrangeiras, principalmente francesas. Conforme seu depoimento: “Primeiramente porque o currículo da Escola Especial de Arquitetura de Paris já trazia um Exame de Diplomação no quinto ano, a partir de 1865, o qual significava a elaboração de um projeto completo de arquitetura. Depois, porque o Fórum de Debates de 68, cujo grande articulador foi Vilanova Artigas, já indicava o

---

<sup>100</sup> Informações constantes do Memorial do professor Hélio de Queiroz Duarte, documento da FAU/USP. Processo n.º 3373/50.

<sup>101</sup> Professora e pesquisadora da FAU/USP, em entrevista concedida exclusivamente para este estudo, em maio de 2003.

TGI, que por sua vez apareceu em 70, constante da Ata de Deliberações do Fórum, como Trabalho Tese”.

Todavia, acirrando a polêmica, a história da FAU/USP não nega a autoria da implantação do TGI a Hélio Duarte. É importante citar a menção que fez a ele na comemoração de seus 50 anos de fundação, em 1998, na Separata AU80:

*Em 1971 foi (Hélio de Queiroz Duarte) o responsável pela reorganização do 5.º ano da FAU/USP, ocasião em que introduziu o TGI (Trabalho de Graduação Interdisciplinar) sistema em que o aluno do 5.º ano desenvolve um trabalho final do curso com a orientação individual de um professor – sistemática que hoje está incorporada ao currículo mínimo de arquitetura e urbanismo.<sup>102</sup>*

### **3.1 O modelo de Trabalho de Graduação Interdisciplinar (TGI) criado por Hélio de Queiroz Duarte**

Considera-se que a proposta de programa para o TGI desenvolvida por Hélio Duarte e adaptada para a implantação na FAU/USP em 1971 constitui elemento importante para o estudo das competências do processo de formação do arquiteto e urbanista brasileiro. Trata-se de um modelo representativo, de uma demonstração-síntese de competências e habilidades.

A proposta de Hélio de Queiroz Duarte, para o quinto e último ano do curso de Arquitetura da FAU/USP, envolve a plena atividade mesclada à flexibilidade, na qual o aluno, individualmente, deveria projetar com uma firme e orientada responsabilidade: encaminhada com base metodológica ou social, para a pesquisa e/ou para a técnica da arquitetura, envolvido em situações reais. Voltada à valorização e à criação da experiência do projeto de arquitetura e urbanismo, visava promover a prática dentro de uma construção sistemática: seja ela mais acadêmica ou profissionalizante.

Hélio Duarte entendia a arquitetura como precisamente trabalho de síntese e o TGI como TRABALHO-SÍNTESE. Dessa forma, propõe a configuração da interdisciplinaridade, inscrita na idéia de demonstração-síntese dos conhecimentos adquiridos durante o curso, no “ensejo da integração efetiva dos conhecimentos julgados indispensáveis ao bom exercício da profissão”, viabilizada na indicação do

---

<sup>102</sup> Texto escrito por Hugo Segawa, p. 7.

Atelier Interdepartamental (AI), para dar conta de conteúdos muito variável, em um trabalho responsável, conseqüente direcionado.

A base interdisciplinar do modelo é justamente o Atelier Interdepartamental (AI), o vínculo do aluno aos três setores de trabalho que o compõem mostra-se fundamental. Na flexibilidade, é esperado que o aluno vincule-se a um dos três setores de trabalho e, ainda, conforme seu vínculo, opte por um dos temas, programas especiais ou atendimentos à comunidade.

Porém, como o AI nunca foi implantado, esse é um dos principais motivos da proposta jamais ter saído do papel da forma como foi concebida. Com referência ao seu desenvolvimento na pertinência do Atelier Interdepartamental (AI), em 1971, conforme documento ATA da reunião do conselho do Departamento de Projetos realizada em 11 de junho a institucionalização dessa atividade de pesquisa, considerada urgente, ainda não havia ocorrido.

O modelo de TGI resultou de uma adaptação da proposta original. No seu todo, constituía-se de: objetivos, conteúdo, métodos, atividades discentes, carga horária, número de créditos, número máximo de alunos por turma, critérios de avaliação da aprendizagem e bibliografia básica. Na seqüência, ela é mostrada na íntegra:

**FAUUSP  
DEPARTAMENTO DE PROJETOS:**

---

**TRABALHO DE GRADUAÇÃO - INTERDISCIPLINAR**

---

**Proposta de Programa para o 5º ano  
9º e 10º semestres do Curso de Graduação.  
(1º e 2º semestres de 1971)**

---

**PROPOSTA DE PROGRAMA:**

*- T.G.I. Trabalho de Graduação Interdisciplinar –*

## **1. - Objetivos:**

1.1. - O T.G.I., de caráter pessoal, será como que uma demonstração-síntese dos conhecimentos adquiridos durante o curso, bem como refletirá a visão crítica do aluno sobre o meio social em que vive e onde, como profissional, será chamado a intervir.

1.2. - O T.G.I. deverá proporcionar ainda o ensejo para a integração efetiva dos conhecimentos julgados indispensáveis ao bom exercício da profissão.

## **2. - Conteúdo:**

2.1. - Muito variável (veja 2.2). Preliminarmente terá o aluno que vincular-se a um dos três setores de trabalho que compõem o ateliê interdepartamental (AI), como se segue:

Setor I (normal) - abrangendo áreas e programas (temas) diversificados, próprios aos trabalhos normais de graduação.

Setor II – (especial) - relativo aos programas especiais para trabalhos em nível de pesquisa.

Setor III – (especial) - restrito aos trabalhos de atendimento à comunidade, envolvendo atitude profissional.

notas: 2.1-1 - para os alunos vinculados ao setor normal haverá, posteriormente, inscrição em uma das áreas oferecidas, bem como, opção relativa ao programa (tema) específico.

2.1-2 - os alunos vinculados em quaisquer dos dois setores especiais ficarão subordinados aos programas de trabalho elaborados pelo Centro Interdepartamental (C.I.).

2.1-3 - as atividades próprias aos setores especiais (pesquisa e atendimento à comunidade) só deverão ter início em 1972, pelo que, tudo o que for especificado neste documento, de agora em diante, será relativo apenas ao setor I.

2.2. - são as seguintes às áreas oferecidas à inscrição, pelo setor normal:

- . projeto de edifícios;
- . planejamento físico (rural, urbano e regional);
- . projeto de programação visual;
- . projeto de objeto industrial;
- . campo histórico-crítico;
- . campo tecnológico.

2.3. - Cada aluno, por opção própria, desenvolverá um tema inerente a uma ou a várias áreas oferecidas em 2.2, com programa e roteiro de trabalho aprovados pelo respectivo Professor Orientador.

### **3. - Métodos:**

3.1. - As atividades discentes desenvolver-se-ão apoiadas em métodos adequados quer ao trabalho individual que ao trabalho em equipe.

3.2. - A metodologia a empregar, face às peculiaridades de um trabalho de graduação - com temas extremamente variáveis - ficará na dependência: - do setor, onde se achar vinculado o aluno, da área onde se acha inscrito e, sobretudo da opção temática aprovada.

3.3. - Entretanto, alguns métodos normais serão empregados, assim, entre outros, serão realizados:

- . aulas teóricas - visando a abordagem da problemática atual ao nível de cada área.
- . seminários (maiores) -visando a análise dos temas em sua generalidade e ainda em nível de cada área.
- . seminários (menores) -específicos dos temas escolhidos.
- . levantamento de dados - pesquisa bibliográfica, trabalho de campo e outros.
- . discussão face à face (diálogo) -aluno-Professor Orientador.
- . uso das técnicas dos Laboratórios de Modelos e Ensaios, Artes Gráficas e Áudio Visual.

### **4. - Atividades Discentes:**

4.1. - Relativas ao 1º semestre:

- .vincular-se a um dos três setores de trabalho.
- .inscrever-se em uma das áreas oferecidas
- .optar por tema específico
- .escolher o Professor Orientador.
- .preparar: programa e roteiro de trabalho, submetendo-os a aprovação do Prof. Orientador
- .providenciar o levantamento dos dados
- .participar dos seminários e da sua organização
- .organizar o modelo do T.G.I. submetendo-o a aprovação do Prof. Orientador.
- .estagiar em instituições credenciadas.
- .apresentar relatório do semestre.

4.2. - Relativas ao 2º semestre :

- .entrevistar-se periodicamente com o Prof. Orientador
- .executar o T.G.I. dentro do calendário imposto

.defender o T.G.I. perante Comissão Especial designada pelo Coordenador.  
.estagiari em instituições credenciadas.

## **5. – Carga horária**

5.1. - O número de horas destinadas às atividades, para os dois semestres será de:

.aulas teóricas	
.seminários	
.orientação	60 horas
.estudo do T.G.I.	
.execução do T.G.I.	
.trabalho laboratórios	150 horas
.estágio -(mínimo)-	<u>195</u> horas
Total	405 horas

## **6. - Número de Créditos**

6.1. - De acordo com a Portaria GR n.º 1380 (parágrafo Único do artigo 20), a unidade de crédito corresponderá a 15 horas-aula considerando-se associadas a essas últimas todas as atividades discentes ligadas aos dois semestres.

6.2. - É a seguinte a distribuição dos créditos pelos itens que abrangem o enfoque do T.G.I.

.aulas e seminários maiores	1 crédito
.seminários menores	1 “
.T.G.I.: estudo, programa e roteiro	4 “
.orientação pessoal	2 “
.T.G.I.: desenvolvimento e laboratórios	6 “
Total dos créditos	14 créditos

6.3. - Para o item: estágio, haverá a seguinte distribuição mínima, variável com as características de cada tipo de estágio assim:

.estágio em instituições credenciadas ou em escritório do próprio estagiário	20 créditos
.estágio na FAU proveniente do exercício de monitoria	25 “
.estágio de “compensação” na FAU	13 “
Total dos créditos	58
créditos	

6.4. - O número total, mínimo, de créditos relativos aos dois semestres e:

.relativos ao T.G.I.	14
créditos	

.relativos ao estágio (mínimo)	13	“
Total dos créditos créditos	27	

### **7. - Número Máximo de Aluno por Turma:**

7.1. - Dada, ainda, a peculiaridade do trabalho de graduação, não haverá divisão em turmas, entretanto será permitida o trabalho em equipe, no âmbito das áreas oferecidas, reservando-se o trabalho individual para os enfoques de temas.

7.2. - O Professor Orientador, poderá prestar assistência pessoal - no máximo - 5 alunos.

### **8. - Critérios de Avaliação da Aprendizagem:**

8.1. - O T.G.I. tem, nitidamente, o caráter de síntese dos conhecimentos adquiridos nos semestres passados e manifesta-se, notadamente, através de um trabalho de aplicação objetiva e, assim, neste particular- graças ao seu enfoque multidisciplinar - muito se assemelha ao chamado "conjunto de disciplinas" previsto pela portaria GR. 1380.

8.2. - Pode-se, pois, aplicar, em parte, a esse caso, a avaliação de aprendizado já prevista pela citada portaria, com base no programa integrado do conjunto de conhecimentos inerentes às disciplinas já ministradas.

8.3. - O T.G.I. será avaliado por etapas e por critérios fixados pelo Coordenador logo após as opções realizadas pelos alunos.

### **9. – Bibliografia Básica:**

9.1. - Toda a bibliografia básica -genérica ou específica - referente a cada área ou a cada tema, só poderá ser fornecida ou pesquisada logo após a finalização dos processos de:

- a. - Inscrição por área
- b. - Opção por tema

9.2. - Ao Coordenador e aos Professores Orientadores - competirá fornecer, no momento oportuno, as bibliografias que digam respeito às generalidades, quer se trate de áreas ou de temas.

9.3. - Aos alunos competirá a pesquisa das bibliografias específicas abrangendo, áreas e temas.

São Paulo, fevereiro de 1971

Prof. HELIO DE QUEIROZ DUARTE

A título de exemplo da incorporação do modelo adaptado, segue o histórico escolar de um aluno (cujo nome foi omitido) que comprova a incorporação do TGI no quinto ano e último do curso de arquitetura<sup>103</sup> e um projeto de TGI (figuras 20, 21, 22 e 23).

### CURSO SUPERIOR

#### CONCURSO DE HABILITAÇÃO

Ano letivo de

**1966**

Disciplinas	Notas de Aprovação	Média Soma
Matemática .....	4,00	
Física .....	14,00	
Desenho Geométrico e Projetivo .....	2,20	
Aptidão Artística I .....	8,50	
Aptidão Artística II .....	5,00	
Redação .....	4,50	38,20

#### CURSO DE ARQUITETURA

1ª Série

Ano letivo de

**1967**

Disciplinas	Média de aprovação	
	1ª época	2ª época
Cálculo Diferencial e Integral. Geometria Analítica .....	8,10	
.....	8,15	
Geometria Descritiva e Aplicações .....	7,25	
Topografia. Elementos de Astronomia de Posição .....	7,30	
Física Geral e Aplicada (1ª Parte) .....	7,50	
Comunicação Visual I .....	8,30	
Projeto I (1ª Parte).....	6,30	
História da Arte – Estética .....	10,00	
Desenho Industrial I .....		

2ª Série

Ano letivo de

**1968**

<sup>103</sup> Documento emitido pela secretaria geral da FAU/USP, pertencente ao ser acervo.

Disciplinas	Média de aprovação	
	1ª época	2ª época
Mecânica .....	8,00	
Física Geral e Aplicada (2ª Parte) .....	9,10	
Construção I .....	9,00	
Projeto I (2ª Parte) .....	8,00	
História da Arquitetura I.....	9,50	
Estudos Sociais e Econômicos .....	7,00	
Desenho Industrial II .....	5,00	
.....	9,00	
Comunicação Visual II .....	6,32	
.....		
Mecânica dos Solos – Fundações .....		
.....		

3ª Série

Ano letivo de

**1969**

Disciplinas	Média de aprovação	
	1ª época	2ª época
Resistência dos Materiais. Estabilidade das Construções .....	6,10	
Hidráulica e Saneamento .....	7,75	
Construção II .....	8,00	
Desenho Industrial III .....	6,00	
Projeto II .....	5,70	
Planejamento I .....	5,50	
História da Arquitetura II .....	7,00	
Comunicação Visual III .....	6,50	

4ª Série

Ano letivo de

**1970**

Disciplinas	Média de aprovação	
	1ª época	2ª época
Estruturas Correntes de Madeira, Metálicas, Concreto Simples e Armado .....	7,00	
Grandes Estruturas .....	7,50	
Projeto III .....	10,00	
Planejamento II .....	10,00	
Desenho Industrial IV .....	10,00	
Mecânica dos Solos. Fundações .....	7,20	
Comunicação Visual IV .....	10,00	
Tecnologia e Desenvolvimento .....	6,00	
A Cidade Contemporânea – Brasília .....	9,00	
Introdução à Industrialização da Construção .....	7,00	
.....	8,00	

Arquitetura e Produção .....

5ª Série (9ºSemestre)

Ano letivo de

1971

	<b>Média de aprovação</b>
Estética do Projeto I .....	9,00
<b>Trabalho de Graduação Interdisciplinar</b>	<b>10,00</b>
.....	---
Estudo de Problemas Brasileiros.....	

5ª Série (10º Semestre)

Ano letivo de

1971

	<b>Média de aprovação</b>
Estética do Projeto II .....	10,00
<b>Trabalho de Graduação Interdisciplinar</b>	<b>10,00</b>
.....	6,50
Estudo de Problemas Brasileiros.....	

Data da colação de grau

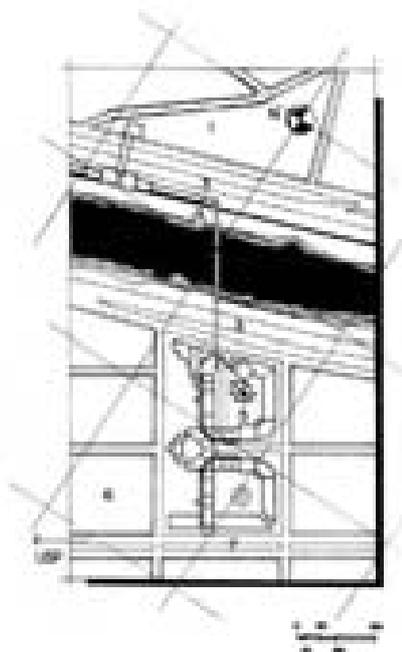
04 de fevereiro de 1972

Data da expedição do diploma

06 de agosto de 1973

**SITUAÇÃO**

1. PASSADIZO
2. ESTACÃO PERDA
3. BALCÃO PASSADIZO
4. BLO PASSADIZO
5. ÁREA DE ENTREVISTAÇÃO
6. BUCALINTE
7. DE BALCÃO FERREIRA



**Figura 20** – Conjunto Poli funcional para Universitários no Butantã  
 Trabalho de Graduação Interdisciplinar – TGI da FAU/USP  
 Marcelo Ferreira  
 Prof. Orientador: Dr. Antonio Carlos Sant’Anna Junior

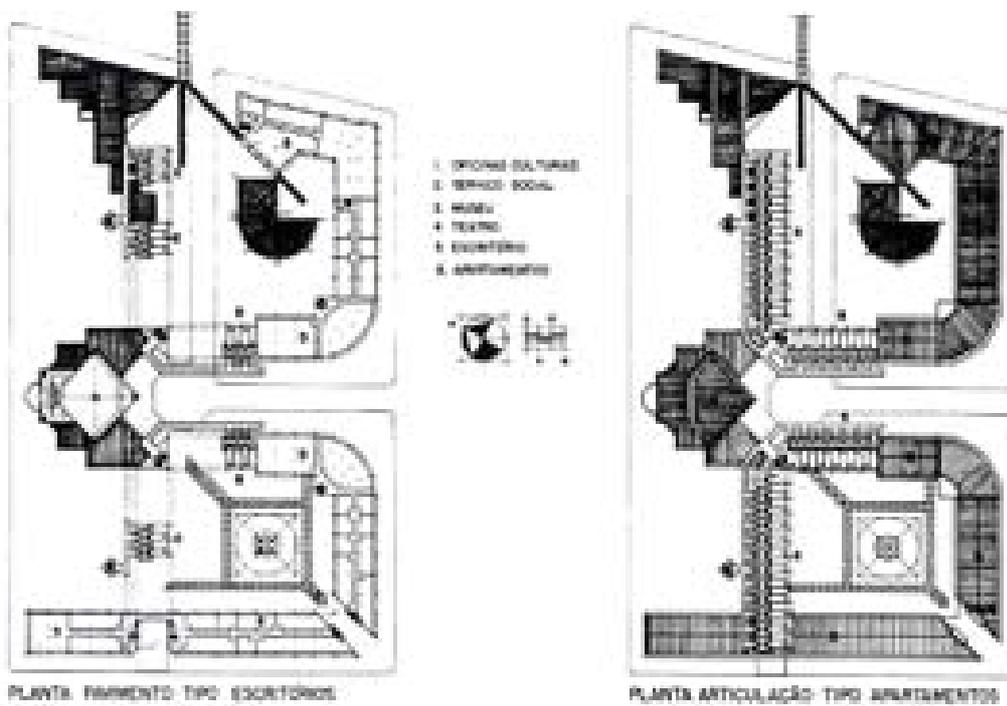
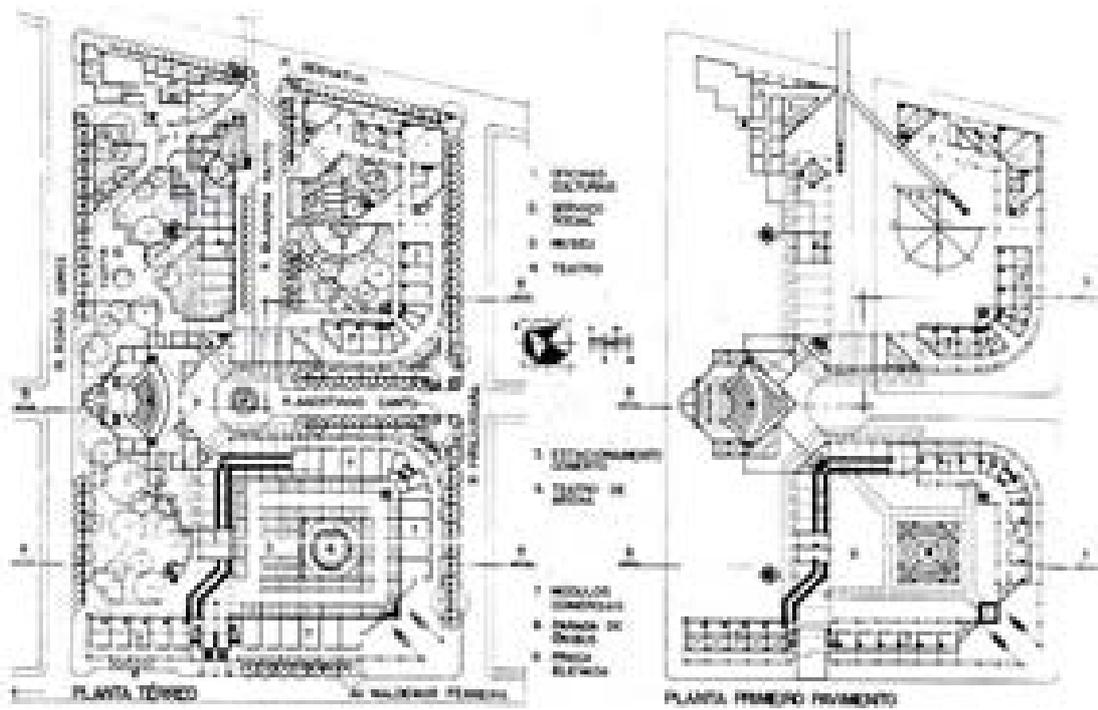


Figura 21

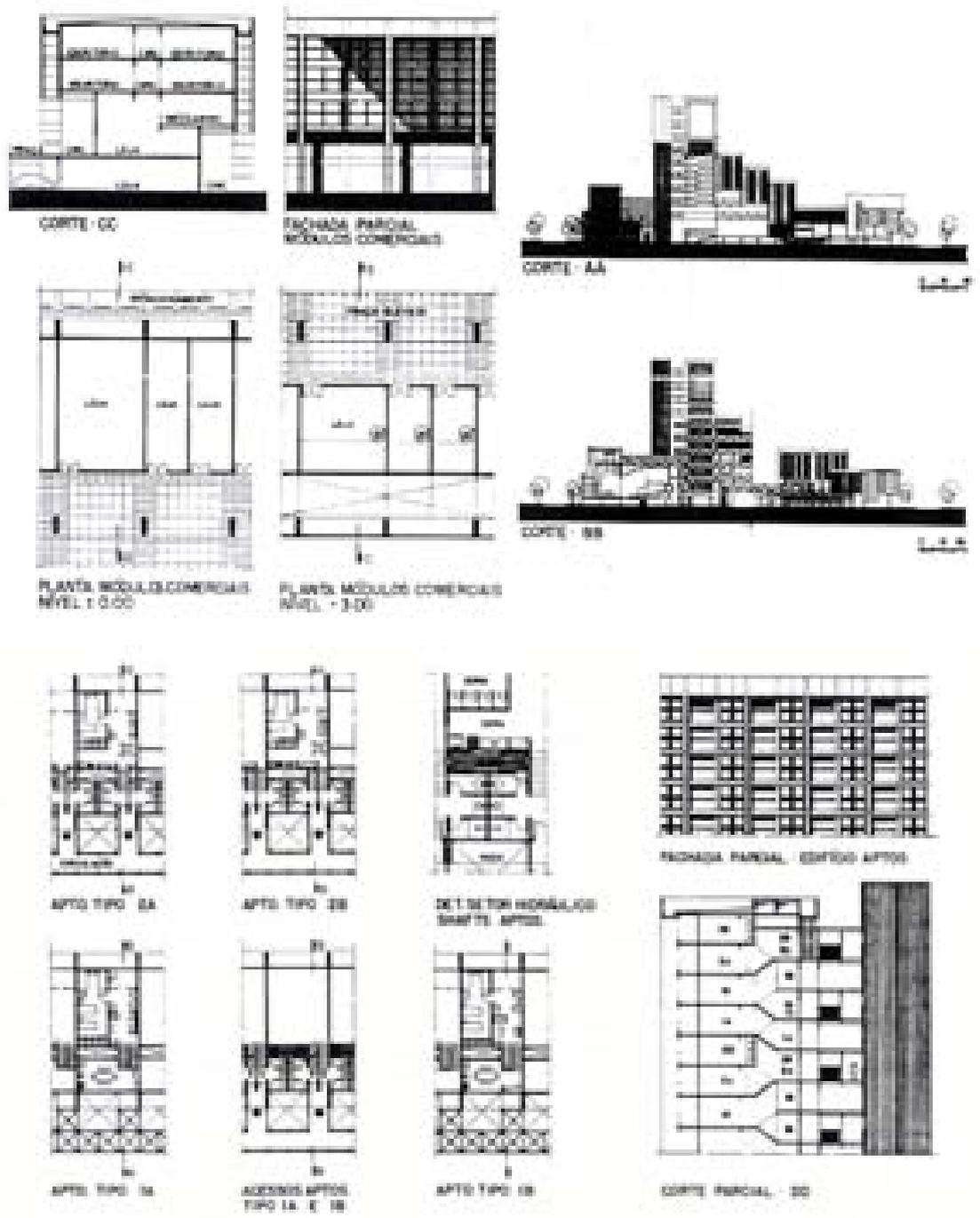
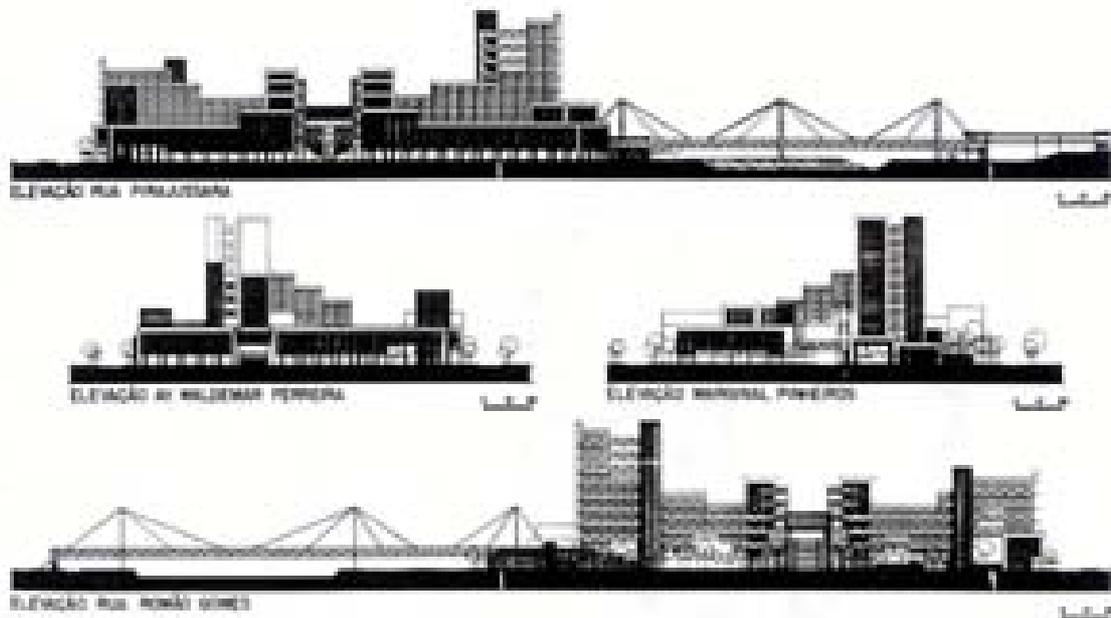


Figura 22



**Figura 23**

### **3.2. O TGI após sua implantação**

A relação entre a proposta elaborada e a adaptada do modelo de Hélio Duarte para o TGI da FAU/USP, em 1971, fruto de um tempo de buscas de definição de competências profissionais para o arquiteto autônomo e de um ensino moderno, pode ser melhor compreendida em um estudo realizado em julho de 1972, para o Departamento de Projetos, intitulado “Considerações sobre a competência dos órgãos da FAU”.

Nessa época, Hélio Duarte passou a ser coordenador da pós-graduação da FAU/USP e se dedicava a esta atividade. No documento, observa e reflete os problemas de ensino daquela faculdade, analisando operacionalmente o seu sistema e indicando “certos princípios norteadores e certas normas para a ação, capazes de dar andamento, em boas condições, a todo processo de ensino”, a fim de atingir principalmente qualidade e produtividade.

Preocupado com o ensino da FAU/USP, analisa a escola operacionalmente, de forma sistêmica, como um conjunto de partes, com idéias e objetivos próprios. Vincula

qualidade e produtividade ao necessário trabalho de integração e interação de suas partes. Dessa forma, pensa em um funcionamento voltado às competências do ensino, localizadas no seu processo lógico e estruturado. Com isso, desemboca naquele que é, segundo indica, o instrumento mais importante do ensino da arquitetura na FAU/USP, aquele que pode conferir e não somente bem avaliar, reais qualidades e atingir a produtividade objetivada por todo o ensino: o TGI.

Nessa perspectiva, o descreve como um instrumento pedagógico capaz de dar a RESPOSTA CERTA, QUALIFICADA e INTEGRAL aos objetivos iniciais do curso de arquitetura. E lamenta quando a sua não compreensão e os equívocos do próprio ensino ao desconsiderar e/ou desconhecer seu poder e características. Nesse documento, Hélio Duarte aponta a necessidade de avaliação dos processos e dos resultados do TGI e indica suas expectativas quanto ao instrumento:

*Idealmente, significaria encontrarmos nos TGI elementos identificadores da assimilação dos conhecimentos e experiências adquiridas em todos os níveis a par de atributos específicos capazes de possibilitar no jovem egresso:*

- *ter-se realizado como pessoa;*
- *integrar-se e participar da vida social;*
- *poder prosseguir em seus estudos ou incorporar-se à força de trabalho mediante treinamento, se necessário*

Ainda, propõe uma aproximação entre as bases que normalmente resolvem os problemas da FAU/USP e os órgãos de cúpula que, segundo escreve, deveriam traçar pelo menos os seus objetivos. Assim, aponta certa negligência. Parte do pressuposto de que “as estruturas de ensino se enquadram, em sua essência, em sistemas perfeitamente definidos” por isso a necessidade de relação – interação e realimentação entre elas, bases e cúpulas – pensada como um sistema dinâmico. Para tanto, indica um modelo de ensino que represente todo o sistema em pleno funcionamento, relacionando as bases e as cúpulas em um trabalho exaustivo que comece pela indicação das metas para chegar nos objetivos. Explica a necessidade da criação de um modelo representativo, de um sistema organizado para atender as peculiaridades de todas as partes, o qual pudesse ser testado para a verificação de possíveis falhas. Nesse sentido, enfatiza, no que chama de rede sistêmica como solucionadora de problemas, a indispensabilidade da experiência que irá acompanhar toda “a ação interativa do permanente fluxo de realimentação que, como seiva, vai levar vida a todo o sistema”.

Nessa linha, procura distinguir na graduação da FAU/USP, os órgãos e suas atribuições; órgãos integrantes, com suas competências e atributos, que lhes dão vida. Assim, apresenta um quadro, onde cada órgão define seus objetivos, currículos, normas, planos de ensino, estratégias, táticas, métodos e técnicas.

Pensando esses órgãos tal como um estabelecimento industrial, onde são testados todos os seus componentes na fase final de cada qual, agora como um todo definido<sup>104</sup>, indica as avaliações nos vários níveis e enfatiza uma avaliação final:

*Assim, também deveríamos nos operar as avaliações nos vários níveis do processamento de ensino – nas áreas departamentais – mas finalizar com a avaliação final, através de análise dos temas desenvolvidos pelos TGI considerando este não mais como um trabalho em si, porém como uma resposta certa, qualificada e integral ao repto inicial (objetivos iniciais).*

Desse modo, evidencia o valor dos sub-sistemas ali considerados, defendendo a importância de cada unidade, distinguindo e indicando novas Comissões: Controle e Avaliação (CCA), Comissão do TGI (CTGI) e Comissão da Integração Departamental (CID). Daí em diante, enfatiza e defende a necessidade de uma avaliação bem realizada e reclama que a avaliação vem sendo usada, comumente, sem controle, para efeito de notas e de forma disciplinar:

*O quadro parece ser geral para a maioria das escolas e faculdades no uso vezeiro daquilo que Anísio Teixeira denominou de o “processo de faz de conta”.*

Hélio Duarte observa a maneira inconseqüente, com raras exceções, em que se dá a formação acadêmica dos arquitetos: “deixando-nos a nós professores e a eles próprios, alunos, um sentimento de perplexidade se não de frustração diante de um produto final”. Dentro dessa realidade, indica o esforço para obter repostas às freqüentes indagações:

- O que conseguir?
- Como conseguir?
- O que foi conseguido?

---

<sup>104</sup> Grifo do autor do estudo, ou seja, Hélio Duarte.

Para atender à primeira pergunta, sugere os seguintes passos da definição de sistemas:

- definir claramente os objetivos, tanto os genéricos como os específicos ou singulares;
- definir as características que o sistema deve comportar para atender aos objetivos propostos;
- desenvolver o gráfico, - “árvores de especificações” – série de documentos informativos sobre todos os itens do sistema;

Para a segunda: impostação das fases e trabalho, mostrando a cronologia das etapas: planejamento, desenvolvimento e pré-operação (seleção das alternativas), operação e encerramento (com avaliação final), definição dos Grupos de Trabalhos (GT) que deverão atuar nos sub-sistemas, planejando e desenvolvendo suas funções em estreita vinculação com os objetivos propostos e ilustração do fluxo de trabalho através de diagramas, mostrando as interrelações entre os grupos, o fluxo das informações e a seqüência dos eventos.

Para responder a terceira pergunta: o que foi conseguido, sugere o levantamento e a aferição dos resultados através da aplicação de testes ao conteúdo dos Trabalhos de Graduação Interdisciplinar (TGI); encontrar nos TGI os elementos identificadores da assimilação dos conhecimentos e experiências adquiridas em todos os níveis.

E sugere, ainda, avaliação final com seus aspectos críticos abrangentes. Segundo Hélio, o principal interesse é poder-se tomar decisões inventivas e eficazes para todos os passos do processo e assim obter modificações simultaneamente em todos os sub-sistemas considerados. Finaliza o documento indicando, ao que se refere ao TGI:

*a curto prazo: fazer constar do Regimento da FAU a existência da Comissão do TGI e também a existência da nova Comissão proposta – Comissão de Controle e Avaliação – que além das suas normais atribuições funcionará como um verdadeiro feed-back.*

No seu estudo, Hélio Duarte, principalmente, denuncia a falta de compreensão e condições favoráveis para a plena implantação de seu modelo de TGI, que se mostra cada vez mais adaptado à realidade da FAU/USP e distanciado de sua proposta inicial.

Outro documento revelador dessa situação é a ATA da reunião do Conselho do Departamento de Projeto realizada em 17 de março de 1975, sobre a programação do TGI para este ano. Nesta reunião, são analisadas duas propostas de programação: uma da Comissão do TGI e outra dos alunos. A proposta dos alunos indica: O TGI para toda a Escola e não somente para o 5.º ano; a divisão de áreas substituída por divisão de problemas; as aulas de 6.ª feira transformadas em seminários; uma Comissão de Avaliação constituída e critérios estabelecidos antes do início dos trabalhos; a elaboração do trabalho com início em 11 de abril daquele ano, já com o orientador escolhido pelo aluno.

O documento também revela que os professores presentes não tinham uma visão comum sobre o TGI. No conjunto das manifestações, são apontados vários problemas: o TGI é muito restrito; até o momento, o TGI não atingiu um nível de maturidade para integrar a escola como um todo; o TGI não tem estrutura; os alunos tendem a se concentrar em um pequeno número de professores; não há participação nem colaboração efetiva dos professores, razões porque o TGI não funciona; existem muitas restrições aos trabalhos dos alunos; o aluno de baixo nível não escolhe orientador.

Em 2 de março de 1977, a Portaria n.º 5 estabelece as normas para o TGI a ser desenvolvido naquele ano e mostra que, no processo de adaptação da proposta à realidade da FAU/USP, o TGI voltou-se ao Departamento de Projetos, nos moldes do Trabalho Tese, ou seja, semelhante à proposta nascida no Fórum de 1968. Nos seus objetivos específicos define, no primeiro item:

*Elaborar uma síntese conclusiva do aproveitamento individual do aluno nas diversas áreas de ensino desenvolvidas no curso de graduação, ou sejam, Projeto de edificação, Planejamento Urbano e Regional, Programação Visual e Desenho Industrial.*<sup>105</sup>

Nota-se que nos anos seguintes as normas não são alteradas, prevalecendo um TGI na área de abrangência do Departamento de Projetos. Essa experiência é que de fato influenciou as demais escolas, que adaptaram o modelo a sua maneira, na

necessidade de também adotarem um Trabalho Final de Curso, apoiadas no pioneirismo da FAU/USP. Sobre esta realidade, também a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura (ABEA) começa a desenvolver os estudos para a implantação do novo currículo mínimo do curso de arquitetura e urbanismo e os ajustamentos para um Trabalho Final de Curso como parte integrantes deste currículo a ser adotado por todas as escolas: o TFG.

### **3.3. O Trabalho Final de Graduação - TFG**

No VIII Encontro Nacional Sobre o ensino da Arquitetura, III Congresso da ABEA (CONABEA), realizado em Recife em outubro de 1987, aparece a primeira proposta para um TFG:

*Escolha livre por parte do aluno do tema de seu trabalho final de graduação, o qual deve estar relacionado com as atribuições profissionais do arquiteto*<sup>106</sup>.

Ainda, no IV CONABEA em outubro de 1989 em Porto Alegre, há o posicionamento contrário à adoção do Exame de Ordem para a área de arquitetura e urbanismo, tendo o diploma como exigência única para o exercício da profissão.<sup>107</sup>

Em 1991, no V CONABEA, realizado em Niterói em outubro de 1991, o relatório final apresenta já o modelo para o TFG a ser adotado em caráter nacional, que com pequenas modificações é o que consta da Portaria/MEC 1.770/94.<sup>108</sup>

Dois meses antes do decreto ministerial que determinou o currículo mínimo, no final do mês de outubro de 1994, no XII Encontro Nacional Sobre o Ensino de Arquitetura e Urbanismo, a ABEA recomenda pontos para a consideração do TFG:

---

<sup>105</sup> ABEA. Anais do Seminário Nacional: Critério para avaliação da educação do arquiteto e urbanista. Rio de Janeiro: ABEA, Caderno 11, s/d, p. 39.

<sup>106</sup> Idem, ibidem, p. 39.

<sup>107</sup> Idem, ibidem, p. 39.

<sup>108</sup> Idem, ibidem, p. 40

- 1) *Caminhar para um consenso em que o Trabalho Final de Graduação será individual. Há ainda posições divergentes quanto ao tema livre x tema dado quanto ao caráter prático x caráter teórico do produto final;*
- 2) *Reafirmar a importância do Trabalho Final de graduação como alternativa à implantação do Exame de Ordem preservando a autonomia das escolas nesta questão, e também como forma de avaliação da qualificação para a vida profissional;*
- 3) *Encaminhar a preocupação de que as escolas não definam seu Trabalho Final de Curso visando o Concurso Ópera prima;*
- 4) *Recomendar à ABEA a exigência de trabalhos individuais ao Concurso Ópera prima;*
- 5) *Valorizar a participação de professores de outras escolas nas Bancas dos Trabalhos Finais de Cursos e/ou de profissional arquiteto atuante na sociedade;*
- 6) *Retomar as disposições do projeto de revisão do Currículo Mínimo quanto à orientação do Trabalho Final de Graduação, valorizando e estimulando a atuação de co-orientadores, apoiando temas específicos e áreas especializadas de desenvolvimento nos trabalhos de alunos;*
- 7) *Recomendar a defesa pública dos trabalhos Finais de Graduação.*

O TFG foi debatido e implantado em um momento em que se articulava a adoção de um exame de ordem para a profissão de arquiteto e, também em 1995, quando da obrigatoriedade da avaliação dos cursos superiores pelo MEC/INEP, a ABEA de todas as maneiras tentou fazer com que o TFG o substituísse, o que pode ser comprovado pelo fato de ter sido a área da arquitetura uma das últimas a submeter-se à avaliação do Exame Nacional de Cursos (ENAC), o conhecido provão – somente em 2002.

Atualmente, todas as escolas de arquitetura seguem a Portaria/MEC 1770/94, tendo o TFG no último período do curso, variando apenas o regime ligado a sua promoção: semestral ou anual, e a forma de remuneração dos docentes para a orientação.

Convém ainda considerar que no momento de sua implantação havia a preocupação com a relação que as escolas pudessem fazer com o concurso Ópera Prima, que nasceu para apresentar, prestigiar e valorizar a produção do ensino da arquitetura, nos Trabalhos Finais de Curso. Foi uma parceria firmada em 1987, da ABEA com a revista Projeto – uma mídia que inicialmente voltava-se à área de arquitetura e que hoje também abrange a de design. Desde 1988 são selecionados vinte e cinco trabalhos para cinco premiações e 20 menções honrosas, resultando em uma Mostra considerável que, no início, percorria o país expondo os trabalhos selecionados.

A criação do Concurso Opera Prima justificou-se na visão da importância dos Trabalhos Finais de Curso de Arquitetura e Urbanismo. Um texto de junho de 1989, escrito pelo então presidente da ABEA, Carlos M. Fayet, divulgando a premiação do primeiro concurso, ocorrido em 1988, explicava:

*Além do currículo mínimo, a maioria dessas escolas tem em comum a realização de um Trabalho de Graduação Integrado ou de Diplomação, os TGIS, como o coroamento de seus cursos.*

*Para muitas escolas, é através desse trabalho, cujo tema geralmente é de livre escolha do aluno, que é feita a avaliação final do formando. É ali que se realiza a síntese do aprendizado.*

*O trabalho de diplomação é a melhor peça do porta-fólio do estudante e, muitas vezes, sua primeira atividade profissional. O tema escolhido, tema real cuja solução o egresso irá propor objetivamente à coletividade, é sua opera prima, seu primeiro trabalho.<sup>109</sup>*

A questão é que o acervo produzido pela mostra do concurso Opera Prima é facilmente entendido como base para uma análise retrospectiva e uma diretriz projetiva dos cursos, ou seja, as escolas tendiam a usar o concurso para refletir e promover sua produção. Por isso a ABEA advertia, no item 3 da lista de recomendações sobre a implantação do TFG, os possíveis desvios de uso e enfoque.

Hoje, o concurso Ópera Prima é organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e sua importância ainda é polêmica, uma vez que muitas escolas direcionam o TFG com o objetivo do concurso, buscando, com isso, maior visibilidade para seus cursos de arquitetura e urbanismo. Ou seja: o concurso acaba sendo usado indevidamente, passando a representar uma avaliação dos cursos, com o caráter de refletir a qualidade dos mesmos, quando somente dez por cento da produção dos trabalhos elaborados pelos cursos participam do concurso.

Porém, cabe nesta pesquisa, a consideração de que este concurso carrega o legado da tradição clássica do ensino da arquitetura, de valorização das grandes obras – a obra prima, literalmente – na pedagogia das premiações, relacionando a Obra Prima, o Grande Prêmio de Roma e o Exame de Diplomação.

---

<sup>109</sup> Revista Projeto n.º 122, junho de 1989, p. 103.

Na seqüência, ilustrações de dois TFG's premiados – Universidade Mackenzie (figura 24) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (figura 25) – no concurso Opera Prima de 2003, com o parecer do júri.<sup>110</sup>



**Figura 24** – Requalificação urbana do largo 13 de maio: espaço cívico e institucional  
Fernanda Kleemann Spinicci  
Prof. Orientador: Pedro Nosralla Jr.  
Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo

<sup>110</sup> Revista Projeto Design Especial Opera Prima, n.º 295, setembro de 2004, p. 99.



**Figura 25** – Casa da Palavra: nova sede do Instituto Estadual do Livro  
 Pedro Engel  
 Prof. Orientador: Benamy Turkiencz.  
 Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre

Retomando o processo de implantação do TFG, a ATA das sessões plenárias do XIII Encontro Nacional sobre Ensino de Arquitetura - ENSEA<sup>111</sup> realizado no dias 9 e 10 de outubro de 1995, apresenta, na primeira sessão plenária do dia 09, o TFG como destaque das questões a serem tratadas. Maria Elisa Meira Presidente da Comissão de Especialistas de Arquitetura e Urbanismo do Ministério da Educação e Desportos abriu a sessão:

<sup>111</sup> Realizado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, nos dias 9 e 10 de outubro de 1995. Conforme ANAIS do VII Congresso Nacional da ABEA-CONABEA, Caderno 17. Salvador: ABEA, 1995.

*Começou referindo-se ao Trabalho Final de Graduação (TFG) cuja importância deve-se à vigência do exame de qualificação instituído pelo governo através de Medida Provisória baixada em setembro e re-apresentada em outubro daquele ano, que está praticamente aprovada pelo Congresso em função de um acordo de lideranças, sem questionamento aparente. A seu ver, é possível substituir-se o exame de qualificação obrigatório pelo TFG, apontando quatro pontos principais de semelhanças; no ensino médico, postula-se a mesma substituição pelo próprio Internato (residência). Comenta também, criticamente, a questão da “nota reservada” que permitiria ao estudante discordar e refazer sua qualificação. Quanto à exigência da avaliação ser externa à instituição de Ensino, entende que o convite a profissionais para participar das bancas do TFG, pode resolver plenamente a exigência<sup>112</sup>.*

Nesse documento, Maria Elisa discute, ainda, o fato de o TFG não ser matéria, o que o melhor diferencia do TGI, observando seu isolamento no último período do curso, depois do cumprimento das matérias do Currículo Mínimo.

Hoje, passados dez anos da implantação do currículo mínimo, o TFG merece ser reavaliado como instrumento pedagógico para o trânsito do âmbito acadêmico para o do exercício profissional.

Também é notória sua representação para a produção das escolas no concurso Ópera Prima. Essa observação justifica-se na ATA da comissão dos julgamentos regionais do Concurso Opera Prima 2004 que premiou os melhores TFGs de 86 escolas de todo o Brasil referentes ao ano de 2003. O documento faz críticas contundentes à formação do arquiteto a partir da qualidade das produções apresentadas. A amostragem aponta fragilidades nos resultados da formação dos novos arquitetos.

Foi analisada uma amostragem significativa de 423 trabalhos e a Comissão Julgadora chegou a considerar a hipótese de uma reformulação do processo de ensino, afirmando que o mesmo vem sendo ministrado da mesma forma ao longo dos anos, resultando em um academicismo que não é desejado e o qual vem perdendo a referência dos avanços tecnológicos.

O texto declara:

*(...) Alguns trabalhos apresentam temas teóricos instigantes, muito bem elaborados, porém, totalmente divorciados da prática da profissão. Observa-se, também, que em vários projetos de qualidade não houve uma preocupação maior, ou correta proposta de solução estrutural, sistema construtivo e, muito menos, com instalações, aspectos técnicos que não são limitadores da qualidade do projeto, mais aspectos fundamentais dessa*

---

<sup>112</sup> ATA das sessões plenárias do XIII Encontro Nacional sobre Ensino de Arquitetura – ENSEA. Idem. Texto da primeira sessão plenária do dia 09, p. 20-21.

*qualidade. Da mesma forma, projetos que poderiam ser premiados foram prejudicados por uma implantação incorreta ou incompatível, num desenho inaceitável de sua contextualização urbana, ou mesmo dos textos e memoriais que abordam muitas vezes aspectos irrelevantes do tema, esquecendo a verdadeira clareza de apresentação da proposta.*

*São aspectos que merecem destaques, seja por refletirem falhas no processo de orientação, o que seria criticável, porém episódico, seja no próprio elenco de conhecimentos dos graduados, o que seria mais preocupante.*

Outra consideração sobre a realidade da formação do arquiteto e urbanista na atualidade pode ser feita sobre a busca de um novo perfil profissional para o século XXI, mediante a proposta, em fase experimental, que a FAU/USP e Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (POLI/USP) inauguraram em parceria. Trata-se de um curso piloto, ampliado, uma nova possibilidade, cuja composição denomina-se “dupla formação”. Os alunos de ambas as escolas, de forma optativa, cursam os quatro primeiros anos na própria faculdade, depois cursam dois anos na outra e, finalmente, a conclusão na FAU, se dá no TFG, completando, assim, em cada um dos cursos, 7 anos. O objetivo é propiciar uma formação mais abrangente. A experiência foi relatada no Boletim do IAB n.º 45 de junho/julho de 2004, quando da reunião da diretoria com professores da FAU/USP, em 5 de julho último. Na oportunidade, foi discutida a necessidade de uma formação mais aprofundada e abrangente na área tecnológica para os arquitetos e de um maior aprofundamento na área das humanas e projetuais para os engenheiros, não se constituindo propriamente em uma dupla diplomação, pois, apesar da denominação “dupla formação” – a ser substituída – os alunos da FAU/USP serão diplomados em arquitetura e os da POLI/USP em engenharia civil.

A preocupação desta parceria consiste na influência que estas escolas representam para o conjunto das demais escolas do país, como aconteceu no caso do TGI para as escolas de arquitetura. Além disso, coloca em discussão a não dissociação das áreas de engenharia e arquitetura, mesmo que seus Trabalhos Finais de Curso sejam focados na especificidade de cada área.

## Conclusão

O TGI é um instrumento pedagógico, constante do currículo no último ano do Curso de Arquitetura e Urbanismo, de caráter pessoal, que se propunha a ser uma demonstração síntese. Nele, o aluno deveria integrar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso, julgados indispensáveis ao bom exercício da profissão. O TGI foi adotado na FAU/USP em 1971, permanecendo até 1994, sem obrigatoriedade estipulada por lei para sua adoção. É um modelo brasileiro nascido da necessidade da criação de um instrumento próprio à modernização pedagógica da época na FAU/USP.

Não foram encontradas ligações diretas do TGI com os demais Trabalhos de Final de Curso pesquisados. Porém, pelo fato desses instrumentos pertencerem à história do ensino da arquitetura, compreende-se os mesmos na base da implantação do TGI, que se firmou como integrante dos currículos e programas dos demais cursos de arquitetura e urbanismo do Brasil, que o adaptaram livremente.

Assim, buscaram-se as raízes históricas remotas do Trabalho Final do Curso de Arquitetura. Observou-se, primeiramente, a *Opera Prima* das corporações medievais, depois, já no ensino formal institucionalizado, o Grande Prêmio de Roma e o Trabalho de Diplomação das escolas francesas nos séculos XVII e XVIII, em um nova vertente do ensino. O primeiro, vinculado à Academia de Belas Artes de Paris, voltado à perpetuação da tradição clássica greco-romana e, o segundo, oriundo da Escola Especial de Arquitetura, também de Paris, que incorporou as inovações tecnológicas contrapondo-se ao ensino acadêmico praticado pela Escola de Belas Artes.

Também, a história do ensino da arquitetura no Brasil mistura duas tendências: a clássica, herdada do sistema Belas Artes francês, e a moderna do sistema politécnico. A primeira intenção em consagrar, premiando, trabalhos de curso de artes visuais, incluindo a arquitetura, aparece na Academia Imperial de Belas Artes, um concurso denominado Prêmio de Viagem, segundo o modelo do Grande Prêmio de Roma.

O Trabalho de Graduação Interdisciplinar (TGI) reflete, além da corrente da Belas Artes e da Politécnica, os conflitos das décadas de 50, 60 e 70 no país, quando se buscou definir o ensino da arquitetura e, com ele, instrumentos de final de curso. O exemplo mais notório do esforço é o Trabalho Tese, constante do relatório do segundo Fórum de Debates que aconteceu em 68 na FAU/USP.

O estudo do TGI significa, sobretudo, uma reflexão sobre a formação do arquiteto e urbanista.

O substituto natural do TGI foi o TFG, instituído pela Portaria MEC 1.770/94 para todos os cursos de arquitetura e urbanismo do Brasil. Assim, a fim de observar seus pressupostos, como instrumento pedagógico brasileiro, uma modalidade de Trabalho Final de Curso, a pesquisa considerou tanto suas raízes remotas, como o momento histórico-político da FAU/USP na época de sua implantação e a conseqüente adoção do TFG em 1994.

O estudo dos instrumentos similares, Trabalhos Finais de Curso de Arquitetura no ensino acadêmico, definidos pela tradição clássica e pela prática do ofício, de maneira formal e informal, nascidos na Europa, compreendeu o princípio da concepção, implantação, consolidação e pertinência do TGI e do TFG. Eles são históricos e sociais e refletem o ensino praticado na época, na formação profissional demandada pelas instituições que os regulamentaram e os legitimaram.

Os diferentes instrumentos, frutos dos distintos processos de ensino, evidenciaram a atual relação com o ensino clássico na formação do arquiteto e urbanista, baseados nos tradicionais cânones de beleza e também do ensino das politécnicas, baseado no uso de novos materiais. Essa relação é melhor considerada a partir das quatro visões de Donald Drew Egbert, que observa a formação do arquiteto definindo-se em um processo histórico de assimilação de novas necessidades – uma visão fundamental na história da formação profissional do arquiteto e urbanista.

As duas facetas do TGI, sua implantação e a criação de seu modelo tiveram como base o fato de o modelo implantado mostrar-se uma adaptação da proposta elaborada por Hélio de Queiroz Duarte resgatada dos arquivos da FAU/USP. A proposta não foi implantada como concebida e nem foi considerada pelos estudos desenvolvidos pela ABEA para a indicação do TFG, mas, como uma contribuição desse trabalho, entende-se que deva ser estudada e considerada na história do ensino da arquitetura no Brasil, inclusive como subsídio para uma futura revisão do TFG.

Com esta pesquisa compreende-se que os Trabalhos Finais de Curso não podem ser vistos isoladamente como responsáveis pelos resultados apresentados pelos alunos e instituições, eles estão intrinsecamente relacionados aos processos de ensino e aprendizagem dos cursos, aos esforços individuais e das equipes de professores-

orientadores, aos seus currículos e programas, às instituições e às ações governamentais que, por sua vez, manifestam visões políticas e sociais próprias.

Os Trabalhos Finais de Curso, além de indicarem a transição do âmbito acadêmico para o âmbito do exercício profissional da arquitetura e do urbanismo podem possibilitar, também, a avaliação do ensino e da aprendizagem ao longo do próprio curso de formação agregando conhecimentos em um processo contínuo de atividades acadêmicas sistematizadas. Assim, entende-se que uma revisão de seu modelo deve ser realizada, relacionada aos programas e currículos indicados pelas Diretrizes Curriculares e organizados pelas instituições de ensino superior. São eles os maiores responsáveis pela definição da formação do arquiteto e urbanista.

Como elementos para a revisão do TFG, a pesquisa indica a consideração da formação ampliada, em discussão com o curso piloto “dupla formação” da FAU e POLI/USP; a necessidade de um exame de ordem para o arquiteto, conforme discussões do CONABEA iniciadas quando da implantação do TFG em meados da década de 90; a tendência da relação da produção das escolas com o concurso nacional Opera Prima, consagrador de projetos e arquitetos e os estudos sobre a construção dinâmica de um currículo que envolva não somente a questão da interdisciplinaridade, mas, inclusive, a da transdisciplinaridade, como uma tendência contemporânea, voltada à pesquisa como resolução de problemas. Considerando que o campo da arquitetura é interdisciplinar por natureza e o Trabalho Final de Curso é um instrumento que pode representar a transdisciplinaridade, em sua natureza pedagógica de integração e demonstração dos conhecimentos adquiridos, capazes de transpassar a fronteira do ensino e da aprendizagem acadêmica.

Outra questão levantada é o fato de um Trabalho Final, como no caso do TFG hoje, ser ou não isolado no último período do curso, ainda no âmbito acadêmico, sem constituir-se matéria, podendo servir de elemento de maior construção de conhecimentos nesse âmbito ou caracterizar-se, na passagem para o exercício profissional, mais como simulador da prática, na qual o aluno tem que encontrar caminhos e saídas para as diversas problematizações. Neste modelo, que articula as preocupações em possuir as características de um exame de ordem no âmbito acadêmico, o TFG mostra-se dissociado do processo de ensino e aprendizagem com

base disciplinar, ficando a cargo de cada instituição oferecer maiores ou menores condições para o aluno nesta fase final do curso.

O modelo de TGI proposto por Hélio de Queiroz Duarte supostamente agrega maior valor ao curso de arquitetura e urbanismo do que o modelo do TFG, da Portaria-MEC 1770/94. Apesar de ambos voltarem-se à conquista de um Trabalho Final, de simulação profissional, capaz de refletir e avaliar as competências mínimas necessárias, o TGI de Hélio Duarte caracteriza-se pela construção de conhecimentos no âmbito acadêmico, enquanto o TFG caracteriza-se pela busca da autonomia profissional. O primeiro modelo significa uma fase de construção de conhecimentos, tendo disciplinas, estágios e outras atividades, além da orientação, participando da elaboração do Trabalho Final, ao passo que no caso do segundo modelo, consolida-se os conhecimentos adquiridos nos semestres anteriores, tendo somente a orientação como apoio.

Na comparação dos modelos, não se discute competências profissionais e sim percurso de formação, uma vez que tanto o TGI como o TFG mostram-se instrumentos pedagógicos de trânsito entre o âmbito acadêmico e o profissional, na formação do arquiteto.

## Bibliografia

### LIVROS e ARTIGOS:

- ABEA. Anais do Seminário Nacional: *Critério para avaliação da educação do arquiteto e urbanista*. Rio de Janeiro: ABEA, Caderno 11, s/d.
- \_\_\_\_\_. ANAIS do VII Congresso Nacional da ABEA-CONABEA, Caderno 17. Salvador:1995.
- ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como história da cidade*. 4.<sup>a</sup> edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ASSOCIAÇÃO Brasileira de Escolas de Arquitetura. *Sobre o ensino da arquitetura no Brasil*, 1977.
- BARBOSA, Ana Mãe T. B. *Arte-Educação no Brasil: das origens ao modernismo*. São Paulo: Perspectiva, 1978
- BENEVOLO, Leonardo. *História da Arquitetura Moderna*. 3.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Perspectiva, 1998
- BICCA, Paulo. *Arquiteto: a máscara e a face*. São Paulo: Projeto, 1984.
- BIRKHOLZ, Lauro Bastos e NOGUEIRA, Brenno Cyrino. *A FAU/USP, sua criação e funcionamento na vila penteado*. Revista Sinopses/Memória. Edição Especial. São Paulo: FAU/USP, 1993. pp. 5-11.
- BIERMANN, Veronica et.al. *Teoria da arquitetura: do renascimento aos nossos dias*. São Paulo: Taschen, 2003.
- BORGES, Stela A. e outros. *Chaves para ler Anísio Teixeira*. Salvador: EGBA/Universidade Federal da Bahia, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: *Escritos sobre educação*, 3.<sup>a</sup> ed., Vozes: Petrópolis, 1998.
- BUFFA, Éster e PINTO, Gelson de Almeida. *Arquitetura e educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas 1893/1971*. São Carlos:EDUFSCAR/INEP, 2002.
- CAMPOFIORITO, Q. *Artes Plásticas e Ensino Artístico no Rio de Janeiro, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivos ENBA, 1965.
- CARVALHO MANGE, Ernesto Roberto. *Arquitetura Escolar*. São Paulo: Acrópole, n.º 197, mar. 1955.
- CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. *Ramos de Azevedo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. Col. Artistas Brasileiros
- CHAFEE, Richard.: *The architecture of the Ecole des Beaux-Arts*. New York: The Museum of modern arte, 1977.
- COSTA, Lúcio. Lúcio Costa: registro de uma vivência. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.
- CUNHA. Luiz Antônio. *A Universidade Temporã*. 2.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro:Francisco Alves, 1986.
- DEWEY, John. *Vida e Educação*. 10.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: Melhoria/Ministério da Educação e Cultura, 1978.
- \_\_\_\_\_. *A Filosofia em Reconstrução*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1958.
- \_\_\_\_\_. *Experiência e Educação*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1971.
- DREXLER, Arthur (org.) *The Architecture of the École des Beaux-Arts*. New York, Museum of Modern Art, 1977.
- DUARTE, Hélio de Queiroz. *Escola-classe, escola-parque: uma experiência*

- educacional. Caderno impresso no Laboratório de Artes Gráficas da FAU/USP, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Considerações em torno do problema escolar*. São Paulo: Acrópole, n.º 314, fev. 1965.
- \_\_\_\_\_. *Considerações sobre arquitetura e educação*. São Paulo: Acrópole n.º 219, abr. 1956.
- \_\_\_\_\_. *O problema escolar e a arquitetura*. São Paulo: Habitat, n.º 4, set. dez. 1951.
- \_\_\_\_\_. *Considerações sobre a competência dos órgãos da FAU/USP*, texto datilografado. Dedalus – Acervo FAU, junho, 1972.
- DURAND, José Carlos. *Arte, privilégio e distinção*. São Paulo: Perspectiva, 1989. (Col. Estudos)
- DURAND, José Carlos Garcia. *A profissão de arquiteto: estudo sociológico*. Tese de mestrado apresentada ao Departamento de ciências Sociais da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, novembro de 1972.
- EGBERT, Donald Drew. *The Beaux-Arts Tradition in French Architecture*. New Jersey: Princeton University Press, 1980.
- FAU/USP. *Fórum de Debates de 1968*. Documentos e relatórios das comissões e sub-comissões, junho, 1968.
- FAZENDA, Ivani (org.). *Didática e Interdisciplinaridade*. Campinas: Papirus, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. 2.ª ed., Campinas: Papirus, 1995.
- FAVERO, Maria Rita de Albuquerque. *Dicionário de Educadores no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/MEC-Inep-Comped, 2002.
- FERRAZ, Geraldo, *Warchavchik e a introdução da nova arquitetura no Brasil*. São Paulo Museu de Arte, 1965.
- FREIRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.
- GADOTTI, Moacir. *História das idéias pedagógicas*. 8.ª ed., São Paulo: Ática, 2002, Série Educação.
- GALVÃO, Alfredo. *Subsídios para a história da Academias Nacional de Belas-Artes*. Rio de Janeiro, s.c.p., 1952.
- GANDINI, Rachel Pereira Chainho. *Tecnologia, Capitalismo, Educação e Transformação*, v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- GERMANO, José W. A reforma universitária de 1968. In: *Estado Militar e Educação, no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 1983.
- GLANCEY, Jonathan. *A História da Arquitetura*. São Paulo: Loyola, 2001.
- HANNO, Walter Kruff. *História de la teoria de la arquitectura*. Madrid: Alianza, 1990, VII e II.
- IBGE – Anuário Estatístico do Brasil – 1939/1940 – Quadro “Aspectos Culturais: Exposições Oficiais de Belas Artes na Cidade do Rio de Janeiro: 1894/1939.
- IROGOYEN, Adriana. *Wright e Artigas: duas viagens*. São Paulo: FAPESP, 2002.
- LEBLOIS, Olivier. *École E’peciale d’architecture: Voyage à travers une école d’architecture*. Paris: Stéphane Place, 2000.
- LIMA, Mayumi Souza. *Arquitetura e Educação*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- LOS RIOS, Adolfo Morales Filho. *Grandjean de Montigny: e a evolução da arte brasileira*. Rio de Janeiro: Empresa a noite, 1941.
- MACHADO, Lourival Gomes. *Barroco Mineiro*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

- MESQUITA, Moacy de. *A história da legislação profissional de engenharia, arquitetura e agronomia no Brasil*. Rio de Janeiro: CONFEA, s/d.
- MOREIRA, Antonio Flávio. *Currículos e programas no Brasil*, 9.<sup>a</sup> ed., Campinas: Papirus, 2002.
- NUNES, Clarice. *Anísio Teixeira: a poesia da ação*. São Paulo:EDUSF, 2000.
- PÉREZ-GÓMEZ, Alberto, em: *Hermeneutics as Architectural Discourse*. In: IEC-PUC Minas, Apostila do Seminário com Prof.º Alberto Pérez Gómez. Belo Horizonte, (s.n).
- PICARELLI, Marlene. *O Departamento de Projeto AUP – FAU/USP*. Revista Sinopses/Memória. Edição Especial. São Paulo: FAU/USP, 1993. pp. 12-23.
- PONTUAL, Roberto. *Dicionário das artes plásticas no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização, 1969.
- PROENÇA, Graça. *História da Arte*. São Paulo: Ática. 2001.
- REIS FILHO, Nestor G. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo, Perspectiva, 1970. (Debates 18).
- RUGIU, Antonio Santoni. *Nostalgia do mestre artesão*. Campinas: Editora Autores Associados, 1998. Col. Memória da Educação.
- SAVIANI, Demerval. *História das idéias pedagógicas: reconstruindo o conceito*. Comunicação apresentada à 21.<sup>a</sup> Reunião Anual da Anped. Mimeo.
- SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas escolares*. São Paulo: Projeto, n.º 87, maio 1986.
- \_\_\_\_\_. *Arquiteturas no Brasil/Anos 80*. São Paulo: Projeto, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Arquiteturas no Brasil/1900-1990*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Hélio Duarte: moderno, peregrino, educador*. Separata AU80. São Paulo:FAU/USP, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Hélio Duarte (1906-1989): moderno e peregrino*. São Paulo: Projeto, n.º 131, abril-maio, 1990.
- SOUZA, Paulo Nathanael. *Estrutura e Funcionamento do Ensino Superior Brasileiro*. São Paulo: Pioneira, 1991.
- SILVA, Ernesto. *História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade*. Brasília, 1985.
- SUMMERSON, John. *A Linguagem clássica da arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- STRICKLAND, Carol. *Arquitetura Comentada: uma breve viagem pela história da Arquitetura*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- TEIXEIRA, Anísio. *Pequena introdução à filosofia da educação*, 7.<sup>a</sup> e., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975. Col. Atualidades Pedagógicas.
- \_\_\_\_\_. *Educação no Brasil*. 3.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Educação é um direito*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Educação não é privilégio*. 3.<sup>a</sup> ed., São Paulo: Cia Editora Nacional, 1971.
- WICK, Rainer. *Pedagogia da Bauhaus*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. (Coleção A).
- VILANOVA ARTIGAS, João Batista. *Caminhos da arquitetura*. São Paulo:Cosac & Naify Edições. 1999.
- \_\_\_\_\_. *Arquitetos Brasileiros/Brazilian Architects*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi/Fundação Vilanova Artigas, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Fragments de um discurso complexo*. São Paulo Projeto n.º 09, abril de 1988, p. 92-95.

XAVIER, Alberto. *Depoimento de uma geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003.

#### **TRABALHOS ACADÊMICOS:**

DURAND, José Carlos Garcia. A profissão de arquiteto: estudo sociológico. Tese de mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, novembro de 1972.

FISCHER, Sylvia. Monografia: *Ensino e profissão: o curso de engenheiro-arquiteto da Escola Politécnica de São Paulo*, 1995. V. I e II.

YURGEL, Marlene. *Arquitetura paulista de 1952 a 1992: arquitetos diplomados pela FAU/USP*. Pesquisa não publicada pertencente ao acervo da FAPESP, acesso ao material parcial, em outubro de 2003.

PÉREZ-GÓMEZ, Alberto. *Hermeneutics as Architectural Discourse*. In: IEC-PUC Minas, Apostila do Seminário com o prof.º Alberto Pérez Gómez. Belo Horizonte, (s.n).

#### **SITES:**

*Loi instituant l'ordre des architectes et réglémentant le titre et la profession d'architecte*. Publicado no Jornal Oficial em 31 de dezembro de 1940. In: [WWW.admi.net/jo/loi24janvier19451.html](http://WWW.admi.net/jo/loi24janvier19451.html). Acesso em 26/01/2004.

*Ecole nationale supérieure des Beaux-arts*. In: [WWW.culture.fr/ENSBA/VF.html](http://WWW.culture.fr/ENSBA/VF.html). Acesso em 22/07/2003.

#### **ENTREVISTAS NÃO PUBLICADAS CONCEDIDAS AO PESQUISADOR:**

FICHER, Sylvia. (Arquiteta e pesquisadora). *O modelo de TGI brasileiro e a inspiração dos modelos franceses*. (Brasília, por telefone) outubro de 2003.

GOULART REIS FILHO, Nestor. (Arquiteto, ex-diretor da FAU/USP no início da década de 70). *A participação de Hélio de Queiroz Duarte na FAU/uSP e na implantação do TGI, em 1971*. São Paulo, FAU/Cidade Universitária. Abril de 2003.

YURGEL, Marlene. (Arquiteta e pesquisadora) *Sobre as origens do TGI no Brasil e sua implantação na FAU/USP*. São Paulo – FAU/Cidade Universitária. Maio/Junho de 2003.

MANGE, Roberto. (Engenheiro, ex-professor da FAU/USP, ex-sócio de Hélio Duarte, desenvolveu, com este, estudos sobre o ensino da arquitetura) *Sobre os estudos de contribuição para o ensino da arquitetura realizados em parceria com Hélio de Queiroz Duarte, amizade e contribuições pessoais*. São Paulo, em sua residência no Bairro de Higienópolis, na capital, fevereiro de 2003.

MONSEGLIO, Elide. (Arquiteta, atual professora de pós-graduação da FAU/USP, fez parte do AUP com Hélio Duarte, pesquisadora). *A criação e implantação do TGI na FAU/USP*. São Paulo, FAU/Maranhão. Fevereiro de 2003.

MONTESANO, Dario. (arquiteto, ex-orientando de Hélio Duarte). *A vida acadêmica de Hélio de Queiroz Duarte na FAU/USP*. São Paulo, FAU/Cidade Universitária, Maio de 2003.

PIMENTA, Célio. (Arquiteto, ex-aluno de Hélio Duarte). *Hélio Duarte professor-arquiteto*. São Paulo. Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. Abril, 2003.

RONCA, José Luiz Caruso. (Arquiteto, atual chefe do Departamento do AUP da FAU/USP). *Documentos do AUP na FAU/USP de registro da implantação do TGI*. São Paulo, FAU/Cidade Universitária. Junho de 2003.

SEGAWA, Hugo. (Arquiteto, professor da USP/São Carlos e pesquisador). *A contribuição de Hélio de Queiroz Duarte para o TGI na FAU/USP*. Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. Setembro de 2004.

TIBAU, José Roberto G. (Arquiteto, ex-sócio de Hélio Duarte). *A parceria profissional com Hélio de Queiroz Duarte e sua visão sobre a criação e implantação do TGI na FAU/USP*. São Paulo, Escritório particular de Arquitetura, no Bairro do Itaim, na capital. Março de 2003.

#### **ATAS DE REUNIÕES:**

AUP-FAU/USP. Cidade Universitária, São Paulo. **Reunião Extraordinária do Departamento de Projeto**. Em 28 de maio de 1968, ATA s/n.º, 5 p.

AUP-FAU/USP. Cidade Universitária, São Paulo. **Reunião Extraordinária do Departamento de Projeto e Demais Departamentos**. Em: 5 de junho de 1968, ATA s/n.º 5 p.

AUP-FAU/USP. Cidade Universitária, São Paulo. **Reunião Plenária do Departamento de Projeto**. Em: 05 de agosto de 1968, 4 p.

AUP-FAU/USP. Cidade Universitária, São Paulo. **Reunião de Conselho de Departamento de Projeto**. Em: 26 de junho de 1969. ATA s/n.º, 3p.

AUP-FAU/USP. Cidade Universitária, São Paulo. **Reunião Plenária do Departamento de Projeto**. Em: 30 de setembro de 1969, 11 p.

AUP-FAU/USP. Cidade Universitária, São Paulo. **Reunião de Conselho de Departamento**. Em: 17 de fevereiro de 1971. ATA n.º 24, 2 p.

AUP-FAU/USP. Cidade Universitária, São Paulo. **Reunião de Conselho de Departamento**. Em: 14 de abril de 1971. ATA n.º 20, 2 p.

AUP-FAU/USP. Cidade Universitária, São Paulo. **Reunião de Conselho de Departamento**. Em: 11 de junho de 1971. ATA n.º 31, 7 p.

AUP-FAU/USP. Cidade Universitária, São Paulo. **Reunião de Conselho de Departamento**. Em: 17 de março de 1975. ATA n.º 94, 3 p.

#### **OUTROS DOCUMENTOS:**

**Portaria n.º 1.770-MEC**, de 21 de dezembro de 1994.

**Portaria n.º 5**. FAU/USP. Em: 02 de março de 1977. Estabelece Normas para o TGI ATA dos Julgamentos Regionais – **Concurso Opera prima 2004**. Em: 04 de junho de 2004, 7 p.

**Memorial de Hélio de Queiroz Duarte**. FAU/USP, fevereiro de 1973. (doc. de arquivo)

**Normas do TFG da FAU/USP- 2001**.

## **Anexos**

1. Portaria 1.770-MEC.....p **111**
2. Variações das cinco ordens clássicas da arquitetura  
conforme diferentes autores.....p **115**
3. Currículos do curso de Formação de Arquitetos proposto pela  
Faculdade Nacional de Arquitetura do Rio de Janeiro, pela  
Escola Politécnica de São Paulo e pela Faculdade de  
Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.....p **120**
4. Atas de Reunião do Departamento e Projeto da FAU/USP  
selecionadas de 1968 a 1975.....p **128**
5. Relatório do Departamento de Projeto (Segundo Fórum de Debates de 1968,  
relator: Paulo Mendes da Rocha, Junho-1968).....p **150**
6. Documento da Reitoria da Universidade de São Paulo  
Processo N<sup>o</sup>. 3373/50 sobre pagamento de aulas  
ministradas a Hélio de Queiroz Duarte.....p **152**
7. Texto: Hélio Duarte - Moderno, peregrino, educador  
(Hugo Segawa – Separata AU 80, Out/Nov 1998).....p **153**
8. Portaria N<sup>o</sup>.5 – Normas para o desenvolvimento do TGI / 1977.....p **154**
9. Ata de Julgamento do Concurso Opera Prima.....p **160**
10. Texto: O Perfil de um novo arquiteto  
(Boletim do IAB – jun/jul 2004).....p **164**
11. Normas para o TFG da FAU/USP 2001.....p **165**

## Anexo 1

### **Diretrizes Curriculares Gerais - (VIGENTE)**

#### **Portaria Nº 1.770 - MEC, de 21 de Dezembro de 1994**

O MINISTRO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 4º da Medida Provisória n.º 765, de 16 de dezembro de 1994, e considerando as recomendações dos Seminários Regionais e Nacional dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo, e da Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria de Educação Superior deste Ministério, resolve:

Art. 1º - Fixar as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Art. 2º - O conteúdo mínimo do Curso de Arquitetura e Urbanismo divide-se em três partes interdependentes:

- I) **Matérias de Fundamentação**, constituindo-se em conhecimentos fundamentais e integrativos de áreas correlatas;
- II) **Matérias Profissionais**, constituindo-se em conhecimentos que caracterizam as atribuições e responsabilidades profissionais;

III) **Trabalho Final de Graduação**.

**Parágrafo único** - As áreas de estudo correspondentes às matérias de fundamentação e às matérias profissionais não guardam entre si qualquer exigência de precedência.

Art. 3º - São matérias de Fundamentação:

- - Estética, História das Artes.
- Estudos Sociais e Ambientais.
- Desenho.

§ 1º - O estudo de Estética está em conexão com o da História das Artes e dará ênfase às manifestações ocorridas no Brasil.

## Anexo 1

§ 2º - Os Estudos Sociais e Ambientais objetivam analisar o desenvolvimento econômico, social e político do País, nos aspectos vinculados à Arquitetura e Urbanismo, e despertar a atenção crítica para as questões ambientais.

§ 3º - O estudo do Desenho abrange, além das geometrias e suas aplicações, todas as modalidades expressivas como modelagem, plástica e outros meios de expressão e representação.

Art. 4º - São Matérias Profissionais:

- História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo.
- Técnicas Retrospectivas.
- Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e de Paisagismo.
- Tecnologia da Construção .
- Sistemas Estruturais.
- Conforto Ambiental.
- Topografia.
- Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo.
- Planejamento Urbano e Regional.

§ 1º - O estudo da História e da Teoria da Arquitetura e Urbanismo envolve o contexto histórico da produção da arquitetura e do urbanismo, abrangendo os aspectos de fundamentação conceitual e metodológica.

§ 2º - O estudo das Técnicas Retrospectivas inclui a conservação, restauro, reestruturação e reconstrução de edifícios e conjuntos urbanos.

§ 3º - O Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e de Paisagismo constitui a atividade criadora, referente à arquitetura das habitações e edifícios em geral, bem como a projetos de objetos, paisagens, cidades e regiões. Os temas abordarão problemas de maior interesse social, mediante atenção crítica às necessidades sociais.

## Anexo 1

§ 4º - Na Tecnologia da Construção incluem-se os estudos relativos aos materiais e técnicas construtivas, instalações e equipamentos prediais e a infra-estrutura urbana.

§ 5º - Os Sistemas Estruturais consideram, além do que lhe é peculiar, o estudo da resistência dos materiais, estabilidade das construções e do projeto estrutural, utilizando o instrumental da matemática e da física.

§ 6º - Em Conforto Ambiental está compreendido o estudo das condições térmicas, acústicas, lumínicas e energéticas e os fenômenos físicos a elas associados, como um dos condicionantes da forma e da organização do espaço.

§ 7º - A matéria Topografia consiste no estudo da topografia propriamente dita, com o uso de recursos de aerofotogrametria, topologia e foto-interpretação, aplicados à arquitetura e urbanismo.

§ 8º - O estudo da Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo abrange os sistemas de tratamento da informação e representação do objeto aplicados à arquitetura e urbanismo, implementando a utilização do instrumental da informática no cotidiano do aprendizado.

§ 9º - O Planejamento Urbano e Regional constitui a atividade de estudos, análises e intervenções no espaço urbano, metropolitano e regional.

Art. 5º - As matérias profissionais de Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e de Paisagismo, Tecnologia da Construção, Sistemas Estruturais, Conforto Ambiental, Topografia, Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo, que requerem espaços e equipamentos especializados, têm como exigência, para sua oferta, a utilização de laboratórios, maquetarias, salas de projeto, além dos equipamentos correspondentes.

Art. 6º - Será exigido um Trabalho Final de Graduação objetivando avaliar as condições de qualificação do formando para acesso ao exercício profissional. Constitui-se em trabalho individual, de livre escolha do aluno, relacionado com as atribuições profissionais, a ser realizado ao final do curso e após a integralização das matérias do currículo mínimo. Será desenvolvido com o apoio de professor orientador

## Anexo 1

escolhido pelo estudante entre os professores arquitetos e urbanistas dos departamentos do curso e submetido a uma banca de avaliação com participação externa à Instituição à qual estudante e orientador pertençam.

Art. 7º - Cada curso manterá um acervo bibliográfico atualizado de, no mínimo, 3.000 títulos de obras de arquitetura e urbanismo e de referência às matérias do curso, além de periódicos e legislação.

Art. 8º - Os cursos deverão empreender visitas a obras fundamentais, a cidades e conjuntos históricos e a cidades e regiões que ofereçam soluções novas, com exigência de apresentação de relatório crítico por parte dos alunos.

Art. 9º - A carga horária do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo será de 3.600 horas, exclusivamente destinadas ao desenvolvimento do conteúdo fixado no currículo mínimo, devendo ser integralizada no prazo mínimo de 5 e máximo de 9 anos.

Art. 10 - No prazo de dois anos a contar desta data, os cursos de Arquitetura e Urbanismo já existentes, proverão os meios necessários ao integral cumprimento desta Portaria.

Art. 11 - Os mínimos de conteúdo e duração fixados por esta Portaria serão obrigatórios para os alunos que ingressarem em 1996, podendo as instituições que assim o desejarem, aplicá-los imediatamente.

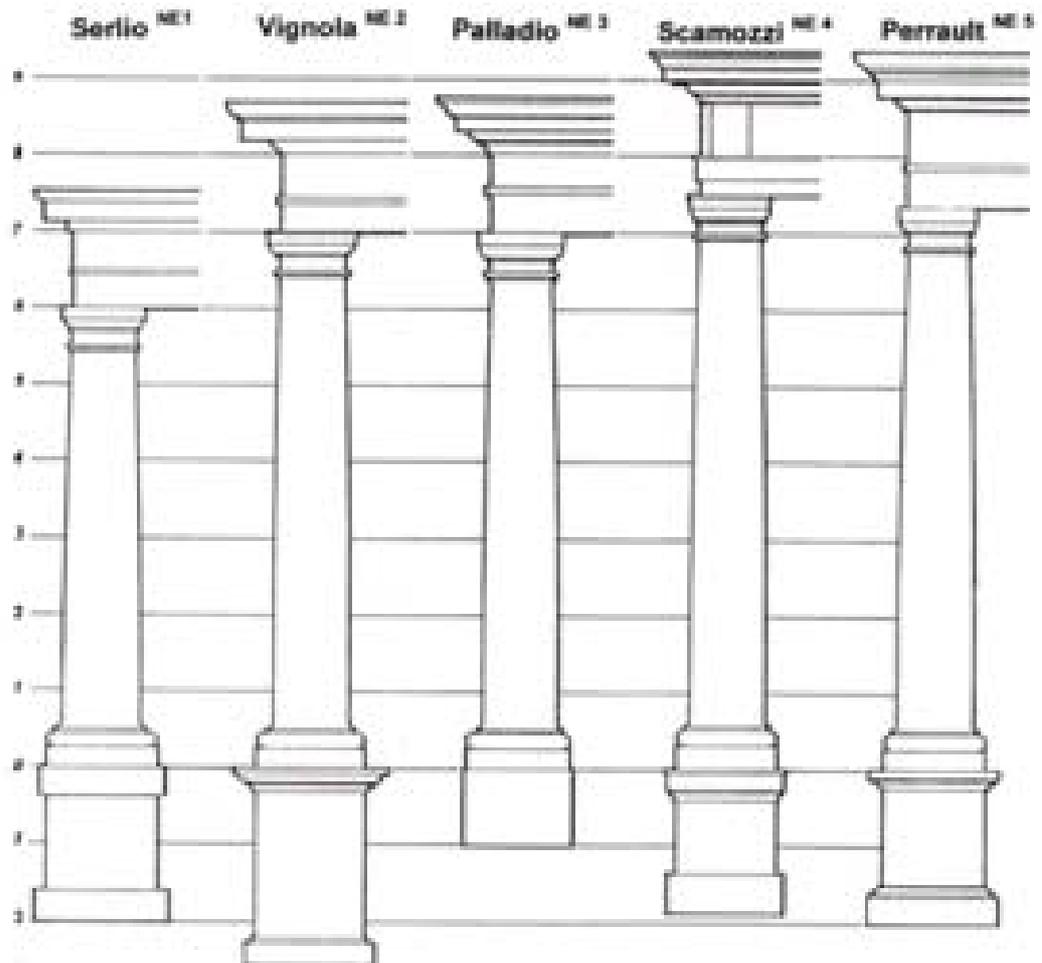
Art. 12 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução nº 3/69 do extinto Conselho Federal de Educação.

MURÍLIO DE AVELLAR HINGEL

## Anexo 2

Variações das cinco ordens clássicas da arquitetura  
conforme diferentes autores

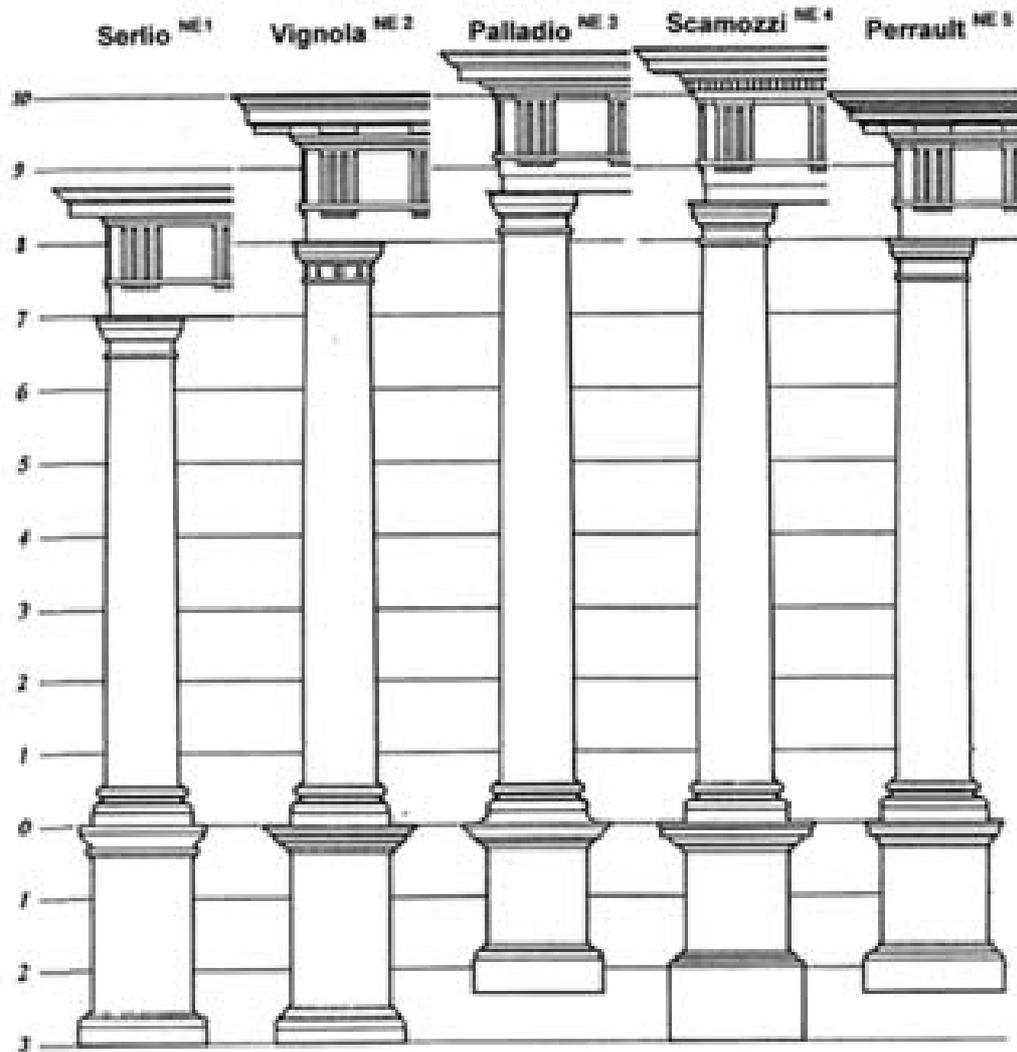
### ORDEM TOSCANA



<sup>ME1</sup> - Sebastiano Serlio (1475, 1552): Arquiteto italiano e autor de tratados sobre a arquitetura e a arte de construir. Tornou-se autoridade padrão para a arquitetura e a mais popular fonte de modelos em toda a Europa. Entre seus livros pode-se citar: Geometria, publicado em 1545; As Ordens, publicado em 1540 e Igrejas, publicado em 1547.

Anexo 2

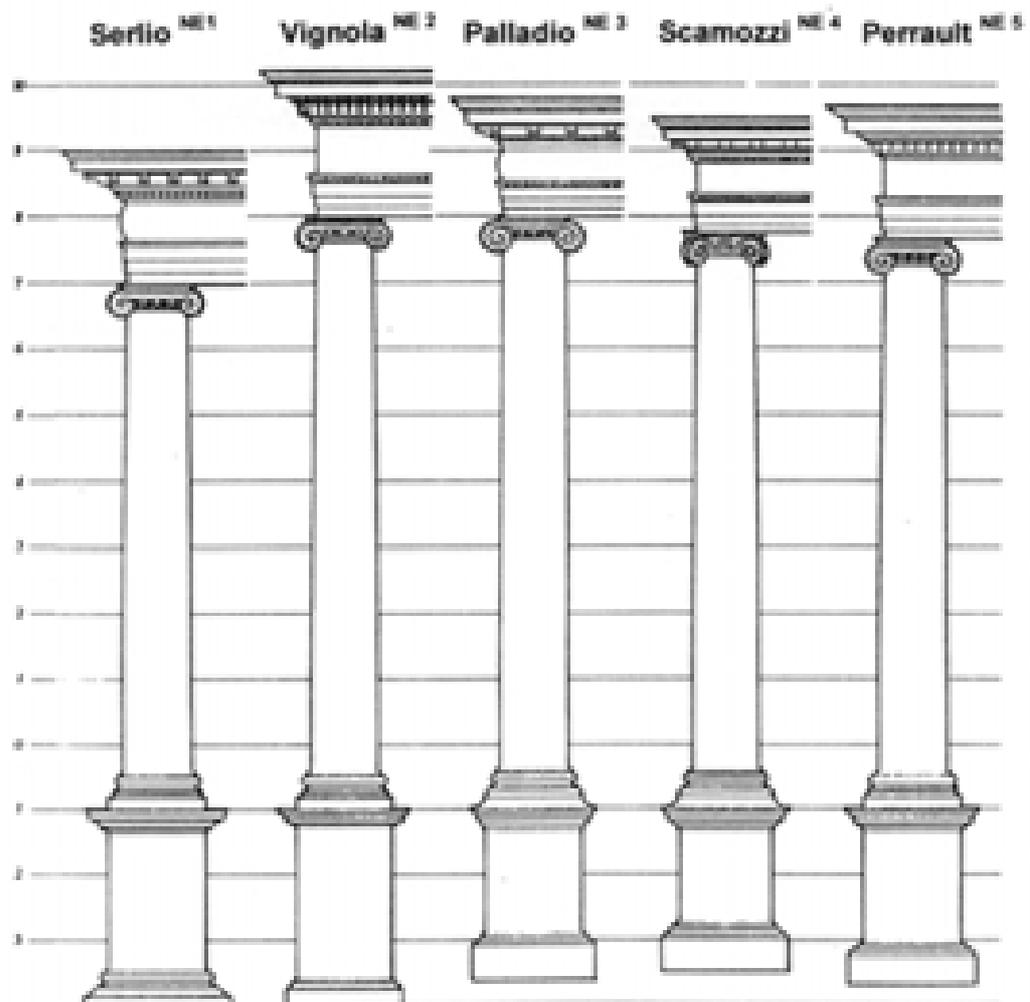
ORDEM DÓRICA



<sup>NE 2</sup> – Giacomo Barozzi da Vignola (1507, 1573): Gravador e erudito, deixou um conjunto de gravuras em metal com versões das cinco ordens, baseadas em exemplos romanos e referenciadas a Vitrúvio. Foi também o autor de diversos projetos arquitetônicos.

## Anexo 2

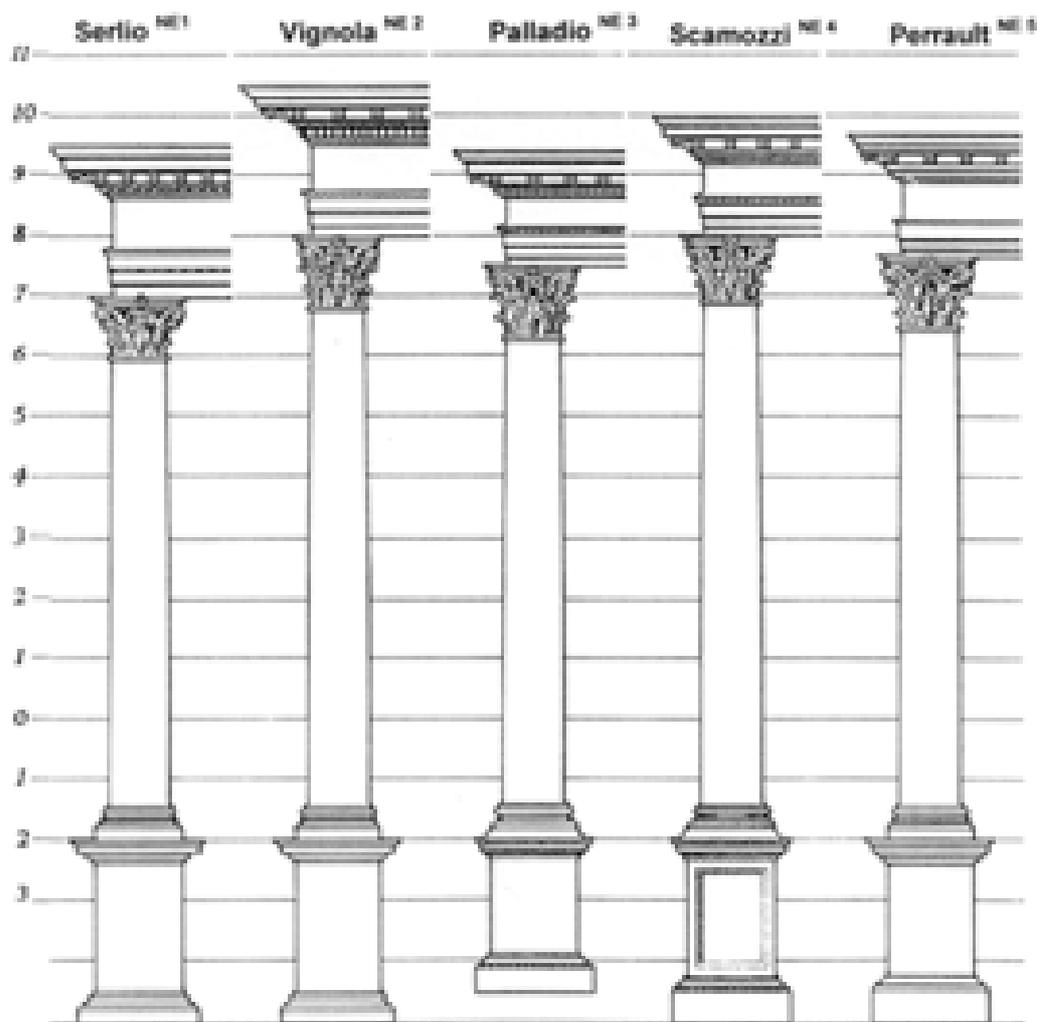
### ORDEM JÔNICA



<sup>NE 3</sup> - Andrea Palladio (1508,1580): Autor de *I Quattro libri Dell' Architectura*, editado em Veneza em 157, no qual encontram-se ilustrações sobre as antiguidades romanas que revelam um notável avanço sobre as de Serlio. Deixou também um legado prazeroso de edificações entre as quais podem ser destacadas a *Villa Rotonda* e a *basilica de Vicenza*.

Anexo 2

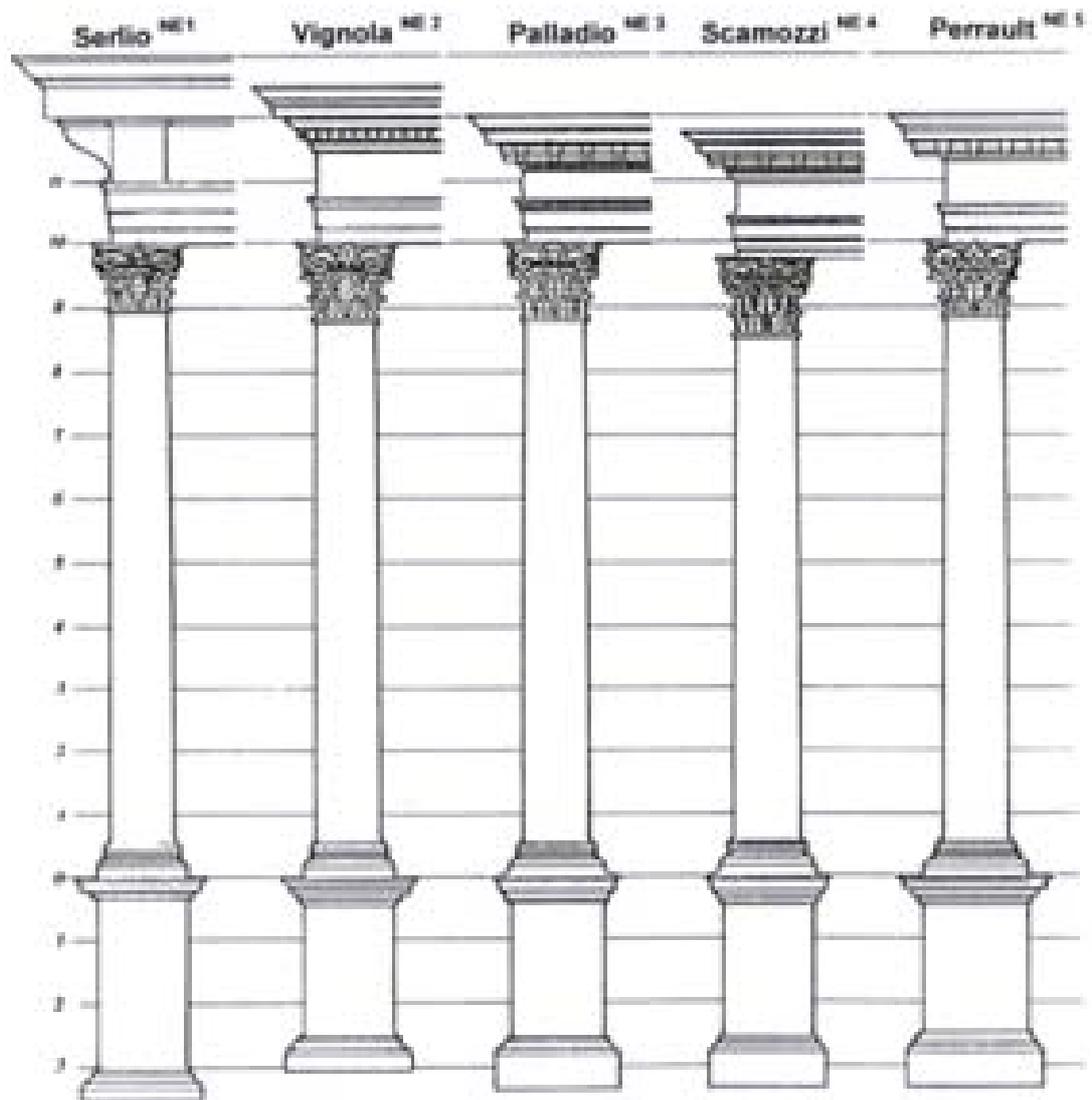
ORDEM CORÍNTIA



<sup>144</sup> – Vincenzo Scamozzi (1552, 1616): Autor de *Dell' Idea dell' Architectura Universale*, editado em Veneza no ano de 1615. Em seu livro promove um classicismo puro e acadêmico que prenuncia o ideário do século XVIII.

## Anexo 2

### ORDEM COMPOSTA



<sup>1</sup> – Claude Perrault (1613, 1668): Autor de *Ordonnances des Cinq Espèces de Colonnes*, editado em Paris, no século XVII, e também de uma importante tradução da obra de Vitruvius. Em *Ordonnances* apresenta uma visão bastante crítica sobre os ordens da antiguidade e mostra aqueles que considera os de maior importância.

## Anexo 3

ESCOLA POLITÉCNICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
CURSO DE ENGENHEIRO ARQUITETO FUNDADA EM 1894  
DECRETO ESTADUAL Nº 5.064 DE 13/06/31 Nº REGULAMENTO  
VIGOROU ATÉ A EXTINÇÃO DO CURSO

### 1º ANO

Cadeira nº 1 - Cálculo Diferencial e Integral e Cálculo Vetorial (1ª Parte)  
Cadeira nº 2 - Complementos de Geometria Analítica e Projetiva  
Cadeira nº 3 - Geometria Descritiva, Perspectiva, Aplicações Técnicas e Elementos de Geometria Projetiva (1ª Parte)  
Cadeira nº 5 - Física Geral (1ª Parte)  
Cadeira nº 6 - Topografia  
Aula nº 1 - Estatística, Cálculo Gráfico e Mecânico; Nomenclatura  
Aula nº 3 - Desenho Arquitetônico e Esboço do Natural e Desenho de Perspectiva

### 2º Ano

Cadeira nº 1 - Cálculo Diferencial e Integral; Cálculo Vetorial (2ª Parte)  
Cadeira nº 3 - Geometria Descritiva, Perspectiva, Aplicações Técnicas e Elementos de Geometria Projetiva (2ª Parte)  
Cadeira nº 4 - Mecânica Racional  
Cadeira nº 5 - Física Geral (2ª Parte)  
Cadeira nº 7 - Química Tecnológica Geral (1ª Parte)  
Aula nº 3 - Desenho de Perspectiva  
Aula nº 4 - Desenho Topográfico

### 3º Ano

Cadeira nº 8 - Mineralogia, Petrografia e Geologia (1ª Parte)  
Cadeira nº 9 - Resistência e Estabilidade (1ª Parte)  
Cadeira nº 10 - Materiais de Construção  
Cadeira nº 11 - Hidráulica, Hidráulica Urbana e Saneamento  
Cadeira nº 20 - Composição Geral e Estética  
Aula nº 3 - Desenho de Perspectiva  
Aula nº 5 - Composição Decorativa; Modelagem

### 4º Ano

Cadeira nº 9 - Resistência de Materiais e Estabilidade das Construções  
Cadeira nº 12 - Noções de Arquitetura e Construções Cívicas; Higiene das Habitações, História da Arquitetura (1ª e 2ª Parte)  
5º Ano  
Cadeira nº 17 - Concreto Simples e Armado; Teorias; Experiências e Aplicações aos casos correntes  
Cadeira nº 11 - Hidráulica, Hidráulica Urbana e Saneamento (2ª Parte)  
Cadeira nº 19 - Economia Política, Estatística Aplicada; Organização Administrativa  
Cadeira nº 20 - Composição Geral e Urbanismo  
Aula nº 2 - Contabilidade  
Aula nº 3 - Composição Decorativa; Modelagem

## Anexo 3

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
LEI Nº 104 DE 21/04/48, DATA DA FUNDAÇÃO VIGOROU ATÉ 1955

### 1º Ano

- 1 - Matemática Superior
- 2 - Geometria Descritiva e Aplicações
- 3 - Arquitetura Analítica
- 4 - Composição de Arquitetura, Pequenas Composições
- 5 - Monografia
- 6 - Desenho Artístico
- 7 - Plástica

### 2º Ano

- 1 - Mecânica Racional
- 2 - Materiais de Construção
- 3 - Topografia Elementos de Astronomia de Posição
- 4 - Teoria da Arquitetura
- 5 - Composição de Arquitetura, Pequenas Composições
- 6 - Desenho Artístico
- 7 - Plástica

### 3º Ano

- 1 - Resistência dos Materiais e Estabilidade das Construções
- 2 - Construções Cívicas, Organização do Trabalho e Prática Profissional, Higiene das Habitações
- 3 - Física Aplicada
- 4 - Mecânica dos Solos Aplicações
- 5 - Composições de Arquitetura, Grandes Composições
- 6 - Composição Decorativa
- 7 - Plástica

### 4º Ano

- 1 - Concreto Simples e Armado
- 2 - Economia Política, Estatística Aplicada Organização Administrativa
- 3 - Hidráulica, Hidráulica Urbana e Saneamento
- 4 - Grandes Estruturas
- 5 - Composições de Arquitetura, Grandes Composições
- 6 - Legislação e Contabilidade
- 7 - Composição Decorativa, Plástica

### 5º Ano

- 1 - História da Arte, Estética
- 2 - Arquitetura do Brasil
- 3 - Urbanismo
- 4 - Arquitetura Paisagista
- 5 - Composição de Arquitetura, Grandes Composições
- 6 - Composição Decorativa
- 7 - Plástica

## Anexo 3

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
LEI Nº 3233 DE 27/10/55 VIGOROU ATÉ 1942

**1º ano**

- 1 - Cálculo Diferencial e Integral, Geometria Analítica e Homografia.
- 2 - Geometria Descritiva e Aplicações
- 3 - Arquitetura Analítica
- 4 - Composição de Arquitetura, Pequenas Composições I, Desenho Arquitetônico
- 5 - Desenho Artístico
- 6 - Topografia Elementos de Astronomia de Posições

**2º Ano**

- 1 - Cálculo Diferencial e Integral, Geometria Analítica, Homografia
- 2 - Mecânica
- 3 - Física Geral e Aplicada
- 4 - Teoria da Arquitetura
- 5 - Composição de Arquitetura, Pequenas Composições I, Plástica I.
- 6 - Desenho Artístico

**3º Ano**

- 1 - Resistência dos Materiais, Estabilidade das Construções.
- 2 - Técnica das Construções, Organização dos Trabalhos e Prática Profissional, Higiene dos Edifícios. Noções de Mecânica dos Solos Fundações.
- 3 - Materiais de Construções
- 4 - Composição de Arquitetura, Pequenas Composições II, Plástica II.
- 5 - Composição Decorativa.

**4º Ano**

- 1 - Estruturas Correntes de Madeira, Metálicas e de Concreto Simples e Armado .
- 2 - Noções de Economia Política, Estatística Aplicada, Organização Administrativa, Legislação e Contabilidade Específica.
- 3 - Hidráulica, Hidráulica Urbana e Saneamento
- 4 - Técnica das Construções, Organização dos Trabalhos e Prática Profissional, Higiene dos Edifícios. Noções de Mecânica dos Solos. Fundações.
- 5 - Composição de Arquitetura, Grandes Composições I e Plástica III.
- 6 - Plástica Decorativa

**5º Ano**

- 1 - Grandes Estruturas
- 2 - Arquitetura do Brasil
- 3 - Urbanismo
- 4 - Arquitetura Paisagística
- 5 - Composições de Arquitetura, Grandes Composições II.
- 6 - História da Arte, Estética

## Anexo 3

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
PORTARIA GR Nº 122 DE 25/11/63 VIGOROU ATÉ 1969

### 1º Ano

- 1 - Cálculo Diferencial e Integral, Geometria Analítica
- 2 - Geometria Descritiva e Aplicações
- 3 - Física Geral e Aplicada (1ª Parte)
- 4 - Topografia, Elementos da Astronomia de Posição
- 5 - História da Arte, Estética
- 6 - Projeto I (1ª Parte)
- 7 - Desenho Industrial I (Disciplina Autônoma)
- 8 - Comunicação Visual I.

### 2º Ano

- 1 - Mecânica
- 2 - Física Geral e Aplicada (2ª Parte)
- 3 - Construção I
- 4 - História da Arquitetura I
- 5 - Projeto I (2ª Parte)
- 6 - Desenho Industrial II (Disciplina Autônoma)
- 7 - Comunicação Visual I

### 3º Ano

- 1 - Resistência dos Materiais, Estabilidade das Construções
- 2 - Construção II
- 3 - Hidráulica e Saneamento
- 4 - História da Arquitetura II
- 5 - Projeto II
- 6 - Desenho Industrial III
- 7 - Comunicação Visual III (Disciplina Autônoma)
- 8 - Planejamento I
- 9 - Fundações (Disciplina Autônoma)

### 4º Ano

- 1 - Estruturas Correntes de Madeira e Metálicas
- 2 - Grandes Estruturas II
- 3 - História da Arquitetura III
- 4 - Projeto III
- 5 - Desenho Industrial IV (Disciplina Autônoma)
- 6 - Planejamento II (1ª Parte)
- 7 - Fundações (Disciplina Autônoma)
- 8 - Seminário Interdisciplinar

### 5º Ano

- 1 - Estudos Sociais e Econômicos
- 2 - História da Arquitetura IV
- 3 - Projeto IV
- 4 - Planejamento II (2ª Parte)
- 5 - Seminários sobre "Exercícios de Profissão do Arquiteto"

## Anexo 3

FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE DO BRASIL - RJ  
FUNDADA EM  
DECRETO LEI Nº 7.418 DE 31/08/45  
VIGOROS ATÉ 1969

### 1º ANO

- 1 - Matemática Superior
- 2 - Geometria Descritiva
- 3 - História da Arte - Estética
- 4 - Desenho Artístico
- 5 - Arquitetura Analítica (1ª Parte)
- 6 - Modelagem

### 2º ANO

- 1 - Mecânica Racional - Grafo Estática
- 2 - Sombras - Perspectiva - Esterotomia
- 3 - Materiais de Construção - Estudo do Solo
- 4 - Teoria da Arquitetura
- 5 - Arquitetura Analítica (2ª Parte)
- 6 - Composições de Arquitetura (1ª Parte)

### 3º ANO

- 1 - Resistência dos Materiais - Estabilidade das Construções
- 2 - Técnica da Construção - Topografia
- 3 - Física Aplicada;
- 4 - Composição Decorativa
- 5 - Composições de Arquitetura - (2ª Parte)

### 4º ANO

- 1 - Concreto Armado;
- 2 - Legislação - Economia Política
- 3 - Higiene da Habitação - Saneamento da Cidade
- 4 - Arquitetura do Brasil
- 5 - Grandes Composições de Arquitetura (1ª Parte)

### 5º Ano

- 1 - Sistemas Estruturais;
- 2 - Organização do Trabalho - Prática Profissional
- 3 - Urbanismo - Arquitetura Paisagística
- 4 - Grandes Composições

## Anexo 3

ÉCOLE SPÉCIALE D'ARCHITECTURE PARIS - FRANCE  
FONDÉE EN 1843 - RECONNUE PAR L'ÉTAT EN 1934  
APPROBATION DE SES PROGRAMMES EN 27/10/45

### 4<sup>e</sup> Classe

#### I ARCHITECTURE -

- 1<sup>o</sup> Dessin Architectural
- 2<sup>o</sup> Éléments d'architecture et de construction
- 3<sup>o</sup> Composition d'éléments d'architecture

#### II DESSIN

Dessin d'ornement et de figure

#### III MODELAGE

Modelage d'ornement

#### IV HISTOIRE

Histoire de L'art et des civilisations

#### V SCIENCES

- 1<sup>o</sup> Mathématiques
- 2<sup>o</sup> Géométrie descriptive (1<sup>o</sup> Partie)

### 3<sup>e</sup> Classe

#### I ARCHITECTURE -

- 1<sup>o</sup> Éléments analytiques et Composition
- 2<sup>o</sup> Théorie de L'architecture (1<sup>o</sup> Partie)

#### II HISTOIRE

- 1<sup>o</sup> Histoire Générale de L'art (antiquité)
- 2<sup>o</sup> Histoire Générale de L'architecture (antiquité)

#### III DESSIN ET MODELAGE

- 1<sup>o</sup> Dessin D'ornement et de Figure
- 2<sup>o</sup> Modelage D'ornement

#### IV SCIENCES

- 1<sup>o</sup> Mathématiques (complément) Algèbre et analyse - Géométrie Analytique
- 2<sup>o</sup> Résistance des matériaux et stabilité des constructions
- 3<sup>o</sup> Géométrie descriptive (2<sup>o</sup> Partie)
- 4<sup>o</sup> Esthétique (Pierre et Bois)
- 5<sup>o</sup> Perspective
- 6<sup>o</sup> Topographie
- 7<sup>o</sup> Construction Générale
- 8<sup>o</sup> Matériaux Courants

### 2<sup>e</sup> Classe

#### I ARCHITECTURE

- 1<sup>o</sup> Composition Architecturale
- 2<sup>o</sup> Théorie de L'architecture (2<sup>o</sup> Partie)
- 3<sup>o</sup> Urbanisme
- 4<sup>o</sup> Art des Jardins

#### II HISTOIRE

- 1<sup>o</sup> Histoire Générale de L'art
- 2<sup>o</sup> Histoire Générale de L'architecture

#### III DESSIN ET MODELAGE

- 1<sup>o</sup> Dessin de Figure
- 2<sup>o</sup> Modelage de Figure

#### IV CONSTRUCTION

- 1<sup>o</sup> Étude des Ossatures a) Acier b) Béton Armé
- 2<sup>o</sup> Apport à L'étude des Matériaux a) Chimie Appliquée  
b) Géologie Appliquée

#### V LEGISLATION

- 1<sup>o</sup> Législation du Bâtiment (1<sup>o</sup> Partie)

## Anexo 3

VI COMPTABILITÉ ET ORGANISATION PROFESSIONNELLE (1<sup>re</sup> Partie)  
Commentaire sur les séries de prix. Vérification

1<sup>re</sup> Classe

I ARCHITECTURE

1<sup>re</sup> Composition Architecturale

II HISTOIRE

1<sup>re</sup> Histoire Générale de L'art (Renaissance et Temps Modernes)

2<sup>re</sup> Histoire Générale de L'architecture (Renaissance et Temps Modernes)

III DESSIN ET MODELAGE

IV CONSTRUCTION

a) Équipement des Constructions:

1<sup>re</sup> Chauffage et Ventilation

2<sup>re</sup> Éclairage et Force

3<sup>re</sup> Acoustique des Construction

4<sup>re</sup> Étanchéité des Constructions

5<sup>re</sup> Hygiène des Constructions

6<sup>re</sup> Concours de Construction

b) Étude Complémentaire des Matériaux

c) Équipement et Organisation des Chantiers

d) Aménagement Industriel

V ENSEIGNEMENT COLONIAL

1<sup>re</sup> Hygiène coloniale

2<sup>re</sup> Constructions en zone intertropicale

VI LEGISLATION

Legislation du Bâtiment (2<sup>re</sup> Partie)

VII COMPATIBILITÉ ET ORGANISATION PROFESSIONNELLE

Organisation Professionnelle

Économie Politique

VIII TRAVAUX PRATIQUES ET VISITES DE CHANTIERS

### Anexo 3

#### EXAMEN DU DIPLOME - 5<sup>e</sup> ANNEE TGI

Ne peuvent s'y présenter que les étudiants ayant obtenu toutes les moyennes et note exigées au cours des études.

Le programme de cet examen a pour objet l'étude d'une grande composition architecturale conçue et développée dans tous ses détails, comme si elle devait être exécutée: construction, équipement, décoration, devis descriptif et mémoire explicatif. L'ensemble des projets constituant l'examen est obligatoire et doit être étudié dans son intégralité. Tout étudiant faisant appel à une aide étrangère à la école sera mis concours.

L'examen comporte une série d'épreuves rentrant dans le cadre général du sujet d'ensemble et qui sont les suivantes:

1<sup>o</sup> Épreuve d'architecture

2<sup>o</sup> Épreuve de construction (ossature, détails techniques);

3<sup>o</sup> Épreuve technique (aménagement et équipement: chauffage, et ventilation, installations électriques);

4<sup>o</sup> Épreuve de salubrité (partie du sujet d'ensemble: hygiène, alimentations et évacuations)

Toutes ces épreuves, complétées par des interrogations sur les différentes parties du projet, sont éliminatoires pour tout étudiant n'ayant pas obtenu la note 11/20 dans chacune d'elles.

Tout étudiant ayant obtenu la moyenne pour l'épreuve n<sup>o</sup> 1 mais ayant échoué à l'une des épreuves 2, 3 ou 4, sera tenu de nouveau à une session suivante de prendre part à l'épreuve d'architecture, mais ne sera noté que sur les épreuves auxquelles il aura échoué précédemment.

Tout étudiant peut se présenter à l'examen du diplôme sans limite d'âge. \*

## Anexo 4

### Ata 1. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DEPARTAMENTO DE FÍSICA

Nos 28 dias do mês de maio de mil novecentos e sessenta e oito, às 17:00 horas, por convocação do Chefe do Departamento, Prof. Catedrático Dr. LAURO SANTOS BIRNBOIM, reuniu-se em Sessão Extraordinária e Plenária do Departamento com a presença dos senhores professores: Vice-Chefe do Departamento, Prof. ARLAKI KATO; Prof. ADELARDO RIBEY DE SOUZA; Prof. Livre Docente LUCIO GRINOVER; Prof. ROBERTO COELHO CARDOZO; Prof. HELIO DE JESUS OLIVEIRA; Instrutor SIEGBERT LANETTINI; Instrutor MIRANDA MARCIA MARTINELLI MAGGIOLI; Instrutor MARLENE PICARELLI; Instrutor ELIPE DOMINGUES; Instrutor JOÃO CARLOS GARDINO; Instrutor ROSOLPHO ALMEIDA FERREIROS; Instrutor ROBERTO JOSÉ GOULART VILAS; Instrutor JIM ANDREI TROGLASCHKE MATTEIOLA; Instrutor FLÁVIO IMPÉRIO; Instrutor PEDRO PAULA DE MELO S.A.ITA; Instrutor LEOVIGDO ANTONIO MARTINS; Instrutor ROGER EMERSON; Instrutor OSWALDO CIRINO SOUZA; Instrutor CARLOS ALBERTO CAMPOS FILHO; Instrutor ABRÃO S. NOVICI. Não compareceu o Chefe do Departamento, Prof. Dr. LAURO SANTOS BIRNBOIM, porém justificou sua ausência. Dos demais professores do Departamento, não compareceram Prof. JOÃO BATISTA VILASOV, ARTIGAL, Instrutor RENILSON KATZ FERREIRA; Instrutor WILTON CARLOS GHERALDINI; Instrutor JOSÉ CLAUDIO GOMES; Instrutor JOÃO BAPTISTA ALVES LUIZ; Instrutor GILSON CARLOS GASPARI; Instrutor JOÃO CARLOS ROSOLPHO STROTTEN; Instrutor LUIZ CLAUDIO DE CASTRO LIMA; Instrutor PAULO JOSÉ DE MEDEIROS DA ROCHA. Compareceram os representantes dos alunos de 2º ano: ERICINI TEREZINHA N. KRIGER; 3º ano: FERNANDA BRUNO; 4º ano: M. CARLA DE OLIVEIRA; 5º ano: M. CARLA LIMA.

Abertas as trabalhos foi dada a palavra ao Instrutor Siegbert Lanettini, que começou a expor a finalidade desta reunião, explicando o teor da proposta. O aluno Edgardi Gonçalves Bente, interrompeu a reunião pedindo a palavra. Solicitou dos senhores professores uma reunião mais aberta, com a presença de todos os alunos. O Vice-Chefe Prof. ARLAKI KATO levantou a questão, esclarecendo que esta reunião extraordinária do Departamento fora convocada para tratar com o comparecimento de todos os professores e um representante de cada classe. Colocado em debate e posteriormente à votação, foi aceita a presença dos alunos a título de observadores. Assim a reunião foi transferida para a sala 21, por ser um recinto mais amplo. O Instrutor Siegbert Lanettini tomou a palavra iniciando novamente a exposição de teor da proposta. Explicou a todos que em princípio esta reunião era mais para uma justificativa de um professor que não estava concordando com os problemas atuais da escola, porém tudo se resolveu com a presença dos alunos.

## Anexo 4

- 2 -

O nono dia que no dia 16/5 durante a aula, chegando a fase de saturação retirou-se da sala, não comparecendo nas aulas seguintes. Nesse dia até o término da concepção de um teorico que seria exposto nesta reunião plenária, em conversa com outros professores, identificou-se de que a escola não vicia se desenvolvendo satisfatoriamente desde o inicio deste ano. Para tanto seria necessário tentar enquadrar quais as causas de todos esses desajustes e ver as medidas a serem tomadas. O teorico consta de 2 etapas. - 1ª etapa são as medidas a curto prazo (item 1 a 1.6). - 2ª etapa são medidas mais futuras (item 2 a 2.7). Cada item deve ser assunto de uma reunião. Deve-se deixar bem claro que em principio a estrutura da F.U. feita na Reforma de 1962 é a que melhor se condiz, porém deve ser ajustada à realidade atual, deve-se fazer uma modificação metodológica do ensino. O Corpo Docente é o melhor que existe e o instrumental é o mais aperfeiçoado em todo o Brasil. Em seguida observou a inexistência de um retabulamento das Cadeiras de outros Departamentos e mesmo das Cadeiras do Departamento de Projeto nos trabalhos de prancheta. Colocou o problema da aprovação, afirmando que os trabalhos apresentados ali deveriam ser aprovados quando pelas lições todos os tipos de conhecimentos dados na escola. Fez uma proposta de se tentar em cada turma de modo ter uma estrutura horizontal. Em seguida leu os 4 itens de uma proposta que deveria fazer parte do teorico da próxima reunião. O aluno Sérgio Gonçalves Dente tomou a palavra levantando várias questões. Observa que a estrutura no campo didático não foi eficiente e que a Reforma não teve até hoje capacidade para efetivar suas realizações. Afirma que os professores em geral, não são bons, não estão plenamente interessados em os problemas da escola e da sua própria Cadeira; chega a dizer que os professores não deveriam mais comparecer à Escola. Diz que a estruturação curricular é falha e que uma Cadeira está completamente isolada da outra. Os alunos se sentem desinteressados pelas matérias dadas e procuram outras atividades fora da escola, causa de fadência de alunos no Atelier. Solicita a derrubada das divisões no Atelier e mais rápido possível. Afirma que a Reforma é válida e que deve ser levada adiante, pretendo supere um reestruturção do Departamento conjunto, professores e alunos, coisa que nunca se conseguiu devido a fatores atuais. O prof. Luiz Grincover afirma que a discussão deve ser iniciada pela base. Deve haver um reforma pedagógica. Se uma estrutura pode ser ter ter que ser flexível e dinâmica e a estrutura de 1962 já está ultrapassada. Observa que a falta do Conselho Instrutiva e Comissião. Ainda no projeto é um problema inerente

## Anexo 4

- 3 -

psicológico. Deve-se encerrar ao princípio o problema do arquiteto, de como formulá-lo para enfrentar os problemas desta época. O Prof. Hélio de Queiroz Duarte propõe que se deve fazer reuniões periódicas, mas com a participação dos alunos. O Vice-Chefe do Departamento Prof. Arigui Este chegou para a próxima terça-feira, em 4/4, às 14.00 horas, uma outra reunião extraordinária. O horário de trabalho deverá ser definido ao decorrer desta semana. Foi escolhido um representante de cada Sequência para elaborar em conjunto com os alunos o horário. São eles: Instrutor NIKSENY LUNETINI - Coordenador e representante da Sequência de Projeto. Professor Livre-Docente LUCIO GRINOVER - representante da Sequência de Desenho Industrial. Instrutor BRENO CYRINO NOGUEIRA - representante da Sequência de Planejamento. Instrutora ELIDE MONTEGLIO representante da Sequência de Comunicação Visual. Nada mais havendo a tratar, eu Silvia Cerrati, Secretária do Departamento de Projeto, lavrei a presente ata que vai assinada pelos senhores professores:....

São Paul., 30 de maio de 1968

## Anexo 4

uf.67  
88

São Paulo, 22 de maio de 1968

Senhor Professor,

Vim por meio desta convocar V.S. para uma reunião extraordinária do Departamento, a realizar-se na próxima terça-feira, dia 23/5, às 17 horas, tendo como ordem de dia o seguinte teor:

1. Discussão da metodologia atual de ensino.
  - 1.1 Entrosamento de setores.
  - 1.2 Entrosamento na entrega de trabalhos.
  - 1.3 Processo de aprovação.
  - 1.4 Revisão do sistema de horário.
  - 1.5 Aplicação de novas faixas didáticas e redução ou formulação de outras.
  - 1.6 Medidas imediatas.
2. Discussão e fixação de novos padrões de ensino: metodologia com substancialidade no sistema concentrado, mas coletivo e de maior rendimento.
  - 2.1 Dimensão real e objetiva do tipo de profissional que pretende formar. Fixação dos objetivos e política a ser seguida.
  - 2.2 Preparação metodológica de pesquisa.
  - 2.3 Informação em profundidade de estudos específicos preparados por professores de tempo integral.
  - 2.4 Integração global, de um lado e, não sobreposição de áreas afins do trabalho, de outro, com participação obrigatória do corpo discente e determinada por:
    - reuniões departamentais periódicas obrigatórias.
    - reuniões interdepartamentais periódicas obrigatórias.
  - 2.5 Preferência nas pesquisas e em cursos paralelos de graduação e pós-graduação mais direcionados à tecnologia e à atualização do ensino - desenvolvimento de setor áudio-visual; aplicação do Fort no processo de projetar; reatamento da topologia ao estudo da forma; aprofundamento do estudo global de industrialização na arquitetura; estudo da preparação e programação de dados para computação no processo de planejamento, etc.

## Anexo 4

2.6 Fixação de dias das reuniões a seguir.

2.7 Outros.

Sem mais, solicitando o comparecimento de V.S. a tão importante reunião, subscrevemo-nos,

atenciosamente

SILVIA CERUTI

Secretária do Departamento de Projeto

\* DD. Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

## Anexo 4

### ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA DO DEPARTAMENTO DE PROJETO

Aos 3 dias do mês de agosto de mil novecentos e sessenta e oito, às 14.00 horas, por convocação do Vice-Chefe do Departamento, Prof. Ariaki Kato, reuniu-se em Sessão Extraordinária, o Plenário do Departamento, com a presença dos senhores professores: Prof. Abelardo Riedy de Souza, Prof. Ernest Robert de Carvalho Mänge, Prof. Helio de Queiros Duarte, Prof. Lauro Bastos Birkholz, Prof. Lucio Grinover, Prof. Roberto Coelho Cardoso, Instr. Abrahão Senevics, Instr. Antonio Auguste Antunes Netto, Instr. Brenno Cyrino Rigueira, Instr. Candido Malta Campos Filho, Instr. Elide Konseglie, Instr. Eduardo de Almeida, Instr. Flávio Império, Instr. Jon Andoni Vergareche Maitrejean, Instr. João Carlos Rudolpho Streeter, Instr. João Baptista Alves Xavier, Prof. João Baptista Vilanova Artigas, Instr. Luiz Gastão de Castro Lima, Instr. Marlene Picarelli, Instr. Milton Carlos Ghireldini, Instr. Paulo Archias Mendes da Rocha, Instr. Roberto José Coulart Tibau, Instr. Riger Zengkhöl, Instr. Siegbert Zanettini, Instr. Dario Montesano.

Deixaram de comparecer as seguintes professoras: Prof. Ariaki Kato, Instr. Gian Carlo Gasperini, Instr. José Cláudio Gomes, Instr. Ludovico Antonio Martino, Instr. Mirenda Maria Martinelli Magoli (afastamento), Instr. Pedro Paulo de Melo Saraiva, Instr. Regina Katz Pedreira, Instr. João Carlos Cauduro.

Abertos os trabalhos o Chefe do Departamento Prof. Lauro Bastos Birkholz leu <sup>o parecer do Conselho aprovado pela Comissão de Regimento, em conformidade com o Estatuto da FAP, aprovado pelo Vice-Chefe do Departamento</sup> o artigo 2º do Regimento Interno do Departamento de Projeto, aprovado pelo Conselho de Regimento da FAP, aprovado pelo Vice-Chefe do Departamento em exercício da 1ª. Prof. Dr. "Ário Calças Perri. [As atribuições dos Departamentos em seu artigo 2º, são as seguintes: cada Departamento será orientado por um Conselho e dirigido por um docente, eleito entre os membros. Desta forma o Prof. Lauro Bastos Birkholz sugere a eleição de um Presidente do Departamento a fim de substituí-lo. O Prof. Helio de Queiros Duarte e Prof. Lucio Grinover sugerem que o mesmo continue dirigindo o Departamento, enquanto se elabora a revisão e modificação do regimento interno. O Chefe do Departamento concordou com essa resolução. Para tanto, criou uma comissão constituída pelos Profs. João Baptista Vilanova Artigas, Prof. Abelardo Riedy de Souza, Prof. Helio de Queiros Duarte, a fim de rever o regimento interno do Departamento que será discutido

## Anexo 4

- 2 -

e aprovado na próxima reunião. O Instr. Jon Andoni Vergareche Maitrejean expõe "a programação proposta para o Curso Básico" do Departamento, afirmando que o mesmo foi feito de uma forma bastante ampla. No Curso Básico, cada ano formará uma equipe de trabalho com a intervenção de todas as disciplinas, de acordo com o tema proposto, quebrando assim a estrutura rígida de Sequências. As alternativas serão formadas por ano, após a elaboração do Curso Básico. O tema proposto para cada ano é : 1º) Habitação Unifamiliar. 2º) Habitação Coletiva. 3º) Equipamento da Comunidade. 4º) Habitação na Cidade. O Prof. João Batista Milanove Artigas, membro do Departamento, escolhido em votação para fazer parte do Grupo de Trabalho no Conselho do Museu, levará esta proposta a Reunião do Conselho do Museu a realizar-se dia 6/8/68 às 17.00 horas. Em princípio esta proposta fica válida, sujeita a posteriores modificações. Após consultar os membros do Departamento, o Chefe do Departamento marcou reunião plenária do Departamento para a próxima quinta-feira, dia 8/8/68, às 14.00 horas. Nada mais havendo a tratar, eu Silvia Cerruti, Secretária do Departamento de Projeto lavrei a presente ata que vai assinada pelos senhores professores ....

São Paulo, 6/8/68

## Anexo 4

### ESQUEMA APROVADO PELO FÓRUM DE DEBATES

	CURSO BÁSICO				ALTERNATIVAS			
1º ano	P	PL	DI	CV	-	-	-	-
2º ano	P	-	DI	CV	P	PL	DI	CV
3º ano	P	PL	-	-	P	PL	DI	CV
4º ano	-	PL	-	-	P	PL	DI	CV
5º ano	T I S E							

Anexo 4

ANEXO 4 - DISTRIBUIÇÃO DAS PROFESSORES A SER PRESENTADO PARA DISCUSSÃO

ALTERNATIVAS

CURSO BÁSICO

1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO
1. Comunicação	2. Matemática	3. Português	4. Ciências	5. História
1. S. Zanetti R. Persechini Dario M. Helio S.				
1. S. Zanetti R. Persechini Dario M. Helio S.				
1. S. Zanetti R. Persechini Dario M. Helio S.				
1. S. Zanetti R. Persechini Dario M. Helio S.				
1. S. Zanetti R. Persechini Dario M. Helio S.				
1. S. Zanetti R. Persechini Dario M. Helio S.				
1. S. Zanetti R. Persechini Dario M. Helio S.				
1. S. Zanetti R. Persechini Dario M. Helio S.				

## Anexo 4

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO  
CIDADE UNIVERSITÁRIA "PARQUE DE S. CARLOS ALVARO"  
CASA PRINCIPAL, 500 - SÃO PAULO - SP, 05508

### REUNIÃO PLANÁRIA DO DEPARTAMENTO DE PROJETO

Em 29 dias do mês de agosto de 1969, às 17:00 horas e em 3ª solicitação, às 18:00 horas, por convocação da Chefe de Departamento de Projeto reuniu-se em sessão extraordinária e Planária do Departamento com a presença dos seguintes Professores: Sieghbert Zanettini, Gian Carlo Casperini, Abelardo Kiedy de Souza, Benina Kate Pedreira, Elide Montéglio, José Cláudio Gomes, Maria Miranda Magnoli, Brenno Cyrino Nogueira, Agtonio A. Antonio Netto, João Carlos Candura, Abrahão Velva Danovici, Marcos de Souza Dias e Darío Montecano.

Sob a presidência de Prof. Sieghbert Zanettini, Chefe de Departamento, foram abertos os trabalhos com a leitura da seguinte ordem do dia:

1. Aulas de 3º ano, e — coordenação e professores
2. Indicação de professores para a regência das Cadeiras C.VISUAL-I, PROJETO-III e PROJETO-IV
3. Aprovação das propostas de transferência dos Profs. José Joaquim Queiroz Sobrinho e Rodrigo Brotero Leifvres
4. Monitores, para o Departamento de Projeto

ITEM 1. - Com referência ao Item 1. o Prof. Gian C. Casperini expôs ao Plenário que já se havia comentado, entre os membros do Conselho de Depto, a ideia de um seminário, ou pesquisa ou trabalho, para os alunos de 3º ano. Assim, em breve discussão, e por proposta de Prof. José Cláudio Gomes, aprovada por unanimidade, foi decidida e seguiu-se:

Os alunos de 3º ano desenvolverão "trabalhos-tese" cujos temas versarão sobre o currículo escolar de todo o curso, das Cadeiras concernentes ao Departamento de Projeto.

Para a orientação de seus trabalhos os alunos contarão com a assistência didática de todo o quadro de Professores do Departamento.

No caso de coincidência de horários deverá haver uma prévia combinação, de comum acordo, para que o professor possa dar sua devida participação ao trabalho do aluno ou dos alunos interessados. As aulas de 3º ano tem como Coordenador Geral o Prof. Nélio de Queiroz Duarte.

ITEM 2. - Com relação à indicação de professores para a regência das Cadeiras citadas no item 2, o Prof. Zanettini expôs que havia grande insistência da Reitoria junto à Diretoria da FAU, pois a solicitação era antiga.

Após alguns debates e controvérsia, foi aprovada pelo Plenário a indicação da Instrutora D. Elide Montéglio para reger a Cad. C.VISUAL-I, o Instrutor Sr. Roberto José Goulart Tibas para reger a Cad. PROJETO-III e o Prof. Dr. Nélio de Queiroz Duarte para reger a Cad. PROJETO-IV. Os Professores João Carlos Candura e Abrahão Velva Danovici não tomaram parte da votação para indicação às Cadeiras citadas, uma vez que estavam ausentes, isto é, após a votação e indicação dos referidos Professores e respectivas Cadeiras.

## Anexo 4

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO  
EDIFÍCIO UNIVERSITÁRIO "ARRONDO DE CALLES OLIVEIRA"  
CASA POSTAL 500 - SÃO PAULO - BRASIL

- 2 -

Em seguida, tomando a palavra, o Prof. Abelardo R. de Souza lembrou ao Plenário a necessidade de ser ampliado o Art. 4º, do Regulamento Interno do Departamento de Projeto. Argumentado pelos Professores Cláudio Gomes, Antonio Netto, Abraham Samovics e Gasparini, foi aprovada imediatamente, pelo Plenário, a proposta daquela Professora para a seguinte constituição, do citado Art. do Regulamento Interno:

1 Chefe, 1 Vice-Chefe, 1 Representante de cada Sequência, 1 Representante no Conselho Departamental, 1 Representante no Museu, Coordenadores Didáticos e 1 Representante do Corpo Docente.

ITEM 3. - Prosseguindo com a ordem do dia, o Chefe do Departamento foi breve na exposição das transferências dos Professores Joaquim Guedes Sobrinho e Rodrigo Brotero Lafèvre, e as respectivas Sequências por eles indicadas, no que foram aprovadas por unanimidade.

Continuando, o Prof. Zanettini exibiu um ofício do Conselho de Museus, o qual solicitava um Representante de cada Departamento para compor uma Comissão pró "Currículos Mínimos" para o programa do Curso de Arquitetura junto ao Ministério da Educação e Cultura. Após considerações em torno do assunto, entre os Professores argumentaram a importância de um currículo padrão para as escolas de arquitetura, foi sugerida, com sua ausência, a participação do Prof. João Carlos Casturo para integrar a referida Comissão. Posta em votação, o Prof. Casturo foi indicado por unanimidade para compor a Comissão "Currículos Mínimos" de Arquitetura, e como Representante do Dptº de Projeto.

ITEM 4. - Expondo o caso "MONITORES", o Prof. Zanettini comentou que todos os Professores do Departamento de Projeto estavam a par, mesmo porque o assunto é de interesse geral. Assim, aprovado por unanimidade, decidiu-se enviar imediatamente à Diretoria, para que se tomasse urgentes providências, a seguinte resolução:

O Departamento de Projeto, em reunião plenária, aprova solicitar à Diretoria da Faculdade, em caráter de urgência, a nomeação de 8 (oito) Monitores selecionados entre os alunos do 3º ano, para atuarem em regime de trabalho parcial de 12 (doze) horas semanais, compatível com os horários de aulas, até o fim do corrente ano letivo. Informa, ainda, que foi nomeada uma Comissão para esse fim, coordenada pelo Prof. Nélio de Queiroz Duarte e composta pelos seguintes Professores: Elide Romêglio, José Cláudio Gomes, Daris Montezano, Ronaldo Duchenes e Marcos de Souza Dias.

Discutida a "Ordem do Dia", e nada mais havendo, na ocasião, o Chefe do Dptº de Projeto, Prof. Siegbert Zanettini, agradece a colaboração dos Professores presentes e solicita para que seja lavrada a presente ata.

Assim, eu, Juvenal Silva Filho, Secretário do Departamento de Projeto, lavrei a presente ata a 1º de setembro de 1969 e firmamos abaixo assinados.

Juvenal Silva Filho  
Secretário do Dptº de Projeto

Prof. Siegbert Zanettini  
Chefe do Dptº de Projeto

## Anexo 4

Cf. DP/122  
JSP

São Paulo, 27 de agosto de 1969

Senhor Professor,

Por solicitação do Sr. Chefe do Departamento de Projeto, Prof. SINGERT ZACCHINI, vimos pela presente convocar V.S. para a reunião Plenária do Departamento, a realizar-se no dia 29 de agosto, às 17:00 horas, 6ª feira, com a seguinte ordem do dia :

- o - Indicação de Professores, responsáveis de disciplinas, do Departamento de Projeto, à Reitoria da Universidade de São Paulo.

Entendimentos solicitamos o comparecimento de todos os professores, pois o assunto a ser tratado é de suma importância.

Atenciosamente

  
Secretário do Dptº de Projeto

ID. Professor do Departamento de Projeto da FAUSP.

Anexo 4

REUNIÃO PLENÁRIA DO DEPARTAMENTO DE PROJETO

29/8/69 às 17:00 hrs

PRESENÇA DOS PROFESSORES À REUNIÃO

Em 2ª quinzena às 18 horas -

Reunio Kato Pedagogia  
Nican Cruz Luperon  
Rijanda G. Mello

João P.  
A. A. A.

11  
C. M. Montezano  
M. M. M.  
R. S. S.

M. M. M.  
M. M. M.  
A. A. A.

S. S. S.  
G. G. G.  
M. M. M.  
L. L. L.  
B. B. B.  
M. M. M.  
R. R. R.  
M. M. M.  
E. E. E.  
L. L. L.  
J. J. J.  
H. H. H.  
A. A. A.

## Anexo 4

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO  
"CAMPUS UNIVERSITÁRIO TORRENTOS DE SALLES OLIVEIRA"  
CASA Nº 1011, 055 - SÃO PAULO - SP, 05511

### CONSELHO DO DEPARTAMENTO DE PROJETOS

#### A T A

### DA REUNIÃO NÚMERO 9 - DE 21/3/1970

Aos vinte e um dias do mês de maio de mil novecentos e setenta, às 16 horas e 30 minutos, na sala 608 da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, por convocação do Chefe Suplente do Departamento de Projetos, Prof. Doutor Lúcio Grinover, reuniu-se o Conselho do Departamento. Estiveram presentes os professores Titulares Contratados Doutores Lúcio Grinover, Hélio de Queiroz Duarte e os Professores' Assistentes Élide Monzeglio, Gian Carlo Gasperini, Siegbert Zanettini e Rodrigo Brotero Lefèvre.

Abertos os trabalhos, o Chefe do Departamento expõe aos presentes as propostas para o novo Regimento da F.A.U.:

- 1- Seriação das Disciplinas e denominação correta. A seriação das disciplinas do Departamento de Projetos, estabelecido na Portaria GR.n.1033 de 3/1/70 não corresponde ao que era constituída anteriormente, ou seja: Expressão e Representação (ex Comunicação Visual) I, II, III e IV; Desenho Industrial I, II, III, - e IV; Projeto I, II, III e IV; Planejamento I, II, III, e IV e Trabalho Teor para o 3º ano. O Conselho, após discussão propõe que o assunto seja levado para Reunião da Congregação desta Faculdade, o mais breve possível, e que a disciplina "Expressão e Representação" seja denominada de "Programação Visual".
- 2- Problemas relativos aos cursos de Pós-Graduação - será enviada uma carta ao Diretor da Faculdade solicitando manifestação e encaminhamento do relatório já entregue através de of.587/46 de 3/3/70, a quem de direito para a outorga de título de "Mestre" aos alunos aprovados no curso de "Pós-Graduação" deste Departamento, realizados em 1963/1966.
- 3- Concurso de Doutorado - várias Instrutores aprovadas em curso de Pós-Graduação realizadas pelo Departamento de Projetos - requereram a fim de se submeterem ao Concurso de Doutorado. Este caso encontra-se abandonado e o Conselho pretende reiniciar os processos relativos a este Concurso. Para tanto é necessário que, primeiramente, as inscrições sejam examinadas - por uma comissão nomeada pela Congregação da Faculdade.
- 4- Proposta de comissão para o estudo do Regimento Interno da FAU. Aprovado pelo Conselho, o assunto deverá ser levado ao conhecimento do Presidente da Congregação da F.A.U.

## Anexo 4

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO  
CIDADE UNIVERSITÁRIA "MARQUES DE SÃO CARLOS"  
CASA POSTAL, BOX 1.000 - SÃO PAULO - SP/001.

Prosseguindo, foi examinado o relatório da comissão (prof. Siegbert Zanettini e Gian Carlo Gasperini), designada pelo Conselho, para estudar e opinar sobre a contratação de alunos ao cargo de Monitoria, junto a este Departamento. Discutido o assunto, foram aprovados os seguintes alunos do 5º ano: José Gabriel Borba Filho e Roberto Gomes Corrêa para atuarem no 1º ano; Cinzia Damiani e Maria da Penha Pereira Nobre, para atuarem no 2º ano.

Com referência ao ofício Circ.6/70, do Sr. Coordenador do Museu, informando que se acha empenhada em conseguir especialistas para atuar nos mais variados campos, para colaborar com a U.S.P. , Dis a prof. Élide Monzeglio que no momento o Departamento não se encontra com possibilidade de atender a oferta do CESO DO BRASIL, mesmo porque não foi uma solicitação do Departamento.

A seguir, o Chefe submete à apreciação do Conselho os seguintes assuntos:

- 1- Of. nº 639 da Comissão Estadual de Artes Plásticas do Conselho Estadual de Cultura - solicita a indicação de um membro e suplente, para integrarem a Comissão Técnica que deverá programar e organizar a 1ª Exposição Arte-Comunicação promovida por aquele Conselho. O Conselho do Departamento indica o prof. João Baptista Alves Xavier como Titular e como Suplente o prof. Ludovico Antonio Martino.
- 2- A División de Estudios Superiores da Escuela Nacional de Arquitectura da Universidade Autónoma de México convida os professores para participarem das conferências no mês de julho e para o curso de "la Maestría en Arquitectura" com especialidade em Desenho Arquitetônico, no próximo mês de maio/71. Para o conhecimento dos senhores professores, a carta será afixada no quadro do Departamento.
- 3- Por solicitação do Chefe do Departamento, o prof. Siegbert Zanettini aceita em participar da reunião do CREA, no próximo dia 25 - 26 feira, juntamente com o prof. Corona, para o estudo da regulamentação das atribuições dos profissionais em Projetos e Projetos.
- 4- Recebido do Senhor Secretário Substituto da Faculdade ofício' Circ.500/299, solicitando cooperação sobre as atividades da FAU para o "Boletim de Notícias da U.S.P.". O Departamento - estará à disposição para qualquer eventualidade.
- 5- A Associação Brasileira de Cimento reitera o convite para participar da reunião conjunta das XIV Jornadas Sul-Americanas -

## Anexo 4

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO "ARMÊNIO DE SALES OLIVEIRA"  
CASA 0501, 055 - SÃO PAULO - BRASIL

de Engenharia Estrutural e do IV Simpósio Pan Americano de Estruturas, a ser realizada em Buenos Aires, no período de 26 a 31/10/70. (afixar no quadro do Departamento para conhecimento dos senhores professores).

- 6- O Coordenador do Museu envia proposta de orçamento para 1970 solicitando parecer do Departamento. Este assunto será examinado pelo Chefe do Departamento.
- 7- O Diretor da Faculdade pede necessidades orçamentárias para o ano de 1971. Foi indicado o Prof. Siegbert Zanettini, para coordenar a programação/71.
- 8- Problema dos funcionários - os funcionários deste Departamento, Teruo Y. Nakamoto e Irineu José Cadiles estão designados para a Biblioteca e Seção de Alunos, respectivamente. Estes não poderão ser desligados enquanto não houver substituto.

Ninguém mais desejando fazer uso da palavra, o Chefe Suplente do Departamento declara encerrada a reunião às 18 horas. E eu, Teruo Y. Nakamoto, lavrei a presente ata. São Paulo, 21 de maio de 1970.

Anexo 4

REUNIÃO DO CONSELHO DO DEPARTAMENTO DE PROJETOS

EM 21/5/1970

PRESEÇA DOS PROFESSORES

1-	<i>[Handwritten Signature]</i>
2-	<i>[Handwritten Signature]</i>
3-	<i>[Handwritten Signature]</i>
4-	<i>[Handwritten Signature]</i>
5-	<i>[Handwritten Signature]</i>
6-	<i>[Handwritten Signature]</i>

## Anexo 4

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO "LIMÕES DO SUL" - SÃO CARLOS  
CASA POSTAL, 13081-970 SÃO PAULO - SP

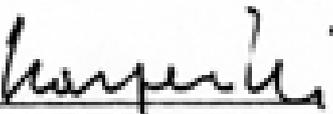
Círculo Danonil

Maria da Penha Pereira Sobro

para atuarem no 2º ano.

São Paulo, 21 de maio de 1970

A Comissão

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Gian Carlo Gasparini

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Sigbert Zanettini

## Anexo 4

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO "ARREDO DO LAGO SUDOESTE"  
CASA VERDE, 05508-000 SÃO PAULO - SP

### AO CONSELHO DO DEPARTAMENTO DE PROJETO

Em cumprimento à resolução do Conselho em reunião de 28 de abril de 1970, a comissão especialmente designada para estudar e opinar sobre a contratação de alunos ao cargo de monitoria junto a este Departamento, vem manifestar o seguinte parecer :

1. Todas as candidatas, com exceção da candidata Maria da Penha Pereira Nêgre, encontraram-se em dependência em Comunicação Visual e Desenho Industrial de 4º ano ;
2. Todas as candidatas à monitoria apresentaram com a inscrição, - conforme resolução do Conselho, um documento com a análise crítica da programação em curso deste ano, no Departamento de Projeto;
3. Todas as candidatas foram entrevistadas pela comissão nos dias 4, 11 e 18 do corrente mês;
4. Todas as candidatas estão bastante empolgadas em participar e perfeitamente conscientes da árdua tarefa a desempenhar junto a este Departamento.

#### A comissão recomenda :

5. que o Conselho do Departamento insista junto à Diretoria desta Faculdade : na contratação dos 5 (cinco) candidatos face as necessidades urgentes de auxílio no desenvolvimento da programação didática do Departamento.
6. Em impossibilidade da contratação dos 5 (cinco) elementos recomendados a comissão que se contrate imediatamente os seguintes candidatos :

João Gabriel Rocha Filho

Roberto Gomes Correa

para atuarem no 1º ano .

Anexo 4

REUNIÃO DO CONSELHO DO DEPARTAMENTO DE PROJETO EM 17.03.75.

- LAURO BASTOS BIRNOLZ *Birnz*

- HÉLIO DE QUEIROZ DUARTE

- LUCIO GRINDVER *Grindver*

- CANDIDO MALTA CAMPOS FILHO *Malta Campos*

- ELIDE MONZEGLIO *Monzeglio*

- FLAVIO JOSE MAGALHÃES VILLAÇA *Villaça*

- ALESSANDRO VENTURA *Ventura*

- EDGAR GONÇALVES DENTE *Dente*

- TELMO LUIZ PAMPLONA *Pamplona*

- RODRIGO BROTEAO LEFEVRE *Lefevre*

- ERMINIA TEREZINHA MENON MARICATO *Erminia*

- CLAUDIO JOSE TOZZI

- MARCO ANTONIO LOPES TABEL *Tabet*

- RAQUEL ROLNIK

*Antonio Janni (representante do TOE)*

## Anexo 4

COORDENADORIA DE PROJETO  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO  
CENTRO UNIVERSITÁRIO "ARMANDO DE SALES OLIVEIRA"  
CASA POSTAL 3001 - SÃO PAULO - BRASIL

Nº 94

### ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DO DEPARTAMENTO DE PROJETO REALIZADA EM 17/03/75.

Em 17 de março de 1975, reuniu-se o Conselho do Departamento de Projeto por convocação do Chefe do Departamento Prof. Dr. Lauro Gostes Dirkholtz e foi - por ele presidida. Estiveram presentes ainda os professores: Dr. Lucio Gringuer, Dr. Cencido Malta Campos Filho, Dra. Elide Monzeglio, Flavio José Magalhães Villeça, Alessandro Ventura, Edgar Gonçalves Dente, Teófilo Luiz Pempionna, Rodrigo Brotero Lafevre, Cezária Terezinha Menon Maricato, Sylvio Barros Sways, e o representante do corpo discente Marco Antonio Lopes Tabet e Roberto Saruê.

Esta reunião foi considerada para tratar especificamente da programação do TGI para 1975. Aberto os trabalhos foi dada palavra ao prof. Edgar Dente que pergunta o objetivo do trabalho. O prof. Lauro Dirkholtz esclarece que a Secretaria enviou duas propostas de programação do TGI para 1975: uma da Comissão do TGI e uma dos alunos e que antes de ser levado a Congregação ou ao CIO, deve ter uma manifestação do Conselho. O prof. Lauro pede para os alunos se manifestarem uma vez que existe uma contra proposta por parte dos alunos, sem o que já havia sido aprovada a proposta da Comissão do TGI. Os alunos Roberto Saruê e Clara Levin Ant expõem a proposta dos alunos. O que desejam é que o T.G.I. seja para toda a Escola e não somente para o 5º ano; substituir a divisão em áreas por divisão por problemas; transformar as aulas de 40s. feitas em Seminários; constituir uma Comissão de Avaliação e estabelecer os critérios de avaliação antes de início dos trabalhos; elaboração do Plano de Trabalho em 11/4 já com o orientador escolhido pelo aluno. O prof. Alessandro Ventura concorda que o TGI não é só para 5º ano mas sim Escola e diz que para organizar é fundamental saber quem quer fazer o que; que não é possível definir os critérios de avaliação a priori, sem definir o plano. E para isto é preciso reunir grupos com vários docentes ligados direta ou indiretamente. A seguir o prof. Edgar Dente apontou várias perspectivas. Disse que o TGI tem características de conclusão oculta. Considerando as duas propostas, o mais apropriado é a proposta dos alunos. Disse ainda que o TGI uma vez bem formulado, levando em consideração às particularidades, a experiência do TGI nos anos anteriores é importante, mas a sua transição para o ano seguinte não é tão importante. O Prof. Alessandro Ventura expõe a experiência obtida nos anos anteriores e diz que até hoje o problema do TGI era muito restrito. A prescrição foi a de tentar o TGI como um processo integrante da Escola como um todo. Não tem condições de no momento definir, - por não ter chegado ao nível de maturidade em relação a problemática. O grande problema é que dizem que o TGI não tem estrutura.

## Anexo 4

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO  
CIDADE UNIVERSITÁRIA "AMARDO DE OLIVEIRA"  
CASA POSTAL, 300 - SÃO PAULO - BRASIL

- 2 -

O prof. Laure Birkoair esclarece que a Escola é constituída de 3 Departamentos e do T.U.I.; que o T.U.I. não depende só do Departamento de Projeto e que o T.U.I. é tão importante quanto aos demais Departamentos. O prof. Candido referindo-se a escolinã do orientador diz que os alunos tendem a se concentrar no pequeno número de professores. O prof. Alessandro Ventura diz que não há participação por parte dos professores e expõe as razões porque o TUI não funciona. Uma das razões é a falta de cooperação dos professores. O Prof. Rodrigo Lefevre acha que se existem falhas na estruturação do TUI, menos restrições deve se colocar aos trabalhos dos alunos; ter orientador forçado, não escolhido pelo aluno, de baixo nível. Deve deixar completamente se aberto; o que deve pretender é receber material da Escola; talvez a única atribuição do TUI fosse a avaliação dos trabalhos. O prof. Ventura considera o seu trabalho realizado. O objetivo básico é que será discutido em todos os níveis da escola.

Foi marcada nova reunião para próxima Se. feira, dia 20/3, às 17 horas para continuar o assunto para discussão do documento que deve ser redigido pelos Profs. Flávio José Magalhães Villeça, Felso Luis Pomplone e aluna Clara Levin Ant. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião. São Paulo, 17 de março de 1975.

Handwritten signatures of the participants in the meeting, including Flávio José Magalhães Villeça, Felso Luis Pomplone, and Clara Levin Ant.

## Anexo 5

### Relatório do Departamento de Projeto (Segundo Fórum de Debates de 1968)

#### DEPARTAMENTO DE PROJETO

A abertura dos trabalhos do Departamento de Projeto constituiu-se numa aferição entre a Reforma de 62, afirmando os objetivos da arquitetura e a definição do arquiteto. Partindo da Obra dos arquitetos brasileiros como experiência concreta e contribuição efetiva de nossa cultura, retificou, basicamente as decisões dos encontros e seminários sobre o ensino da arquitetura que, afirmando essa experiência, define a atividade do arquiteto no nível criativo, capaz de propor os projetos/edifícios, que devem ser submetidos à realidade, através da experimentação e da verificação. Tal processo é o próprio da atividade do arquiteto, e abre-se à pesquisa - técnicas científicas, social, históricas e críticas - e ensino da arquitetura.

O projeto, sintese do conhecimento, uma hipótese para o real, desafia uma metodologia própria da investigação em todos os níveis de conhecimento.

Particularmente destacou-se a responsabilidade desta Faculdade ao introduzir as temáticas específicas da Comunicação Visual e do Desenho Industrial com o propósito de aprofundar o conhecimento nos aspectos de linguagem, aplicando os recursos da crítica na aferição da intervenção da arquitetura na estrutura social e com o propósito de enfrentar a problemática da produção industrial e da caracterização da cultura no objeto industrializado.

Na Sequência do Projeto o novo edifício demandado pela condição da sociedade a constante avanço é tema de pesquisa junto com o planejamento, o urbanismo, as bases do desenho de um habitat contemporâneo e das novas cidades.

Discutiu-se ainda a estrutura do museu, organização que inclui para refletir a experiência desta Faculdade de Arquitetura e programar para seus cursos, ensaios e pesquisas complementares, capazes de contribuir com unidade e objetividade adequada e que demonstradamente não pode desenvolver suas atividades dada a total falta de meios e compreensão da Universidade.

Assim, para a F.U. introduziu-se as bases de um método de investigação própria de arte, contribuição efetiva para a Universidade no que deveria ser seu objetivo: com todos os campos de investigação que lhe são próprios, contribuir para assegurar ao país uma real posição de progresso e modernidade capaz de arranca-lo da condição em que está.

## Anexo 5

-5-

Os debates que se seguiram concluiu o Departamento de Projeto essa primeira fase dos seus trabalhos com a seguinte manifestação:

1. Um dos aspectos mais graves da Universidade Brasileira é a falta de programação consequente da sua especulação teórica e da sua metodologia; sua total alienação das exigências sociais.
2. Na F.U esse problema se apresenta configurado pela atomização de suas atividades e pela decorrente impossibilidade de enfrentar a arquitetura enxada própria da sócio-cultural.
3. Urge transformar o seu ensino - baseado principalmente na transmissão de conhecimentos isolados - numa estrutura de pesquisa na qual o corpo docente e o corpo discente trabalhem em torno de um programa de realização que possa e enfrentará a arquitetura na sua problemática real e concreta.
4. Para tanto propõe-se um órgão coordenador - centro coordenador - responsável por apresentar o programa de pesquisa de toda a faculdade e constituído por elementos de todos os Departamentos atualmente existentes, órgãos executores do plano proposto. A determinação do programa de pesquisa seria feita por um fórum - assembleia geral do corpo docente e discente - à apreciação do qual deveriam voltar os resultados dos trabalhos.

Recomenda ainda o Departamento de Projeto:

1. Que este plano de trabalho deva estar em pleno funcionamento em 1969, a partir da experiência piloto iniciada no 2º semestre de 1968.
2. Que se mantenha um seminário permanente, exigência desse novo projeto de trabalho, aberto à Universidade.
3. Uma revisão permanente de todas as matérias e setores de trabalho existentes na F.U, em função desse novo programa determinado pelo Fórum.

L7) F.L. Mendes da Rocha

Anexo 6

REITORIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Interessado: HELIO DE QUEIROZ DUARTE  
Processo nº 3573/50  
Assunto: 2/ Pagamento de aulas ministradas.

Fls. Nº. 2045  
Proc. Nº. 3333/50  
Rub.

INFORMAÇÃO N.º 2903/70

Através do ofício de fls. 201, a digna Diretoria da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, em face da exposição de motivos ali apresentada, concluiu por solicitar a autorização da superior autoridade no sentido de se efetuar ao Sr. HELIO DE QUEIROZ DUARTE, o pagamento correspondente ao período em que ministrou as aulas da disciplina de "Projeto IV", qual seja desde a aposentadoria do Professor João Baptista Vilanova Artigas (30/4/69), até 28/2/1970.

Cumpre-nos esclarecer que o interessado .. exercia na época funções correspondentes às de Professor Titular ( atual denominação), referência "MS-6", em regime comum de trabalho , junto ao Departamento de Projetos (Projeto I). A contar de 1º/3/1970, passa a exercer estas funções no R.D.I.D.P. .

Do exposto, parece-nos que o assunto deverá preliminarmente, ser submetido ao exame da d.osta C.F.A., observando que tal pagamento deverá corresponder ao período de 30/4/69 a 28/2/70, na condição de Professor Titular (atual denominação), com os salários de referência "MS-6", em regime comum de trabalho e cumulativamente com as citadas no parágrafo anterior.

DA 22.2 - SEÇÃO DE NOTÍCIAS DE  
CARGOS E FUNÇÕES

Em 12 de Maio de 1970  
*[Assinatura]*  
Chefe de Seção

9/10/70  
*[Assinatura]*

*Pelo encaminhamento à Diretoria  
C.F.A., preliminarmente.*

DIREÇÃO DE NOTÍCIAS DE CARGOS E FUNÇÕES  
Em 12 de Maio de 1970  
*[Assinatura]*  
Chefe de Seção

*De acordo*

*[Assinatura]*



# HÉLIO DUARTE

## Moderno Peregrino Educador

Decerto, Hélio Duarte foi um dos arquitetos modernos com o perfil mais improvável entre seus pares de geração. Heróis da prancheta, realizadores de edifícios e cidades da utopia moderna, ele se distinguiu de seus contemporâneos ademais por perseguir também outra utopia: a da educação. Arquiteto que enfrentou toda a gama de projetos educacionais, de creches a cidades universitárias, seu esforço não foi apenas o de materializar os lugares de ensinamento. Hélio Duarte foi dos poucos modernos a abraçar uma dedicada carreira acadêmica paralela à sua atuação de prancheta. Ele foi o principal responsável pela criação do mais prestigioso programa de pós-graduação do Brasil, o da FAU-USP, e foi virtualmente o "inventor" dos trabalhos finais de graduação – hoje consagrados em todas as escolas. Peregrino, suas obras e presença se disseminaram no Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo, Santa Catarina, Ceará e Brasília. Não foram poucos os rastros deixados pelo arquiteto carioca!

HUGO SEGABIA



DOCUMENTO



Hélio Duarte em 1948.

Anexo 8

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO CARLOS SCARFARI DE SAUSSE OLIVEIRA  
CASA POSTAL, 300 - SÃO PAULO - BRASIL



PORTARIA Nº 5

LUCIO GRINOVER, Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo usando de suas atribuições legais e, cumprindo decisão do Conselho Interdepartamental, em sessão de 14 de fevereiro do corrente ano, decide baixar as normas para o desenvolvimento do TGI/77, devidamente aprovadas por aquele Colegiado, na supra mencionada sessão.

Secretaria da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
aos 2 de março de 1977.

  
LUCIO GRINOVER  
Diretor

## Anexo 8

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO TERRACONTO DE SAO CARLOS  
CASA 001/16, 13126-900 SAO CARLOS - SP



### N O R M A S P A R A O T G I

FEV/77

#### 1. OBJETIVOS GERAIS

1.1. O Trabalho de Graduação Interdisciplinar (TGI) é o conjunto das atividades didáticas a serem realizadas pelos alunos matriculados nos dois últimos semestres de graduação da FAUSP.

1.2. São objetivos específicos do TGI:

- a) elaborar uma síntese conclusiva do aproveitamento individual do aluno nas diversas áreas de ensino desenvolvidas no curso de graduação, ou sejam, Projeto de Edificação, Planejamento Urbano e Regional, Programação Visual e Desenho Industrial;
- b) possibilitar a discussão e a troca de informações no decorrer dos diversos trabalhos programados para o TGI;
- c) permitir a produção em grupos afins reunidos quanto à temática comum escolhida pelos alunos e professores;
- d) impedir a dispersão e a fragmentação dos trabalhos individuais.

1.3. A definição do tema de investigação individual a ser desenvolvida no TGI, deverá obrigatoriamente ser estabelecida de comum acordo entre o aluno e seu orientador.

#### 2. DA ORGANIZAÇÃO DO TGI:

##### 2.1. DA ORIENTAÇÃO:

2.1.1. Cada aluno, individualmente, deverá escolher um dos professores do quadro docente da FAUSP, ou professor orientador do TGI, apresentando, no início do semestre letivo, o nome do professor

## Anexo 8

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO  
CENTRO DE LICENCIAMENTO, TITULAÇÃO DE TÍTULOS E REGISTRO  
DE ARQUITETOS E URBANISTAS DE SÃO PAULO

24  
2003/10  
Gest

2.

- 2.1.2. O aluno poderá ser assessorado, informalmente, por qualquer professor da FAU, ou da USP, por qualquer profissional ou pessoa estranha aos quadros docentes.
- 2.1.3. A substituição do orientador poderá ser feita até o dia 15 de abril e 02 de setembro, respectivamente nos 1º e 2º semestres letivos, ouvida a Coordenação Geral do TGI, em pedido devidamente fundamentado.
- 2.1.4. Cabe ao professor orientador:
- a) Imprimir orientação didática aos trabalhos dos alunos sob sua orientação, mediante reuniões periódicas com seus orientandos;
  - b) Elaborar até o dia 18 de março e 12 de agosto, em comum acordo com os alunos sob sua orientação, os planos de trabalhos individuais, os seus conteúdos, as etapas de desenvolvimento e os calendários de atendimento individual;
  - c) participar das atividades didáticas comuns programadas pelos grupos ou pela Coordenação Geral do TGI;
  - d) Avaliar as etapas parciais de desenvolvimento dos trabalhos;
  - e) Avaliar, a final e conclusivamente, os trabalhos sob sua orientação.
  - f) participar do julgamento de recursos de avaliações didáticas que venham a ser interpostas pelos alunos sob sua orientação.
- 2.1.5. São direitos do Professor orientador:
- a) Recusar a orientação de trabalho individual, desde que devidamente justificada as suas razões junto à Coordenação Geral do TGI;
  - b) Da decisão da Coordenação Geral do TGI, relativamente à recusa de orientação, cabe recurso ao CID.
  - c) manifestar-se sobre aspectos relativos à orientação.

## Anexo 8

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO "ARMÊNIO DE SAUS" - CANTO  
CASA FORTI, 810 - SÃO PAULO - SP, BR.

Fu. N.º	25
Proc. N.º	253/70
Ass.	<i>[assinatura]</i>

3.

2.1.6. A orientação de alunos no TGI é considerada ser viço relevante prestado à Faculdade.

### 2.2. DOS GRUPOS

2.2.1. Os alunos serão organizados em grupos ou áreas de interesse afins, em função das proximidades ou contiguidades observáveis entre os temas individualmente escolhidos.

2.2.2. Para efeito de organização e funcionamento internos, os grupos serão formalmente constituídos pelos alunos e respectivos professores orientadores.

2.2.3. Cada grupo terá autonomia para programar seu calendário próprio, suas atividades específicas e seus planos de trabalho.

2.2.4. Os grupos se reunirão, obrigatoriamente, no horário estabelecido para desenvolvimento dos trabalhos, de acordo com o horário escolar, ocasião em que será aferida a frequência dos alunos.

2.2.5. São objetivos dos grupos:

- a) permitir formas de trabalho comuns, de molde a superar o isolamento individual, propiciando meios de aproximação entre investigações inerentes às mesmas áreas;
- b) possibilitar a programação de atividades didáticas comuns, conferindo maior eficiência e dinamismo ao conjunto;
- c) fazer circular a informação e o debate dentro do grupo e entre os demais grupos;
- d) caracterizar o TGI como atividade didática sistemática e permanente conferindo-lhe significado e conteúdo.

## Anexo 8

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO, TRAVESSA DO DE SALES OLIVEIRA  
CASA POSTAL, 505 - 1400 SÃO CARLOS - SÃO PAULO

Fls. N.º 26  
Proc. N.º 203/71  
Rub. *[assinatura]*

### 2.3. DA COORDENAÇÃO DOS GRUPOS

2.3.1. Os grupos serão coordenados por um professor preferencialmente, portadores do título de Doutor ou Mestre, escolhido de comum acordo entre os docentes orientadores e os alunos dos grupos, responsáveis pela coordenação do conjunto de trabalhos individuais do grupo.

2.3.2. A definição dos grupos será feita pelos professores coordenadores de ano letivo anterior, no início do 9º semestre letivo e após a montagem dos planos individuais de trabalho dos alunos.

2.3.3. São responsabilidades dos professores Coordenadores de grupos:

- a) cumprir o horário de 3 horas semanais para coordenação das atividades didáticas do TGI, nos termos da Portaria 1407, de 4/3/71.
- b) elaborar e fazer cumprir o calendário das atividades didáticas;
- c) promover, dirigir e coordenar o debate dos problemas comuns ao conjunto dos trabalhos em desenvolvimento, no grupo sob sua coordenação;
- d) reunir, periodicamente, de acordo com o andamento dos trabalhos, os professores orientadores e alunos do grupo sob sua coordenação;
- e) reunir-se com os demais coordenadores para estabelecer normas e procedimentos comuns aos grupos, bem como resolver questões referentes ao andamento dos trabalhos;
- f) providenciar, junto à Secretaria do TGI, as medidas e expedientes indispensáveis ao bom andamento dos trabalhos dos grupos;

### 2.4. DA COORDENAÇÃO GERAL DO TGI

2.4.1. A Coordenação Geral do TGI, seu órgão máximo, responsável e deliberativo, será exercida por um

## Anexo 8

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO  
COADJ. UNIVERSITÁRIA "ANTONIO DE SALES OLIVEIRA"  
(CASA FOR 14, 22B - SÃO PAULO - SP)

Fls. N.º 21  
Proc. N.º 200/76  
Data: 08/05

legiado composto pelos professores coordenadores de grupos, um aluno representante de cada um dos grupos, eleito por seus pares e o Assig-  
tente Técnico para Assuntos Acadêmicos, que se  
presentará a Diretoria da FAU.

2.4.2. A Coordenação Geral do TGI terá como atribui-  
ções:

- a) resolver questões referentes ao TGI;
- b) organizar seu processo de desenvolvimento;
- c) analisar periodicamente esse processo;
- d) fazer cumprir o calendário escolar estabele-  
cido pelo CEPE, de acordo com a Resolução -  
nº 1109/76.
- e) promover a aferição dos resultados dos gru-  
pos e do TGI como um todo, ao final de cada  
semestre letivo, apresentando relatório sig-  
nificativo ao CID;

2.4.3. A Coordenação Geral elegerá, dentre seus mem-  
bros, um coordenador executivo, para fazer cum-  
prir suas determinações.

### 3. DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO

3.1. A avaliação dos trabalhos será feita por fases cujas  
datas, serão estabelecidas pelos grupos, de acordo  
com o andamento dos respectivos trabalhos, obedecido  
o calendário escolar baixado pelo CEPE.

3.2. A avaliação dos trabalhos, em qualquer de suas fases  
será feita pelo Professor Orientador e seu orientado,  
podendo dela participar professores e alunos interes-  
sados.

3.3. A atribuição de nota, referente a avaliação do TGI é  
de competência exclusiva do Professor Orientador.

## Anexo 9

### CONCURSO OPERA PRIMA 2004

#### ATA DOS JULGAMENTOS REGIONAIS

Nos dias 02, 03 e 04 de junho de 2004, reuniu-se no IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil, em São Paulo/SP, a Comissão Julgadora composta pelos arquitetos Ari Antonio da Rocha/RN, Elisabete França/SP, Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz/DF em substituição ao Cláudio José Pinheiro Villar de Queiroz/DF, José Albano Volkmer/RS e Sônia Azevedo Le Cocq d'Oliveira/RJ, assistidos pelo consultor do concurso, arquiteto José Carlos Ribeiro de Almeida, do IAB e por Vany Queiroz, da Joy Eventos para os julgamentos Regionais do Concurso Opera Prima 2004 em conformidade com os itens 3.2 e 3.3 do regulamento. Considerações da Comissão Julgadora: A Comissão Julgadora reafirma a importância da premiação Opera Prima na emulação do desenvolvimento do trabalho acadêmico, o que se reflete na diversidade de temas de interesse e na qualidade da produção apresentada. O concurso é a oportunidade de se aquilatar os diferentes enfoques dados à formação dos arquitetos em todo o país e a oportunidade das observações críticas seguintes. Alguns trabalhos apresentam temas teóricos instigantes, muito bem elaborados, porém totalmente divorciados da prática da profissão. Observa-se também que em vários projetos de qualidade não houve uma preocupação maior, ou correta proposta, de solução estrutural, sistema construtivo e muito menos com instalações, aspectos técnicos que não são limitadores da qualidade do projeto, mas aspectos fundamentais desta qualidade. Da mesma forma, projetos que poderiam ser premiados foram prejudicados por uma implantação incorreta ou incompatível, num descaso inaceitável de sua contextualização urbana, ou mesmo dos textos e memoriais que abordam muitas vezes aspectos irrelevantes do tema, esquecendo a necessária clareza de apresentação da proposta. São aspectos que merecem destaque, seja por refletirem falhas no processo de orientação, o que seria criticável, porém episódico, seja no próprio elenco de conhecimentos dos graduados, o que seria mais preocupante. Talvez seja o momento de se repensar a formação do arquiteto, profissão que não pode deixar seus fundamentos na realidade palpável e material e que tem inexoravelmente conseqüências na vida da sociedade. Não seria o caso de se considerar a hipótese de uma reformulação no processo de ensino que vem sendo ministrado da mesma forma ao longo dos anos, resultando num academicismo que não é desejado e perdendo a referência dos avanços tecnológicos? São indagações e preocupações que decorrem da análise dos 423 trabalhos apresentados, amostragem significativa que revela as fragilidades, mas também o potencial da produção e capacidade criativa dos novos colegas. Considera alvissareira a qualidade de resposta às solicitações de um mercado de trabalho diversificado e das necessidades de uma sociedade cuja estrutura tem notórias carências. O júri iniciou a avaliação dos trabalhos divididos por região, conforme segue:

## Anexo 9

### JULGAMENTO REGIÃO 1:

Foram recebidos para julgamento 112 (cento e doze) trabalhos, provenientes de 24 (vinte e quatro) escolas da Região 1 (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina), cabendo ao júri, de acordo com o regulamento, a seleção de 24 (vinte e quatro) trabalhos.

- Trabalho 183: Núcleo Base de Monitoramento e Pesquisa dos Areais - Trabalho 184: Centro Cultural Restinga - Trabalho 185: Refuncionalização do conjunto tenístico da Associação Leopoldina Juvenil - Trabalho 186: Espaço fotográfico: Centro de Vivência da Imagem - Trabalho 187: Faculdade de dança Tony Petzhold - Trabalho 191: Espaço de Ocupação Coletiva - Trabalho 192: CCAO – Centro Cultural Artes e Ofícios - Trabalho 217: Centro de Referência Ambiental Loboguará – Canela/RS - Trabalho 218: Complexo Enogastronômico no Vale dos Vinhedos - Trabalho 219: Pólo Cultural de Uruguaiana - Trabalho 220: Complexo Júlio de Castilhos - Trabalho 221: Centro de Negócios + Habitação - Trabalho 222: Museu da Imagem e do Som - Trabalho 223: Intervenção no Campus Centro da UFRGS 3 - Trabalho 225: Casa da Palavra – Nova Sede do Instituto Estadual do Livro - Trabalho 246: Escola de Arquitetura e Urbanismo Largo Do Arouche SP. - Trabalho 250: Cidade da Música – Curitiba/PR - Trabalho 255: MAC – Museu de Arte Contemporânea - Trabalho 260: Teleporto - Trabalho 263: Anteprojeto – Centro Cultural Kaingang - Trabalho 270: MEG – Museu da Escultura Gaúcha - Trabalho 271: Estação de Metrô Fenac - Trabalho 274: Teatro Municipal de Porto Alegre - Trabalho 276: Museu da Fotografia – Gravataí/RS

### JULGAMENTO REGIÃO 2:

Foram recebidos para julgamento 176 (cento e setenta e seis) trabalhos, provenientes de 31 (trinta e uma) escolas da Região 2 (São Paulo), cabendo ao júri, de acordo com o regulamento, a seleção de 31 (trinta e um) trabalhos.

- Trabalho 002: Centro de Referência Arquitetônica - Trabalho 003: A Vila Itorotó: Levantamentos e Diretrizes para Restauro e Intervenção - Trabalho 006: Indo e Vindo - Trabalho 009: Solar do Povo Brasileiro - Trabalho 017: Revitalização Urbana no Brás - Trabalho 019: Arquitetura e Cultura na Cidade de Diadema – Centro de Artes Cênicas - Trabalho 024: Centro Actua – Ativação Urbana da Praça da Bandeira/SP - Trabalho 025: Requalificação Urbana Largo 13 de Maio: Espaço Cívico e Institucional 4 - Trabalho 028: O Largo São Francisco e a Praça do Ouvidor Pacheco e Silva - Trabalho 031: Intervenção Urbana no Brás Objeto de Estudo – Complexo Cultural - Trabalho 036: Arquitetura de Eventos na Barra Funda - Trabalho 039: Centro de Educação e Lazer - Trabalho 040: Arquitetura e Espaços Industriais Fábrica de Biscoitos - Trabalho 041: Centro Profissionalizante: Núcleo de Formação e Cultura na Área do Brás - Trabalho 042: A Importância Estratégica da Orla Ferroviária na Requalificação da Área da Luz – Escola de Moda - Trabalho 066: Biblioteca - Trabalho 074: Biblioteca Pública - Trabalho 078: Requalificação de Espaço Público Centro de Lazer – Ladeira da Memória - Trabalho 081: Centro de Estudos e Negócios para a Indústria Fonográfica - Trabalho 084: Complexo Aquático – Jogos Panamericanos – Rio de Janeiro 2007 - ]

## Anexo 9

Trabalho 093: Revitalização Urbana – Avenida Industrial - Trabalho 094: Estudo de Requalificação do Bexiga - Trabalho 095: Morar no Centro - Trabalho 106: Reabilitação de Centros Urbanos em Grandes Cidades: Intervenções em Edifícios e Áreas e Interesse Histórico e Cultural - Trabalho 132: Caramuru – Uma Fábrica de Idéias - Trabalho 140: Patrimônio Cultural e Natural – Ilha Diana - Trabalho 141: Encontros: Reconversão Portuária e Exaltação à Cidade 5 - Trabalho 143: Trilhando Caminhos. Requalificando Espaços - Trabalho 148: Aquário de São Paulo - Trabalho 149: Creche Padrão - Trabalho 158: Escola Fundamental Voltada ao Deficiente Auditivo

### JULGAMENTO DA REGIÃO 3:

Foram recebidos para julgamento 24 (vinte e quatro) trabalhos, provenientes de 05 (cinco) escolas da Região 3 (Rio de Janeiro e Espírito Santo), cabendo ao júri, de acordo com o regulamento, a seleção de 05 (cinco) trabalhos.

- Trabalho 327: Expor, refletir, compartilhar. Galeria de Arte Contemporânea Estocolmo/Skeppsholmen, 2003 - Trabalho 329: Desenho Urbano na Gamboa - Trabalho 332: Multiplicidade - Trabalho 338: Centro Cultural da Lapa - Trabalho 339: Bhering – Fábrica de Morar e Fazer

### JULGAMENTO DA REGIÃO 4:

Foram recebidos para julgamento 37 (trinta e sete) trabalhos, provenientes de 9 (nove) escolas da Região 4 (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe), cabendo ao júri, de acordo com o regulamento, a seleção de 9 (nove) trabalhos.

- Trabalho 292: Centro de Comércio e Serviços Bioclimático - Trabalho 294: Formação Urbanística do Bairro de Santo Amaro - Trabalho 297: A Casa da Cidade – Uma Proposta Arquitetônica para o Molhe do Recife - Trabalho 299: Telecentro Apipucos / Socializando a Informação - Trabalho 304: Diretrizes para Requalificação do Pátio do Terço/Recife - Trabalho 306: Western Loft – Um Novo Conceito de Habitação Aliada a Preservação - Trabalho 308: Museu de Arte Contemporânea Paraibana - Trabalho 314: Museu de Arte Contemporânea de Fortaleza - Trabalho 317: Museu Regional de Palontologia do Cariri

### JULGAMENTO DA REGIÃO 5:

Foram recebidos para julgamento 74 (setenta e quatro) trabalhos, provenientes de 17 (dezessete) escolas da Região 5 (Amazonas, Brasília, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará e Tocantins), cabendo ao júri, de acordo com o regulamento, a seleção de 17 (dezessete) trabalhos.

## Anexo 9

- Trabalho 361: Nos Trilhos da História – Requalificação Urbana no Centro de Anápolis  
- Trabalho 366: Centro Antiestresse – Nascimento - Trabalho 368: Escola Náutica – Intervenção na Orla do Lago Paranoá - Trabalho 369: Embaixada Brasileira em Berna, Suíça - Trabalho 370: Centro de Arte – Educação de Ceilândia/DF - Trabalho 372: Parque Tecnológico Escola de Estilismo e Moda da UFMG - Trabalho 373: F.A.C. Fundação Amilcar de Castro - Trabalho 375: Nova Sede da Asmare – Associação dos Catadores de Papel de Belo Horizonte - Trabalho 376: Escola de Bolso - Trabalho 380: Revitalização do Cine – Teatro Brasil - Trabalho 388: Proposta de Revitalização Urbanística para a Área Central da Cidade de Brumadinho/MG - Trabalho 391: Morar no Centro - Trabalho 393: Escola de Técnicas Ecológicas - Trabalho 397: Contribuição para Construção de Uma Estratégia Urbana Centralidade, Tecido Urbano e Redesenho Habitacional em Viçosa/MG - Trabalho 406: Rio Paraibuna Questão de Educação – Projeto de Uma Estação de Tratamento de Esgoto Modelo - Trabalho 408: Revitalização Urbana Avenida Getúlio Vargas - Trabalho 409: Casa da Memória Centro de Divulgação, Produção e Preservação da Memória de Juiz de Fora

São Paulo, 04 de junho de 2004. Arq. Ari Antonio da Rocha Arq. Elisabete França Arq. Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz Arq. José Albano Volkmer Arq. Sônia Azevedo Le Cocq d'Oliveira Arq. José Carlos Ribeiro de Almeida Vany Queiroz

# O perfil de um novo arquiteto

### A convite do IAB/SP, uma comissão de professores da FAU/USP reuniu-se com membros da Diretoria e do Conselho Superior, no dia 5 de julho, na sede da entidade, em São Paulo

Ospícios e convênios divididos, além o tempo, já não são representativos, na FAU/USP, que contempla um novo perfil para os alunos de Arquitetura, com currículo de dois anos no curso de Políticas da USP e três anos para os alunos de Políticas com ênfase de cursos em áreas como FAU, Arquitetura, ou tecnologia contida direcionada ao “design thinking”.

Além do diretor da FAU/USP, prof. Ricardo Toledo Silva participou de reuniões em palestras que contemplam a comissão de implantação desde sua constituição de curso. Hughbert Zanetti, Francisco Sogutini Jr., Paulo Bruma e Heliana Vargas fazem questão de ergo pela presidente da FAU, arquiteta Paulo Sogutini. De recente participaram também membros do Conselho Superior do IAB. O arquiteto Arnaldo Martins participou na reunião de reunião de Diretoria.

Espectro, e arquitetura, discutem desde sua nova possibilidade interrelacionada no curso de Arquitetura da FAU/USP, em caráter optativo para os alunos. Possibilidade optativa com a presença da Poli-USP para os cursos pilares integrados, segundo informam Hughbert Zanetti, em experiência de um curso de Fronteira de Políticas.

Objetivo do novo curso é possibilitar ao futuro profissional de Arquitetura uma formação mais abrangente e abrangente no que diz respeito às áreas de Engenharia, Arquitetura, Design, Design e Políticas. Paulo Sogutini, arquiteta, informa que a formação será “formação ampla”, informa Arnaldo Martins (IAB/SP) na área da FAU/USP entre diplomados em Arquitetura e Engenharia na Poli-USP (Engenharia Civil).

Uma presidente do IAB nacional, Gilmar Heliana apresentou suas considerações, principalmente em relação à implantação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo e sobre as diretrizes de abrangência desde futuro profissional, de modo a garantir que as diretrizes da FAU/USP não sejam o requisito de escolha de Arquitetura de todos os países. Além disso, também a importância de a instituição oferecer treinamento à IAB/SP no contexto das diretrizes de currículo de arquitetura no Brasil, e reciprocamente das relações entre a IAB/SP e a FAU/USP, com a Diretoria de Políticas de Arquitetura e Urbanismo no curso poli.

Não apenas a área FIC, mas também a área de arquitetura que será inserida na Poli, a Fundação, a comissão do IAB/SP e a FIC/USP (Fundação de Políticas de Construção) interrelacionada em



Reunião na sede do IAB - em debate a formação continuada de arquiteto

de formação, incluindo. Outras participações de membros do “design thinking”, arquitetônicos, membros da Poli, Paulo Bruma e Heliana Vargas, integrantes da Comissão, de caráter consultivo, relataram suas experiências.

- Além, qual é o perfil de arquiteto de nível XXI, não sendo globalizado, melhor global?
- E se não houver a arquitetura, como nova possibilidade de formação específica?
- Quais são as diretrizes dos arquitetos e as possibilidades de cursos especializados complementares em sua diplomação desde o design thinking específico?
- Qual a importância e o peso de arquitetura no currículo sempre atualizado?
- Como preparar um profissional arquiteto específico para a gama de sua especialidade?
- Qual será a posição de um profissional no Conselho de Arquitetura e Urbanismo?
- Como dimensionar e interrelacionar interdisciplinar?
- Como garantir a importância e a arquitetura de política profissional e as experiências de ensino-aprendizagem?

Quando ocorreu na reunião foram feitas participações de membros e colônias, as possibilidades da FAU/USP discussões foram que se trata de formar um arquiteto com uma formação multidisciplinar, de modo a garantir, portanto, a abrangência de uma diplomação diferenciada.

O Instituto de Arquitetura sempre se relaciona para o arquiteto, vinculada em sua formação para preparar-se com o instrumental teórico e técnico que sempre se relaciona com profissionais, e participar, a nível de complementariedade desde com

Miguel Pereira, do Conselho Superior, também expôs pontos de qualidade de ensino anteriores, como as iniciativas técnicas de educação e formação dos arquitetos implantados na UFRJ (Universidade Nacional de Rio de Janeiro), em 1969.

“O modelo globalizado que nos leva para o profissional, não completa, o nível global”, refletiu, “apresentando contradições e paradoxos”, design thinking.

Arnaldo Martins e Tábata Caldana, integrantes do Conselho Superior, comentaram que as experiências de dimensionar mais práticas para o curso, para a sua direção, design thinking, informando, assim, a experiência “design thinking” que pode incluir os requisitos de arquitetura que se tratam de design thinking.

Paulo Sogutini informou, também, que a leitura e o acesso de qualquer profissional do mercado de trabalho, mesmo sendo, ele, segundo um “modelo conceitual”, que ele compartilhou, sendo certo que predominantemente preparados desde arquitetura e de sua especialidade.

A reunião foi encerrada com o compromisso de todos, do IAB e da FAU/USP, para a elaboração de lista e questionário de lista de práticas técnicas, incluindo profissionais e profissionais além a importância de proporcionar a formação de futuro profissional, sendo certo que predominantemente formados para sua formação continuada. Os participantes reiteraram a importância do trabalho e reuniões com os dois entes, design thinking e a implementação de processos e práticas interdisciplinárias, sendo certo de complementariedade desde com

JOSÉ WOLFF Caldana; Arnaldo Martins

## Anexo 11

TFG FAU/USP 2001

### Normas para o TFG - 2001

#### 1. CONCEITUAÇÃO

- O Trabalho Final de Graduação - TFG é o conjunto de atividades desenvolvidas no âmbito da disciplina obrigatória AUP 0610.
- A temática do TFG será de livre escolha do aluno e o desenvolvimento do trabalho será assessorado e orientado por um professor do corpo docente da FAU - escolhido pelo aluno - que tenha formalizado a aceitação desta responsabilidade.
- O aluno deverá realizar um trabalho individual de proposição, contemplando questões e conhecimentos desenvolvidos no curso de Arquitetura e Urbanismo da FAU/USP a ser submetido à avaliação final por uma Banca Examinadora.

#### 2. SEMESTRE IDEAL

- O semestre ideal é o décimo.
- Os alunos poderão inscrever-se nos trabalhos TFG a partir do seu oitavo semestre de graduação e desde que tenham concluído os créditos das disciplinas do Ciclo de Concentração do Departamento de Projeto, entretanto a submissão dos seus TFGs para as Bancas Examinadoras somente poderá ser realizada ao término do seu décimo semestre de graduação.
- Aos alunos inscritos nestas condições será assegurada a participação de um professor orientador, adotando-se os procedimentos estabelecidos na Portaria GR 3150 de 22/05/99 para fins de carga didática do docente.

#### 3. PRÉ-REQUISITOS E CONDIÇÕES PARA A MATRÍCULA

Serão exigidos os requisitos abaixo para matrícula na disciplina AUP 0610

- Conclusão de todos os créditos em disciplinas, admitindo-se excepcionalmente a matrícula concomitantemente ao TFG de alunos matriculados em disciplinas que totalizem no máximo 10 (dez) créditos-aula necessários para finalização do seu currículo.
- Os alunos só poderão se inscrever nos trabalhos do TFG mediante a comprovação de matrícula na disciplina AUP 0610 fornecida pelo Serviço de Graduação (Seção de Alunos)

#### 4. CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO NO TFG

- O aluno deverá apresentar, por ocasião da matrícula na Disciplina AUP 0610, para apreciação e aprovação da CaTFG, os seguintes documentos: (Obs: A aprovação da

## Anexo 11

CaTFG do projeto de TFG não implica na inscrição do aluno em desacordo com o item 3j)

- Ficha de inscrição contendo:
  - a. Definição clara do objeto e do tema de trabalho;
  - b. Indicação e aceite do professor orientador.

Os alunos deverão entregar até a segunda semana após o início das aulas da disciplina AUPO610 o documento descrito abaixo:

- Dossier contendo:
  1. Justificativa do tema e da forma prevista para o seu desenvolvimento
  2. Um conjunto de trabalhos, projetos ou obras que sirvam de referência para o desenvolvimento do trabalho proposto
  3. Bibliografia justificada
  4. Cronograma do trabalho.
  5. Parecer do professor orientador avaliando a execução do trabalho proposto pelo aluno.
- A omissão ou atraso na entrega do dossier acima descrito, impossibilitará a apresentação final do TFG à Banca Examinadora

### 5. ATIVIDADES E CRÉDITOS

- O TFG terá 2 (dois) créditos aula e 8 (oito) créditos trabalho, equivalentes a 30 (trinta) horas-aula e 240 (duzentos e quarenta) horas de atividades / trabalho.
- As atividades / trabalho serão desenvolvidas preferencialmente na FAUJSP, e as exceções deverão ser comunicadas previamente à CaTFG para conhecimento e autorização.
- A carga didática dos professores orientadores no âmbito do TFG obedecerá ao disposto na Portaria GR 3150 de 22/3/99.
- A CaTFG deverá programar eventos de apoio às atividades acima mencionadas.

### 6. COORDENAÇÃO DO TFG.

- As atividades do TFG serão coordenadas por uma Câmara (CaTFG), subordinada à Comissão de Graduação da FAU. Composição da Câmara do TFG
  1. Dois representantes indicados pelo Departamento de Projeto,
  2. Um representante indicado pelo Departamento de História,
  3. Um representante indicado pelo Departamento de Tecnologia,
  4. Um representante da Comissão de Graduação,
  5. Quatro representantes discentes, sendo dois alunos obrigatoriamente escolhidos dentre os matriculados na AUPO610 e inscritos no TFG.
- O mandato dos representantes da CaTFG será de três anos, para os representantes docentes, e de um ano para os discentes. Direção da CaTFG
  1. A CaTFG elegerá entre seus membros docentes o Coordenador do TFG com mandato de um ano.
  2. Cabe ao Coordenador do TFG convocar e presidir as reuniões da CaTFG, bem

## Anexo 11

como zelar pelo cumprimento destas normas e das decisões tomadas pela Câmara.

3. O Coordenador poderá, consultada a CaTFG, convocar reuniões plenárias do TFG para decisão em assuntos onde for necessária a participação do coletivo de professores e alunos envolvidos no TFG.

À CaTFG cabe:

- Traçar as diretrizes gerais e coordenar as atividades do TFG.
- Estabelecer o calendário das atividades do TFG.
- Registrar os planos de trabalho dos alunos e o nome dos respectivos professores orientadores, bem como registrar as modificações significativas havidas no plano de trabalho proposto pelo aluno.
- Cadastrar os professores orientadores.
- Homologar as mudanças de professor orientador.
- Homologar as bancas examinadoras dos trabalhos finais.
- Organizar a exposição dos trabalhos finais.
- Homologar as avaliações parciais realizadas pelos orientadores e o resultado da avaliação final pela banca examinadora.
- Designar um novo orientador para o aluno, quando houver a recusa justificada da continuação da orientação por parte do professor orientador.
- Resolver em grau de recurso qualquer recurso de sua competência que lhe tenha sido formalmente submetido pelo interessado.
- Submeter anualmente à CG um relatório circunstanciado das atividades do TFG.

### 7. PROFESSORES ORIENTADORES

Aos professores orientadores cabe:

- Formalizar o aceite da orientação solicitada pelo aluno, referendando os planos preliminares de trabalhos apresentados.
- Informar a CaTFG, com antecedência necessária, o dia da semana, o local e o horário de suas atividades.
- Atender e atestar a frequência do aluno às aulas, informando estes dados à CaTFG sempre que apropriadamente solicitado.
- Avaliar preliminarmente os trabalhos finais, sugerindo a sua submissão à Banca Examinadora, e informando a CaTFG o resultado desta avaliação.
- Propor à CaTFG a composição e a data da realização da Banca Examinadora do trabalho final de seus alunos.
- Presidir a Banca Examinadora e encaminhar o relatório sobre a avaliação efetuada.
- Orientar preliminarmente os alunos inscritos nos termos do item 2 (Semestre ideal).

### 8. AVALIAÇÃO

- O TFG será submetido a uma avaliação preliminar pelo professor orientador, sugerindo (ou não) a sua submissão à Banca Examinadora. Esta avaliação preliminar deverá ser feita no prazo determinado pela CaTFG. A disciplina AUP0510 prevê o regime de recuperação conforme normas e cronogramas vigentes na USP.

## Anexo 11

- O TFG, acompanhado do dossier inicial, será submetido à apreciação de uma Banca Examinadora formada por no mínimo três membros e sob a presidência do professor orientador, membro nato da Banca.
- Cada membro da Banca Examinadora conferirá uma nota de zero a dez e a nota final corresponderá à média aritmética dessas notas atribuídas, sendo a nota cinco suficiente para aprovação.
- O aluno deverá entregar 1 exemplar do seu TFG para cada membro da banca examinadora uma semana antes da apresentação, e nesta ocasião 1 outro exemplar destinado à Biblioteca da FAU.